



**INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS (ILL)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM - PPGLin  
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM - MEL**

**CICILIANE DE CASTRO BEZERRA**

**DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E POLÍTICAS  
PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES  
INTERNACIONAIS - PSEI DA UNILAB**

**REDENÇÃO-CE  
2024**

**CICILIANE DE CASTRO BEZERRA**

**DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E POLÍTICAS  
PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES  
INTERNACIONAIS - PSEI DA UNILAB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGLin), como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira

**REDENÇÃO-CE  
2024**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Bezerra, Ciciliane de Castro.

B469d

Diálogos possíveis entre políticas linguísticas e políticas públicas: uma avaliação do processo seletivo de estudantes internacionais - PSEI da UNILAB / Ciciliane de Castro Bezerra. - Redenção, 2024.

141f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

1. Políticas públicas. 2. Política linguística. 3. Estudantes estrangeiros. 4. Educação. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 379.260981

---

**CICILIANE DE CASTRO BEZERRA**

**DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E POLÍTICAS  
PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES  
INTERNACIONAIS - PSEI DA UNILAB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGLin), como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Estudos da Linguagem.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)  
(Professor Orientador)

Profª. Dra. Gislene Lima Carvalho  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)  
(1ª Examinadora)

Profª. Dra. Charlott Eloize Leviski  
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)  
(2ª Examinadora)

Dedico este trabalho ao Senhor Leonardo Peixoto (*in memoriam*), por todas as vezes que levou água e lanches enquanto passava por mim dizendo: “Essa menina só estuda. Mas você está certa, minha filha, tem que estudar mesmo!”;

A todos os/as Cientistas da Linguagem/Linguistas,  
especialmente aos que são atraídos pela área das Políticas  
Linguísticas;

E aos/às Assistentes Sociais que se empenham todos os dias  
para realizarem um trabalho voltado para avaliação e  
fortalecimento das Políticas Públicas.

## AGRADECIMENTOS

Começo este texto com as palavras de Michel Foucault<sup>1</sup>: "Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível". Agradecer parece fácil, de início, mas colocar em palavras toda gratidão que sentimos ao concluir uma etapa importante de nossa vida, não é tão rápido como imaginamos. Quem me conhece sabe que costumo escrever muito quando quero expressar o que sinto, estes agradecimentos não poderiam ser diferentes, quero ser totalmente envolvida por estas palavras, de modo que cada pessoa que as leiam, sintam, de fato, minha gratidão.

Antes de mais nada, devo dizer que tenho orgulho do percurso que fiz para chegar até aqui, mesmo que o tenha iniciado com medo, alcancei meus objetivos por esforço próprio, me desafiando e vencendo meus medos dia a dia, o que não exime a dívida que tenho com as pessoas que me acompanharam desde o início da minha vida acadêmica, as que conheci no decorrer e, principalmente, as que entenderam minhas desatenções durante o período em que me desdobrei entre o trabalho, afazeres e esta pesquisa. Sem dúvidas, cada momento em que me dediquei para a conclusão deste trabalho, é resultado de uma imprescindível compreensão e apoio das pessoas que são importantes para mim, enquanto estive ausente em alguns momentos importantes para elas.

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre colocou pessoas incríveis ao meu lado, para me ajudar a levantar todas as vezes que tropecei e caí, sei que o Senhor ouviu todas as minhas súplicas através das orações, confesso que “cansei” os ouvidos de Deus pedindo forças e saúde para que não me deixasse desistir, e Ele não deixou, a minha fé aumentou em cada momento em que eu estive na presença divina.

Agradeço a compreensão e apoio imprescindível do meu orientador, Professor Dr. Alexandre Cohn da Silveira, sem o seu entusiasmo, aceitação e interesse pelo objeto de pesquisa, este estudo não teria tomado o rumo que tomou. Muito obrigada por suas palavras, trocas de saberes, correções, atenção e paciência. Sem dúvidas fui muito abençoada, pois depois de tudo que enfrentei, senti calma e leveza ao escrever este trabalho com o senhor me orientando. Como já me disse uma vez: “Continue nas lutas, mas não se perca nas batalhas!” Esta frase

---

<sup>1</sup> Foucault (2014, p. 05).

me fez refletir em todas as vezes que senti que iria me perder, mas na verdade, me encontrava. Obrigada, professor Alexandre!

Eu não poderia deixar de agradecer à Professora Dra. Gislene Carvalho, no qual tenho orgulho de dizer que fui sua aluna em várias disciplinas no Curso de Letras – Língua Portuguesa da UNILAB, em especial da disciplina de Políticas Linguísticas, momento em que pude descobrir o que de fato eu queria pesquisar. Não poderia esquecer que o primeiro esboço deste trabalho veio de sua ajuda, quando ainda pensava em algo voltado para o Português como Língua Adicional. Com toda sua paciência e atenção, ela me ouviu e trouxe à luz os pontos necessários da pesquisa que eu desejava realizar. Gis, (como carinhosamente a chamo) quero deixar em destaque aqui minha gratidão a você, ainda acho insuficientes estas palavras, mas quero que saiba que eu serei eternamente grata por sua amizade e ajuda. Sinto-me ainda mais feliz por tê-la em minha banca, suas contribuições são sempre bem-vindas. Muito obrigada!

Quero também agradecer à Professora Dra. Charlott Eloize Leviski, que aceitou o nosso convite para participar da minha banca, suas contribuições foram extremamente importantes para o arsenal teórico deste trabalho. Sinto-me honrada com a sua presença e palavras. Muito obrigada!

Ao Rodrigo, que me incentivou a estudar para a seleção do mestrado, que dividiu comigo a angústia de uma vida corrida de trabalho, estudos, relacionamentos, família e responsabilidades da vida adulta que nunca cessam. Amigo, muito obrigada pelos materiais, pelas conversas, pelas refeições compartilhadas, pelo dia a dia dividido e pelo apoio nos dias que pareciam que eu não iria conseguir, você sempre manteve uma escuta ativa e o conselho necessário. Muito obrigada!

À minha querida amiga e sócia, Crísna Batista. Te agradeço por estar ao meu lado, torcendo por mim, tendo paciência quando não pude ajudá-la com o nosso trabalho, por acreditar em mim mais do que eu mesma, por sempre se preocupar comigo, mesmo de longe. Saiba que você é muito especial na minha vida, sou grata a Deus por ter feito nossos caminhos se cruzarem.

À minha amiga/irmã, Tyanne. Tenho tanto para agradecer a você e sua família, que um parágrafo aqui não seria suficiente, nem mesmo a dedicação que fiz ao seu amado vovô, por quem guardarei para sempre muito carinho e amor. Mas me contento em dizer que, parte do que eu me tornei hoje, foi porque você acreditou em mim quando ninguém mais; cuidou de mim nos dias difíceis, esteve ao meu lado quando eu estive doente, quando estive feliz, quando estive desesperançosa, em qualquer momento você me apoiou, me ouviu e sempre me fazia lembrar do quanto eu sou capaz de conseguir qualquer coisa. Muito obrigada por tudo!

À minha família, em especial minha mãe Gina e minhas irmãs, Viviane e Mariana. Obrigada por terem sido meu apoio nessa jornada, por terem cuidado de mim quando eu não tinha forças, quando eu pensei em desistir, vocês foram meus pilares. Sem vocês, eu não estaria hoje aqui, com saúde e força para enfrentar mais um desafio da minha vida. Ao meu pai, Auricélio, a minha irmã mais velha, Prisciliana, a minha amada sobrinha, Maria Sophia e a minha irmã Raysa e meu irmão, Thirson. Peço a Deus que eu possa, um dia, retribuir de alguma forma o apoio que me deram. Eu amo vocês! Muito obrigada!

Ao Wagner, meu companheiro de planos e sonhos. Agradeço pelo amor que fortalecemos juntos, pela paciência em entender meus momentos de estudos, pelo companheirismo e a felicidade em me ver evoluindo academicamente e como pessoa. Obrigada pelo cuidado, por me incentivar a ser sempre melhor, por me lembrar que eu posso sempre contar com seu apoio, pois, dividir esses momentos ao seu lado, é ter a certeza de comemoração em dobro. Eu amo você!

Às minhas amigas, Gisele e Suyanne, que, mesmo de longe, oram e torcem por mim de uma forma incansável. Sei que sempre poderei contar com vocês duas, para o resto da vida. Vocês são parte da minha história e cada vitória eu quero celebrar lembrando de nossa amizade, que ultrapassa distância e tempo. Eu amo vocês duas!

A minha amiga, Luana Raquel e ao meu amigo, Leonardo Chaves, nosso cotejo de letras. Nossa amizade começou na Literatura e terminou na Linguística. Vocês são inspirações de persistência e inteligência. Que bom que tenho vocês em minha vida. Obrigada pela parceria de sempre!



Ao meu chefe, Demir Peixoto, por seu apoio para que eu pudesse concluir o mestrado, respeitando os dias em que eu precisei sair mais cedo do trabalho. Ao senhor meu eterno agradecimento por toda compreensão. Esse agradecimento se estende a toda família Peixoto, pelo apoio e torcida. Muito obrigada a todos, por tudo!

Quero agradecer também a minha equipe de trabalho da Câmara Municipal de Maracanaú: Rafaela, Natália, Geraldina, Claudemir, Dionízia, Flavianny, Yalis, Jânio, Luciana, Tayná, Anne, Aldívia e Luana. A vocês, amigos e amigas que fiz no trabalho, que sempre me incentivaram e acreditaram no meu potencial. Muito obrigada!

Aos professores e professoras do Curso de Serviço Social da Faculdade Maurício de Nassau de Fortaleza, que fizeram de mim a Assistente Social e avaliadora de Políticas Públicas que sou hoje, levarei por toda minha vida tudo que aprendi com todos vocês.

Aos professores e professoras do curso de Letras - Língua Portuguesa da UNILAB, sem exceção, que fizeram de mim a aluna e pesquisadora que sou hoje, em especial a minha orientadora de TCC e a minha primeira orientadora de iniciação científica, Professora Kaline Girão; a minha segunda orientadora de iniciação científica, Professora Cláudia Carioca e a minha orientadora de iniciação a docência, Professora Suele Alves. “Se enxerguei mais longe, foi porque me apoiei no ombro de gigantes (Isaac Newton)”. Vocês são minhas gigantes! Muito obrigada!

Aos professores e professoras do Mestrado em Estudos da Linguagem da UNILAB - MEL, que foram pacientes em nos ajudar nesse caminho curto, mas significativo, que são os dois anos de mestrado. Às minhas/meus amigas(os) do MEL: Regina, Clécia, Evilane, Karine, Karoline, Hídaly, Nayara, Yuri e Mídana, vocês tornaram os dias de estudos e pesquisas mais leves, foi um prazer conhecer todos vocês e digo sem medo: vocês sempre terão um lugar especial em meu coração.

Por fim, agradeço a qualquer pessoa interessada pelo assunto, que tirou um tempo para lê-lo. Este trabalho não se tornaria tão relevante sem um leitor. Acredito que alcancei meus objetivos com esta primeira parte (dos agradecimentos), no entanto, não sei ao certo se alcancei o objetivo intelectual a que me propus a escrever no decorrer das próximas páginas.

Talvez, apenas tentei escrever com todo respeito e com base em todas as leituras de autores relevantes que envolvem a área do Serviço Social e das Políticas Linguísticas.

Neste momento, me apego então às palavras de José Paulo Neto<sup>2</sup>: “[...] só cabe fazer notar que se critica apenas o que se respeita e que o confronto aberto de ideias e posições é elemento constitutivo da relação intelectual fraterna, que não tem por alicerce omissões gentis. E ainda: não se faz polêmica teórico-crítica com salto alto e luvas de pelica [...].”

Se estas palavras, ditas metaforicamente, poderiam ser respondidas de alguma forma, acredito que a resposta seria retórica.

Muito obrigada!

---

<sup>2</sup> Neto (2011, p. 08)

Quando Saussure estabeleceu que o objeto da Linguística é a língua e esta é a forma, pois nela só há diferenças, mostrou que o que o linguista estuda não são sons e sentidos, mas as relações paradigmáticas e sintagmáticas que produzem os elementos linguísticos. Metaforicamente, pode-se dizer que estudamos a geometria das línguas humanas.

Desejamos que os linguistas sejam ouvidos em discussões a respeito da língua e que as confusões sobre os princípios nos quais se assenta a Linguística sejam dissipados. Esperamos que se compreenda que a linguagem é algo sublime e não se limita a uma questão de erro ou acerto. Almejamos que se veja a seriedade do trabalho dos linguistas.  
(José Luís Fiorin - quase no crepúsculo de um dia ensolarado da primavera de 2012)

## RESUMO

Este estudo avalia o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais (PSEI) da UNILAB como uma Política Linguística Pública. A pesquisa adota o modelo de Avaliação Executiva adaptado, abordando o diagnóstico de problemas, desenho, implementação, governança, resultados e impacto da política. A metodologia baseia-se em análise qualitativa, com coleta de dados bibliográficos, documentais e estudo de caso; de caráter exploratório, descritivo e explicativo. Inicialmente, contextualiza-se o conceito de políticas linguísticas como intervenções deliberadas sobre o uso de línguas, vinculadas a questões sociopolíticas e culturais. A pesquisa enfatiza a relação entre políticas linguísticas e públicas, destacando a integração internacional e a inclusão sociocultural promovidas pelo PSEI. Este processo, direcionado a estudantes de países lusófonos, fomenta o intercâmbio educacional e cultural, além de potencialmente influenciar novas variações do português brasileiro. A análise do PSEI revela sua relevância para a democratização do ensino superior, considerando critérios de eficiência, aplicabilidade e retorno social. Foi constatado que a política reflete práticas de gestão linguística *in vitro*, onde decisões são planejadas e aplicadas para enfrentar desafios de diversidade linguística e integração cultural. Os resultados indicam que o modelo adaptado é eficaz na avaliação do PSEI, fornecendo subsídios para aprimorar políticas linguísticas e ampliar sua aplicabilidade em contextos educacionais e sociais. O trabalho também propõe recomendações que visam fortalecer a internacionalização e o papel do linguista na gestão de políticas públicas voltadas ao uso das línguas, mais especificamente, as políticas linguísticas públicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Políticas Linguísticas. Processo Seletivo de Estudantes Internacionais. Educação. UNILAB.

## **ABSTRACT**

This study evaluates UNILAB's International Student Selection Process (PSEI) as a Public Linguistic Policy. The research adopts the adapted Executive Assessment model, addressing problem diagnosis, design, implementation, governance, results and impact of the policy. The methodology is based on qualitative analysis, with collection of bibliographic and documentary data and case studies; of an exploratory, descriptive and explanatory nature. Initially, the concept of language policies is contextualized as deliberate interventions on the use of languages, linked to sociopolitical and cultural issues. The research emphasizes the relationship between linguistic and public policies, highlighting the international integration and sociocultural inclusion promoted by the PSEI. This process, aimed at students from Portuguese-speaking countries, encourages educational and cultural exchange, in addition to potentially influencing new variations of Brazilian Portuguese. The PSEI analysis reveals its relevance for the democratization of higher education, considering criteria of efficiency, applicability and social return. It was found that the policy reflects in vitro language management practices, where decisions are planned and applied to face challenges of linguistic diversity and cultural integration. The results indicate that the adapted model is effective in evaluating the PSEI, providing support to improve language policies and expand their applicability in educational and social contexts. The work also proposes recommendations that aim to strengthen internationalization and the role of the linguist in the management of public policies aimed at the use of languages, more specifically, public linguistic policies.

**Keywords:** Public Policies. Language Policies. Selection Process for International Students. Education. UNILAB.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Fluxograma do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros - PSEE	67
<b>Figura 02</b> - A avaliação executiva como porta de entrada para outras avaliações.	90
<b>Figura 03</b> - Itens para a descrição da política	91
<b>Figura 04</b> - Questões orientadoras para o diagnóstico do problema	91
<b>Figura 05</b> - Questões orientadoras para a análise do desenho	92
<b>Figura 06</b> - Questões orientadoras para a análise da implementação da política	92
<b>Figura 07</b> - Questões orientadoras para a análise da governança da política pública	93
<b>Figura 08</b> - Questões orientadoras para a análise dos resultados	93
<b>Figura 09</b> - Questões orientadoras para a sistematização das evidências ou para a análise de viabilidade de avaliação de impacto da política	94
<b>Figura 10</b> - Questões orientadoras para a análise de execução orçamentária ou de benefícios tributários e creditícios	95
<b>Figura 11</b> - Outras questões orientadoras para a análise orçamentária	95
<b>Figura 12</b> - Questões orientadoras sobre a eficiência	96
<b>Figura 13</b> - Adaptação dos passos a serem seguidos na Avaliação Executiva	102
<b>Figura 14</b> - Inscritos no PSEI 2023 - Edital PROINTER nº 04/2023	108
<b>Figura 15</b> - Inscritos no PSEI - Edições Anteriores	109
<b>Figura 16</b> - Inscrito no PSEI 2023 - Edital PROINTER nº 08/2023	109
<b>Figura 17</b> - Inscritos no PSEI - 2023/2024	110
<b>Figura 18</b> - Celebrações de instrumentos com instituições de diversos países	111
<b>Figura 19</b> - Princípios da Boa Governança Pública	120
<b>Figura 20</b> - Estrutura de Governança da UNILAB	121
<b>Figura 21</b> - Organograma da Política Linguística Pública - PLP da UNILAB	123

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Gestão e Abordagem em Políticas Linguísticas	34
<b>Quadro 2</b> - As línguas africanas no espaço dos PALOP	41
<b>Quadro 3</b> - Política Linguística (PL) como Política Pública (PP)	56
<b>Quadro 4</b> - CAPÍTULO II - Seção V da Resolução do Conselho Universitário - CONSUNI - N° 100, de 15 de dezembro de 2022 - PRIMEIRA PARTE	73
<b>Quadro 5</b> - CAPÍTULO II - Seção V da Resolução do Conselho Universitário - CONSUNI - N° 100, de 15 de dezembro de 2022 - SEGUNDA PARTE	73
<b>Quadro 6</b> - CAPÍTULO II - Seção V da Resolução do Conselho Universitário - CONSUNI - N° 100, de 15 de dezembro de 2022 - TERCEIRA PARTE	74
<b>Quadro 7</b> - CAPÍTULO II - Seção V da Resolução do Conselho Universitário - CONSUNI - N° 100, de 15 de dezembro de 2022 - QUARTA PARTE	74
<b>Quadro 8</b> - Etapas do Modelo Lógico da Política Pública Linguística - PSEI	115

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CPLP** - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**IES** - Instituição de Ensino Superior

**LP** - Língua Portuguesa

**PALOP** - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**PP** - Política Pública

**PL** - Política Linguística

**PLP** - Política Linguística Pública

**PLI** - Política Linguística Interna

**PLEx** - Política Linguística Externa

**PSEE** - Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros

**PSEI** - Processo Seletivo de Estudantes Internacionais

**PROINTER** - Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais

**UNILAB** - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

**CONSUNI** - Conselho Universitário



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>SEÇÃO I</b>	<b>29</b>
<b>POLÍTICAS LINGUÍSTICAS</b>	<b>29</b>
1.1 O que são Políticas Linguísticas -PL?	29
1.2 A ideia de Lusofonia e as Políticas Linguísticas para a Educação no Brasil	34
1.3 A realidade linguística da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP e a integração/internacionalização da Língua Portuguesa	39
<b>SEÇÃO II</b>	<b>45</b>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>45</b>
2.1 O que são Políticas Públicas - PP?	45
2.2 Porque o termo Política Linguística Pública - PLP?	51
2.3 A Importância da Avaliação	59
<b>SEÇÃO III</b>	<b>62</b>
<b>PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES INTERNACIONAIS - PSEI</b>	<b>62</b>
3.1 A UNILAB e o Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros – PSEE	62
3.2 Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI	67
3.3 Estrangeiro, internacionalização e interculturalidade	73
<b>SEÇÃO IV</b>	<b>77</b>
<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>77</b>
4.1 Delimitação da Pesquisa	77
4.2 Modelo de avaliação de Políticas Públicas	84
4.2.1 Avaliação Executiva,	84
4.2.2 Análise de Diagnóstico do Problema:	85
4.2.3 Avaliação de Desenho:	85
4.2.4 Avaliação de Implementação:	85
4.2.5 Avaliação de Governança Pública:	86
4.2.6 Avaliação de Resultados:	86
4.2.7 Avaliação de Impacto:	86
4.2.8 Avaliação Econômica ou Retorno Econômico e Social:	87
4.2.9 Análise de Eficiência:	87
4.3 Sobre o modelo de análise da Avaliação Executiva	88
<b>4.3.1 Etapas da Avaliação Executiva</b>	<b>90</b>
4.3.1.1 Passo 1 - Descrição Geral:	90
4.3.1.2 Passo 2 - Diagnóstico do Problema:	90
4.3.1.3 Passo 3 - Desenho da Política	90
4.3.1.4 Passo 4 - Implementação	91
4.3.1.5 Passo 5 - Governança	92
4.3.1.6. Passo 6 - Resultados	92
4.3.1.7 Passo 7 - Impactos	93
4.3.1.8 Passo 8 - Execução das Despesas Orçamentárias e dos Subsídios da União	93

	18
4.3.1.9 Passo 9 - Insights sobre eficiência e economicidade do gasto	94
4.3.1.10 Passo 10 - Recomendações	95
<b>4.4 Adaptação para Avaliação da Política Linguística Pública: PSEI</b>	<b>96</b>
4.4.1 Modelo de análise adaptado	96
4.4.1.1. Passo 1 - Descrição Geral	96
4.4.1.2 Passo 2 - Diagnóstico do Problema	97
4.4.1.3. Passo 3 - Desenho da Política	97
4.4.1.4 Passo 4 - Implementação/Planejamento	98
4.4.1.5 Passo 5 - Governança	99
4.4.1.6 Passo 6 - Recomendações	99
<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>100</b>
5.1 Análise da avaliação executiva	100
5.1.1 Passo 1 - Descrição Geral	101
5.1.2 Passo 2 - Diagnóstico do Problema	103
5.1.3 Passo 3 - Desenho da Política	111
5.1.4 Passo 4 - Implementação/Planejamento	114
5.1.5 Passo 5 - Governança	117
5.1.6 Passo 6 - Recomendações	120
5.2 Discussões	120
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>135</b>

## INTRODUÇÃO

Sabemos que a avaliação deve ser um processo objetivo de exame e diagnóstico da política pública sob análise. Devem ser considerados, dentre outros aspectos, a forma como a política está sendo implementada, seus efeitos desejados e adversos [...] (BRASIL, 2018b, p.14)”, neste sentido, é importante utilizarmos metodologias formais, que diferem de análises individuais, que podem conter aspectos subjetivos. É fácil encontrarmos pessoas falando sobre Políticas Públicas para a sociedade, mas não de como se fazem as avaliações, mas sabemos que estes processos existem e que são realizados em pesquisas, sejam como trabalho do governo, sejam feitas academicamente.

A escolha do nosso objeto de estudo, por exemplo, acontece dentro de um campo acadêmico, especificamente dentro de uma universidade, se dá no conhecimento do processo seletivo de entrada de estudantes internacionais, porém, baseado em um processo de trabalho avaliativo experienciado por outras políticas, que explicaremos no decorrer deste trabalho. Nessa direção, nosso objetivo geral nesta pesquisa, foi o de avaliar o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, enquanto uma Política Pública dentro do enquadramento teórico-metodológico das Políticas Linguísticas, a partir de um modelo adaptado de avaliação de Políticas Públicas.

Sabemos que a política pública, numa perspectiva mais ampla, se direciona para um âmbito político-prático e social, e a política linguística se direciona para o âmbito da gestão quanto ao uso das línguas em determinados contextos. Há, entre esses dois campos de percepção, uma estreita relação que precisa ser destacada: a sociedade. As políticas são implantadas de acordo com as necessidades encontradas em sociedade, questões específicas são impostas conforme o ordenamento político dominante, com diálogos que discutem a necessidade de sanar os problemas encontrados a partir das ações destacadas pelas políticas públicas, não é diferente com as políticas linguísticas, é apenas pouco discutida, digamos.

A importância das políticas públicas reside no sentido em que este termo se dá, quando entendemos seu efeito ligado ao significado da política. Está intrinsecamente ligada à ação governamental, no qual conciliam atividades de diversos interesses, a partir de uma esfera de poder, levando em consideração um equilíbrio entre a importância do bem-estar e da sobrevivência das pessoas que vivem em sociedade. Ou seja, a política desenvolve procedimentos que gerenciam as relações de poder, no qual “[...] se orientam para a resolução

de conflitos no que se refere aos bens públicos. Em outras palavras, a política implica a possibilidade de se resolverem conflitos de forma pacífica (DIAS; MATOS, 2017, p. 03)”.

Dessa forma, observar o caráter “público” das políticas linguísticas consiste em entender, por exemplo, a distinção entre os campos que efetua as políticas linguísticas e as que estudam políticas linguísticas, são duas realizações que às vezes se encontram, como explica Oliveira (2016): “Entendo que as políticas linguísticas são uma área das políticas públicas, concebidas e executadas por instituições que têm ingerência na sociedade, como os Estados, os governos, as igrejas, as empresas, as ONGs e associações, e até as famílias (p.383).” Ainda segundo o autor, a política linguística “[...] são tomadas de decisões sobre as línguas e realizadas ações sobre as línguas, isto é, que as línguas são também moldadas pela intervenção humana (OLIVEIRA, 2016, p. 383).”

Como toda política pública, as ações adotadas em termos de gestão linguística devem - ou deveriam - ser avaliadas a partir de processos de análise com critérios bem estabelecidos, observando os objetivos dessas políticas adotadas e seu impacto da intervenção humana, para a sociedade envolvida. Tendo em vista esse raciocínio, criar modelos de avaliação em políticas linguísticas, a partir de um conhecimento técnico mais direcionado para área dos estudos linguísticos, pode trazer avanços para sua aplicabilidade e também para uma análise científica dessas políticas, trazendo contribuições para o seu aprimoramento, planejamento e manutenção.

No caso do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, o nosso objeto de estudo, destacamos a contribuição não apenas para a UNILAB, mas para a criação de novas políticas públicas e linguísticas que tenham como foco a educação das línguas, a integração, a internacionalização e a interiorização, que poderão ir além dos muros da universidade destacada. Em outras palavras, que traga uma compreensão da diversidade de línguas que adentram ao Brasil e as variações da língua portuguesa que é falada por cada país, de modo que os educadores enxerguem isso como uma oportunidade de ensinar aos seus alunos, quem sabe em projetos de extensão, ou mesmo em sala de aula da educação básica, este processo de integração.

Para que essas compreensões aconteçam, é necessário que a pesquisa na área da linguagem seja partícipe do processo de tomadas de decisões, no sentido de contribuir com suas análises, métodos e reflexões promovidas, o que nem sempre acontece, dado o imediatismo dos projetos de gestão vigentes. No entanto, algumas decisões e ações podem ser

tomadas para nos fazer entender como as demandas em sociedade estão ocorrendo, como estão sendo tratadas e como elas podem ser atendidas cada vez com mais ações qualificadas.

Nesse sentido, acreditamos que avaliar políticas públicas e linguísticas, e propor, a partir dessas análises, caminhos possíveis para seu melhor acompanhamento, viabilidade, aplicabilidade e eficácia, é de extrema importância para o desenvolvimento das instituições<sup>3</sup>. Corroboramos também com a perspectiva de que a educação é a base para todo desenvolvimento e crescimento de uma região/nação e, dessa forma, somente propondo e, principalmente avaliando as políticas públicas e políticas linguísticas já implantadas, é que podemos entender, ver os resultados e os impactos do desenvolvimento humano ao nosso redor.

Podemos nos referir ao processo de implantação de instituições de ensino superior como uma Política Pública Educacional de extrema importância no Brasil<sup>4</sup>, a este processo, nos referimos, especificamente, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, localizada no interior dos Estados do Ceará e da Bahia, “[...] cujo desafio maior é promover a integração internacional com os países lusófonos<sup>5</sup> através da política de acesso ao ensino superior (RODRIGUES; MALUF; LIMA, 2019, p. 38)”, a qual engloba os Países de Língua Oficial Portuguesa - PALOP e Timor-Leste, a partir de um Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Na realidade, os benefícios e custos das políticas públicas podem afetar diversas dimensões espaciais e público-alvo, constituindo efeitos externos (externalidades), para além dos limites geográficos e dos agentes envolvidos definidos nos instrumentos políticos para atuação de um ente federativo. Em alguns casos, a ação pública pode envolver os limites do território nacional e, neste caso, o governo federal assume papel central e direto. Em outros, os bens e serviços públicos providos atuam sobre determinado território e grupo social mais restrito, tendo os entes subnacionais como atores mais efetivos. Assim, a política pública envolve várias dimensões espaciais, em contextos sociais, econômicos e políticos específicos (BRASIL, 2018a, p.153).

<sup>4</sup> Um cenário ainda mais distante e similar à realidade brasileira fez com que as representações intelectuais da África e da Diáspora se reunissem para discutir as necessidades de criar estratégias para a expansão do ensino superior por meio de cooperação solidária, haja vista que os países africanos com expressão de língua portuguesa demandam educação, principalmente o ensino superior (RODRIGUES; MALUF; LIMA, 2019, p. 38).

<sup>5</sup> Segundo Faraco (2012), lusofonia é um termo polissêmico, “[...] é usado para fazer referência ao conjunto dos falantes de português mundo afora – diz-se, portanto, da população lusófona. Um uso descritivo, que recorta uma determinada quantidade e, aparentemente, não carrega maiores implicações políticas ou valorativas.” E complementa, “[...] encaixa-se o entendimento de LUSOFONIA como o projeto de congregar todos os países de língua portuguesa, mais a Galiza e as diversas diásporas de fala portuguesa, na construção de políticas linguísticas que permitam uma gestão coletiva da língua com vistas à sua promoção, seja no interior do bloco (em que ela é, na maioria dos países, minoritária, embora oficial), seja globalmente (FARACO, 2012, p.32).

<sup>6</sup> Neste caso, apesar de os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) serem Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, a UNILAB não tem parceria com Portugal (acreditamos que por uma questão histórica colonial) e Guiné-Equatorial (por ter sido um país recente a fazer parte da CPLP e não ter o ensino de língua portuguesa sistematizado na educação do país).

Especificamos o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI como objeto principal desta pesquisa, por se tratar do meio expressivo em que viabiliza a principal missão dentro do objetivo maior da UNILAB: “[...] contribuir com a integração entre Brasil e os demais membros da CPLP, especialmente os países africanos [...]”, conforme especifica a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010<sup>7</sup>. Nossa intenção foi norteada pelos pressupostos de, a partir dessa missão, compreender a importância do PSEI e o seu percurso, no que diz respeito a um processo de democratização quanto ao acesso à educação superior, que ocorre dentro dos enquadramentos da internacionalização, da interiorização, da interculturalidade e, principalmente, da interação da língua - ou das línguas -, ou seja, trata-se de uma ação em termos de políticas linguísticas.

Julgamos significativo associar o termo político-linguística à perspectiva das políticas linguísticas, que são inerentes às políticas públicas, pois estão ligadas com o objetivo de atender uma determinada demanda da sociedade. Esta perspectiva se torna mais importante, pois deve estar associada também, assim como as políticas públicas, a um processo de avaliação. O processo avaliativo, em linhas gerais, busca entender se todas as demandas expostas no desenho da política pública, estão em consonância com sua implementação, considerada como estágio final da aplicabilidade de uma política pública, para identificar pontos positivos, negativos e o que poderia ser excluído ou aprimorado dentro das ações. Nesse sentido, compreendemos que não poderia ser diferente ao analisarmos o desenho de uma política linguística.

Por esse ângulo, nos indagamos de forma geral: “Como o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI - se enquadra enquanto uma política pública dentro do enquadramento teórico-metodológico das políticas linguísticas?” E de formas secundárias: (1) Como destacar os objetivos e a importância do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, enquanto Política Pública e Política Linguística? (2) A adaptação de um modelo de avaliação de Políticas Públicas e a proposta de critérios para a avaliação de Políticas Linguísticas, em observação aos critérios de avaliação e classificação do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, poderia trazer ganhos positivos aos estudos avaliativos das Políticas

---

<sup>7</sup> “[...] a UNILAB tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010)”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/12289.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/12289.htm). Acesso em 04 de mar. de 2023.

Linguísticas? (3) Quais seriam os resultados positivos e negativos da análise e da aplicação do modelo de avaliação adaptado no Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI?

Para procurar responder a estes questionamentos, estabelecemos como objetivo geral desta pesquisa, avaliar o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, enquanto uma Política Pública dentro do enquadramento teórico-metodológico das Políticas Linguísticas, a partir de um modelo adaptado de avaliação de Políticas Públicas.

Já como objetivos específicos, procuramos: (1) Descrever acerca do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, seus objetivos e sua importância enquanto Política Pública e Política Linguística; (2) Estudar e adaptar um modelo de avaliação de Políticas Públicas, mais especificamente o de “Avaliação Executiva”, propondo critérios para a avaliação de Políticas Linguísticas, em observação aos critérios de avaliação e classificação do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, e; (3) Aplicar e analisar o modelo de “Avaliação Executiva” adaptado, com base na observação dos critérios já existentes de avaliação e classificação do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI;

Com efeito, as inquietações repercutem também a partir de um percurso acadêmico de avaliação do desenho de uma Política Pública em Redenção-CE<sup>8</sup>, no ano de 2019, da experiência advinda dos estudos da disciplina de Políticas Linguísticas obrigatória da grade curricular do curso de Letras – Língua Portuguesa<sup>9</sup> da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB do Ceará, realizada também em 2019, bem como da interação entre estudantes brasileiros e internacionais que adentraram nos cursos de graduação da UNILAB, vindo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, no qual realizaram/passaram pelo Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, nos respectivos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP e Timor-Leste.

Metodologicamente, buscamos documentos que abordassem o processo avaliativo das políticas linguísticas, através do “Google Acadêmico”, a partir do termo “Avaliação de Políticas Linguísticas”, e, de fato, não encontramos nenhum documento de análise específica para políticas linguísticas, o que tornou ainda mais significativo nosso interesse por essa

---

<sup>8</sup> BEZERRA, C.C.; MOREIRA, R. P. A. A implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa em Redenção-CE. **Conhecer**: Debate entre o Público e o Privado, v. 13, n. 30, p. 99-118, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/5535>. Acesso em 04 de mar. de 2023.

<sup>9</sup> UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. Cursos de Graduação. **Grade curricular do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/cursos-de-graduacao/letras/>. Acesso em 04 de mar. de 2023.

temática, o de adaptar um modelo de avaliação de políticas públicas, para avaliar políticas linguísticas.

Entretanto, percebemos o empenho do governo brasileiro, ao publicar e adotar guias, como suporte para a avaliação das políticas públicas, para além disso, consideramos pertinente avançarmos na avaliação das políticas linguísticas. Nessa lógica, encontramos, na mesma pesquisa citada anteriormente, trabalhos acerca da temática, que foram estudados como forma de avaliar a questão das políticas linguísticas, mesmo não seguindo nenhum modelo, observamos que há uma tentativa de análise diretamente qualitativa.

Em termos de vitalidade das línguas, temos a escala de vitalidade linguística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (com 6 níveis), uma do Linguista Joshua Fishman (com 8 níveis), e uma do Linguista Paul Lewis (com 13 níveis), citadas em uma abordagem feita no estudo de Eberbard (2013)<sup>10</sup>, acerca da defesa das línguas minoritárias no Brasil.

Outra forma encontrada na literatura em termos de avaliação de eficiência de políticas linguísticas, estão no trabalho de Souza (2013)<sup>11</sup>, acerca da avaliação da Política Linguística para o Ensino de Línguas Estrangeiras: o impacto linguístico no programa ciências sem fronteiras; também encontramos um trabalho acerca da avaliação dos PCN+ como política linguística: uma perspectiva interacionista da avaliação da aprendizagem, das autoras Avila e Marchesan (2015)<sup>12</sup>; e a pesquisa da autora Berger (2021)<sup>13</sup>, acerca da pluralidade linguística e políticas linguísticas-educacionais no Brasil: rumo à gestão do multilinguismo, no qual abrange uma discussão sobre a gestão do multilinguismo na educação.

---

<sup>10</sup>EBERBARD, David M. **Em defesa das Línguas Minoritárias do Brasil**. Associação Internacional de Linguística SIL – Brasil. Anápolis – GO, 2013. Disponível em: [https://www.sil.org/system/files/reapdata/15/64/37/156437607504049073881584218275265228411/Em\\_Defesa\\_das\\_Linguas\\_Eberhard\\_2013.pdf](https://www.sil.org/system/files/reapdata/15/64/37/156437607504049073881584218275265228411/Em_Defesa_das_Linguas_Eberhard_2013.pdf). Acesso em 08 de jan. de 2022.

<sup>11</sup>SOUZA, Marina Mello de Menezes Félix de. **Avaliação da Política Linguística para o Ensino de Línguas Estrangeiras: O Impacto Linguístico No Programa Ciências Sem Fronteiras**. 2013, Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense – UFF. Aprovada em 13 de janeiro de 2014, 157 p. Niterói - RJ, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10341/Dissertac%c3%a3o%20-%20Marina%20Mello.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 8 de jan. de 2022.

<sup>12</sup>AVILA, Andriza Pujol de; MARCHESAN, Maria Tereza. **Os PCN+ Como Política Linguística: Uma Perspectiva Interacionista Da Avaliação Da Aprendizagem**. Congresso Internacional Linguagem e Interação 3 São Leopoldo, 2015. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/559/2020/01/LINGUAGEM\\_E\\_INTERA%C3%87%C3%83O\\_ANDRIZA.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/559/2020/01/LINGUAGEM_E_INTERA%C3%87%C3%83O_ANDRIZA.pdf). Acesso em 8 de jan. de 2022.

<sup>13</sup>BERGER, Ísis Ribeiro. **Pluralidade linguística e políticas linguístico-educacionais no Brasil: rumo à gestão do multilinguismo**. Cadernos de Letras UFF, Niterói, v.32, n.62, p.119-142, 1º semestre de 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/47131/29682>. Acesso em 8 de jan. de 2022.



Além dos trabalhos citados, destacamos o Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona da Fundação Getúlio Vargas - Clear/FGV<sup>14</sup>, no qual corroborou com a escrita dos dois guias de avaliação de políticas públicas que foram base para este trabalho<sup>15</sup>. A relevância no qual se destaca em seu próprio nome, “Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona da Fundação Getúlio Vargas - Clear/FGV”, não nos traz nenhuma pesquisa em sua Biblioteca Clear<sup>16</sup>, acerca do tema avaliação de políticas linguísticas, ou mesmo apenas de políticas linguísticas. Ao que se vê, avaliações são feitas, mas sem um direcionamento voltado precisamente para as extensões e planejamento das políticas linguísticas, bem como seu impacto para a vida dos estudantes, em termos mais claros, aos estudantes internacionais que chegam ao Brasil, em especial, aos que fazem o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da UNILAB.

Por esse ângulo, nosso interesse neste tema surgiu com a possibilidade de contribuir para a expansão de trabalhos, envolvendo um processo de avaliação das políticas linguísticas, em face do nosso objeto de estudo, o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, como uma política linguística pública, visando uma intervenção social crítica, de forma interdisciplinar e intercultural, ao envolver alunos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP que adentrarão ou que já adentraram nos cursos de ensino superior da UNILAB.

No seguimento das buscas e dos nossos estudos, os passos e as escolhas que nos possibilitaram o alcance dos nossos objetivos, a caracterização de nossa pesquisa de abordagem qualitativa, epistemologia baseada na cientificidade dos estudos da linguagem, de natureza teórica e aplicada, com análise de dados com formato exploratório, descritivo e

---

<sup>14</sup> O Clear África Lusófona e Brasil promove a agenda de monitoramento e avaliação de políticas públicas no Brasil e nos países africanos de língua portuguesa por meio de cursos, assistência técnica, pesquisa aplicada e disseminação de conhecimentos. Informações disponíveis no site oficial: <https://fgvclear.org/>. Acesso em 05 de mar. de 2023.

<sup>15</sup> Segundo informações do site oficial: O Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP CLEAR) foi estabelecido em 2015 e é um dos seis centros regionais da Iniciativa Clear, todos sediados em instituições acadêmicas de relevância internacional no Sul global. É também parceiro implementador da Iniciativa Global de Avaliação (GEI). Juntas, essas organizações formam um movimento global visando atender a demanda crescente por tomadas de decisão baseadas em evidências por parte de governos, doadores e financiadores de políticas públicas e programas. Por meio de produtos e serviços harmonizados e adaptados, os centros regionais CLEAR visam construir sistemas e estruturas sustentáveis de monitoramento e avaliação (M&A) nos países onde atuam. Os centros CLEAR têm uma maneira única de desenvolver capacidade de M&A por meio da colaboração com parceiros locais, incluindo agências governamentais, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil. Trabalhamos com a sociedade civil para ajudar a gerar conscientização e demanda por serviços de M&A. O FGV EESP CLEAR atua no Brasil e em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, estruturando suas ações em quatro eixos ou linhas de atuação (Quem somos? FGV EESP CLEAR). <https://fgvclear.org/>. Acesso em 05 de mar. de 2023.

<sup>16</sup> Todos os arquivos estão disponíveis no tópico: Biblioteca Clear: <https://fgvclear.org/biblioteca-full/>. Acesso em 05 de mar. de 2023.

explicativo, com utilização principal dos procedimentos de estudo de caso, bibliográficos e documentais, bem como a escolha da avaliação executiva como processo de adaptação para avaliar o PSEI, no qual denominamos como uma política linguística pública. Baseamo-nos neste percurso a partir de Chizzotti (2003); Fiorin (2013) Zanella (2009); Yin (2001); Marconi e Lakatos (2020) e do Guia Prático de Análise ex post (BRASIL, 2078b).

Ao discutirmos este tema, encaramos pontos de conhecimentos que podem resultar em ganhos para o processo de formação, ensino e aprendizagem em língua portuguesa, em seu processo econômico, histórico e cultural dos estudantes que serão profissionais no Brasil e em seus países, sem contar na relevância deste estudo em termos de avanços para um novo olhar do linguista para as políticas linguísticas, ou seja, para além da academia, e também para a compreensão da importância dos pesquisadores/linguistas enquanto profissionais capacitados para avaliar políticas linguísticas, por também entender o seu processo desde a sua gênese e muito mais além.

Deste modo, partimos da compreensão de que um modelo de avaliação específico para as políticas linguísticas, possibilita uma compreensão acerca do processo de elaboração e de aplicação das políticas propostas dentro da Universidade, no qual envolve a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP e Timor-Leste. Principalmente ao que discerne ao Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, ponto central deste estudo. Além do quê, nesse percurso de internacionalização do ensino superior, a forma como os estudantes internacionais entram na UNILAB se tornam populares, o que se mostra relevante para compreender como a cultura do nosso país e como o processo seletivo estão sendo disseminados.

Nossa hipótese básica era a de que seria possível, em termos de avaliação, que não existisse uma análise específica acerca do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. E de forma secundária, as hipóteses: (1) É possível que, ao descrevermos acerca do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, compreenderemos seus objetivos e a sua importância enquanto Política Pública e Política Linguística; (2) É esperado que, ao estudarmos e adaptarmos um modelo de avaliação de Políticas Públicas, propondo critérios para a avaliação de Políticas Linguísticas, em observação aos critérios de avaliação e classificação do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI possamos encontrar resultados em termos de

vantagens para a disseminação de avaliação em Políticas Linguísticas; (3) É conjecturado que ao aplicarmos e analisarmos o modelo de “Avaliação Executiva” adaptado, com base na observação dos critérios já existentes de avaliação e classificação do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, encontremos contribuições significativas aos estudos de Políticas Linguísticas Públicas.

Acreditamos que esta pesquisa possui grande importância para a atualidade. Para além deste olhar, o da inovação que trará para as discussões que buscam avaliar as políticas linguísticas, aplicadas e estudadas, gerando um interesse em mais pesquisas para resolução de problemas que norteiam o processo avaliativo, pois acreditamos que “[...] não basta evidenciar as necessidades da sociedade e a importância da política pública, é necessário avaliar a consistência do desenho dos programas, a sua governança e o seu efetivo retorno para a sociedade (BRASIL, 2018b, p.3).”

Assim, para a organização da discussão apresentada neste trabalho, dividimos o texto em introdução, 05 (cinco) seções, considerações finais e referências. Na seção I, abordamos um debate sobre o que são Políticas Linguísticas: O que são Políticas Linguísticas -PL?; A ideia de Lusofonia e as Políticas Linguísticas para a Educação no Brasil; e a realidade linguística da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP e a integração/internacionalização da Língua Portuguesa

Na seção II, desenvolvemos um debate sobre as Políticas Públicas justificando: O que são Políticas Públicas - PP?; Porque o termo Política Linguística Pública - PLP?; e a importância da avaliação. Na seção III, argumentamos acerca do objeto desta pesquisa, o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI, desde o seu início, quando era denominado Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros - PSEE, até a sua atual nomenclatura, explorando questões relativas aos termos “estrangeiro”, “internacionalização” e “interculturalidade”, divididos assim: A UNILAB e o Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros – PSEE; Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI; e o termo Estrangeiro, internacionalização e interculturalidade.

Já na seção IV, detalhamos nosso percurso metodológico, a delimitação da pesquisa, o modelo de avaliação escolhido: avaliação executiva, a adaptação desse modelo para a avaliação da política linguística pública e os documentos que foram necessário para as análises, divididos assim: Delimitação da Pesquisa - Modelo de avaliação de Políticas Públicas; Avaliação Executiva; Análise de Diagnóstico do Problema; Avaliação de Desenho; Avaliação de Implementação; Avaliação de Governança Pública; Avaliação de Resultados;

Avaliação de Impacto; Avaliação Econômica ou Retorno Econômico e Social; Análise de Eficiência; Sobre o Modelo de Análise de Avaliação Executiva; Etapas da Avaliação Executiva: Passo 1 - Descrição Geral; Passo 2- Diagnóstico do Problema; Passo 3 - Desenho da Política; Passo 4 - Implementação; Passo 5 - Governança; Passo 6 - Resultados; Passo 7 - Impactos; Passo 8 - Execução das Despesas Orçamentárias e do Subsídios da União; Passo 9 - Insights Sobre Eficiência e Economicidade do Gasto; Passo 10 - Recomendações; Adaptação para Avaliação da Política Linguística Pública: PSEI; Modelo de Análise Adaptado: Passo 1 - Descrição Geral; Passo 2 - Diagnóstico do Problema; Passo 3 - Desenho da Política; Passo 4 - Implementação/Planejamento; Passo 5 - Governança; Passo 6 - Recomendações.

Na seção V, por fim, realizamos um apanhado das nossas análises da avaliação e algumas discussões pertinentes, dividimos assim: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: Análise da avaliação executiva - Passo 1 - Descrição Geral; Passo 2 - Diagnóstico do Problema; Passo 3 - Desenho da Política; Passo 4 - Implementação/Planejamento; Passo 5 - Governança; Passo 6 - Recomendações; Discussões.

Em seguida, delimitamos nossas considerações finais, que destacam os resultados que conseguimos alcançar, assim como nossas recomendações para pesquisas futuras. Logo depois está a seção que cita as referências que utilizamos. Assim, esperamos que, com este trabalho, muitos frutos sejam disseminados para a área das políticas linguísticas públicas.

## SEÇÃO I

### POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

O objetivo desta seção é abordar acerca das políticas linguísticas, como elas são vistas e compreendidas. Tratamos de expor os principais autores que abordam este tema com suas próprias perspectivas, como: Calvet (2007), Garcez e Schulz (2016) e Oliveira (2007). Abordamos também a posição da língua portuguesa nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP e Timor-Leste no mundo, a partir de Timbane (2022) e Almeida Filho (2011). A importância da posição do linguista nos estudos das políticas linguísticas, como são vistas as políticas linguísticas para a educação na realidade da UNILAB e a internacionalização do português, atrelado a ideia de lusofonia a partir de Faraco (2012) e o processo histórico da educação superior brasileira a partir de Lino e Lerche (2013).

#### 1.1 O que são Políticas Linguísticas -PL?

As Políticas Linguísticas são permeadas de movimentos políticos e sociais, perspectiva que une língua e sociedade, no qual exigem decisões fundamentais aos falantes. Em termos de definição, como nos explica Garcez e Schulz (2016, p.01), muitas pessoas quando escutam a “[...] expressão “políticas linguísticas” pela primeira vez pensa em algo solene, formal, oficial, em leis e portarias, em autoridades oficiais, e pode ficar se perguntando o que seriam leis sobre línguas”. No entanto, as Políticas Linguísticas “[...] também podem ser menos formais - e nem passar por leis propriamente ditas, **pois envolvem não só a gestão da linguagem, mas também as práticas da linguagem**, e as crenças e valores que circulam a respeito delas (GARCEZ; SCHULZ, 2016, p. 01, grifo nosso).”

Os autores complementam essa explicação a partir de Cooper (1989), dizendo que este

[...] definiu políticas linguísticas, ou “planejamento da linguagem”, como os “esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros no que concerne à aquisição, estrutura ou alocação funcional de seus códigos linguísticos”. Esses esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros no que concerne aos usos da linguagem podem ser mediante leis e portarias, mas podem ser vistos também de modos mais sutis nas famílias, nos grupos de amigos, em locais de trabalho, em empresas e, por certo, em escolas (GARCEZ; SCHULZ, 2016, p. 02).

Segundo Calvet (2007, p.11), “[...] a *política linguística*<sup>17</sup> (determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e sociedade) e o *planejamento linguístico* (sua implementação, são conceitos recentes que englobam apenas em parte essas práticas antigas).” Nesse sentido, cabe explicar que,

Políticas linguísticas existem desde há muito tempo e se incrementaram grandemente a partir do início dos colonialismos em meados do último milênio e dos nacionalismos a partir da Revolução Francesa. Os estudos das políticas linguísticas – comumente referidos entre nós também homonimamente como Políticas Linguísticas – começaram, porém, em meados do século XX, ao menos se tomarmos esse rótulo como definidor de um campo de investigação deliberadamente interessado em conhecer **as ações de políticas linguísticas como objeto digno dos estudos da linguagem**. No Brasil, é ainda um campo de estudos mais recente. Com efeito, há na literatura acadêmica da área outros termos para esse campo, como Planejamento e Planificação Linguística (GARCEZ; SCHULZ, 2016, p. 05, grifo nosso).

Acerca da origem desse binômio: “Política Linguística e Planejamento Linguístico”, estes se deram a partir da “[...] segunda metade do século XX, porém, seu crescimento se deu no início do século XXI, com maior interesse pela área disciplinar (OLIVEIRA, 2007, p.77)”. Esse crescimento evidenciou elementos linguísticos mais palpáveis e se fez necessário à criação de programas governamentais e não governamentais para melhor suprir a comunicação em meio aos processos de globalização. Conforme explicam Garcez e Schulz,

Os estudos de Políticas Linguísticas tomaram corpo mais adiante, à época em que a Linguística prometia um admirável mundo novo e os movimentos de independência nas regiões antes ocupadas pelos estados coloniais dos imperialismos europeus exigiam decisões, por exemplo, quanto às línguas a serem usadas por esses novos Estados para a burocracia, e aí centralmente a educação, responsável por moldar o bom cidadão nacional (GARCEZ; SCHULZ, 2016, p. 06).

No que tange à realidade da língua portuguesa, tendo em vista sua presença no colonialismo lusitano, outras consequências estão imbricadas na sua presença nos territórios colonizados. A respeito disso, Garcez e Schulz advertem que

Escolhas como as que fizeram a maior parte dos países africanos em favor da(s) língua(s) do Estado colonizador, como foi o caso dos hoje países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), exigiam esforços, entre outros, para acomodação das línguas crioulas e das línguas dos tantos grupos étnico-linguísticos no território do

---

<sup>17</sup> Itálico destacado pelo autor.

novo Estado (...) Inúmeras outras situações poderiam ser apontadas nesse período em que se desenvolveu a crença de que análises técnicas resultariam em planejamento e planificação linguísticas eficazes. **A realidade se mostrou mais complexa, entre outras razões em função do fato, hoje reconhecido, de que são muitas as dinâmicas por que passam as políticas públicas.** Entre concepção, formulação e implementação, são diversos os caminhos e os atores envolvidos, de modo que muitas vezes elas surgem com um propósito elaborado por um grupo de atores e, lá pelas tantas, outros grupos se valem delas para outros fins que lhes são próprios. As políticas linguísticas não são exceção (GARCEZ; SCHULZ, 2016, p. 07, grifo nosso).

Atualmente, a língua portuguesa, tem ganhado cada vez mais falantes pelo mundo, podemos citar a importância da promulgação dos tratados de direitos humanos, após a Emenda Constitucional Brasileira nº 45/2004<sup>18</sup>, no qual foi possível se pensar em uma reformulação do modo de gestão da língua portuguesa. Esse processo de reformulação levou a divisões no modo de gestão da própria língua, proporcionando efeitos crescentes quanto ao seu uso, como por exemplo, a própria UNILAB - no qual estreita os laços dessa pesquisa - é um exemplo desse processo de disseminação da língua portuguesa, no qual veremos mais discussões ainda nesta seção.

Vale salientar que o português está entre as dez línguas mais faladas no mundo<sup>19</sup>, o que, em termos de valores, acrescenta grandes possibilidades de estudos quanto ao *corpus* e ao *status* (ALMEIDA FILHO, 2011). Sobre estes termos, valem as contribuições de Garcez e Schulz:

Do período inicial dos estudos de Políticas Linguísticas, contudo, uma distinção a respeito dos focos das políticas linguísticas permanece útil até hoje, pelo menos para começo de conversa: políticas linguísticas de *corpus* e políticas linguísticas de *status*. **As políticas de *corpus*** incidem sobre o assim chamado equipamento dos códigos linguísticos – literalmente, sobre o corpo da língua. Em muitos casos, isso diz respeito à língua escrita: Em que sistema gráfico será registrada? Se em sistema alfabético, qual deles? Se no sistema romano, que itens vão ser usados e quais devem ser evitados? Mesmo no caso de uma norma escrita relativamente consolidada como o português, ajustes seguem sendo feitos, como é o caso das

<sup>18</sup> A emenda constitucional n. 45/2004 acrescentou o parágrafo 3º ao art. 5º da Constituição da República Brasileira, prevendo a possibilidade dos tratados internacionais que versarem sobre direitos humanos poderem ser incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro. Disponível em: [Emenda Constitucional nº 45 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em 24 de jan. de 2023.

<sup>19</sup> Em 04 de maio de 2021, em comemoração ao Dia Mundial da Língua Portuguesa, 5 de maio, o secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, Francisco Ribeiro Telles, destacou: “A língua portuguesa é hoje a quinta língua mais falada no mundo, a primeira no Hemisfério Sul e uma das línguas mais usadas na internet e nas redes sociais. Apresenta um forte crescimento, sobretudo em África, e poderá quase duplicar os seus atuais 260 milhões de falantes, até ao final do século, de acordo com as projeções demográficas das Nações Unidas. Se hoje a nossa língua tem um considerável valor estratégico, geopolítico, econômico e cultural, essas projeções permitem prever um futuro auspicioso para o nosso idioma comum nas próximas gerações.” Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/05/1749542#:~:text=A%20l%C3%A9ngua%20portuguesa%20%C3%A9%20hoje%20a%20quinta%20l%C3%A9ngua%20mais%20usadas%20na%20internet%20e%20nas%20redes%20sociais>. Acesso em 20 de maio de 2024.

diversas reformas ortográficas e do próprio Acordo Ortográfico, todos exemplos de políticas linguísticas de *corpus*. **Políticas de status**, por sua vez, dizem respeito às funções das línguas nos seus âmbitos de uso. Uma língua pode ser veículo de interação apenas no âmbito familiar e comunitário, sem ter funções previstas no funcionamento de instituições e do Estado em geral (GARCEZ; SCHULZ, 2016, p. 09, grifos nossos).

Além disso, dos cinco continentes, a língua portuguesa ocupa oficialmente quatro deles: América, África, Europa e Ásia, o que resulta em muitos falantes como primeira ou segunda língua nos mais variados graus de proficiência. Com efeito, podemos destacar que tal situação decorre do fato de um bom (ou não) planejamento sobre a língua, pois “a partir do momento em que um Estado se preocupa em administrar sua situação linguística, apresenta-se o problema de saber de que meios ele dispõe para isso (CALVET, 2007, p. 61).” Ainda segundo o autor,

Uma ação planejada sobre a língua ou sobre as línguas nos remete ao seguinte esquema: consideram-se uma situação sociolinguística inicial (S1), que depois de analisada é considerada como não satisfatória, e a situação que se deseja alcançar (S2). A definição das diferenças S1 e S2 constitui o campo de intervenção *política linguística*, e o problema de como passar de S1 para S2 é o **domínio do planejamento linguístico** (CALVET, 2007, p.61, grifo nosso).

No que diz respeito ao *planejamento linguístico*, Calvet considera que trata-se da gestão linguística que opera sob a orientação de uma *política linguística* pretendida. Em linhas gerais, nas palavras do autor, “seja para equipar as línguas, intervir no ambiente linguístico ou para legislar, o planejamento linguístico constitui *in vitro* uma espécie de réplica dos fenômenos produzidos continuamente *in vivo* (CALVET, 2007, p.85, grifo do autor)”. Calvet explica que a gestão linguística ocorre de duas formas, conforme as dinâmicas da comunidade em foco,

[...] uma que procede das práticas sociais e outra da intervenção sobre essas práticas. A primeira, que denominaremos de **gestão *in vivo***, refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente. Por outro lado, ao que se trata da abordagem dos problemas do plurilinguismo ou da neologia: a do poder, a **gestão *in vitro***. Em seus laboratórios, linguistas analisam as situações e as línguas, as descrevem, levantam hipóteses sobre o futuro das situações linguísticas, propostas para solucionar os problemas e, em seguida, os políticos estudam essas hipóteses e propostas, fazem escolhas e aplicam (CALVET, 2007, p. 69-70, grifo nosso).

As duas formas de gestão linguística, em grande medida, não ocorrem em harmonia nos contextos sociais o que, na visão de Calvet (2007, p.85), é fruto de um grande paradoxo entre a impossibilidade de controle sobre as línguas, dados os fatos sócio históricos



próprios das comunidades, e uma insistência por parte das organizações institucionais em querer “modificar o curso das coisas, de acompanhar a mudança e atuar sobre ela.” Em meio a essas tensões, Calvet realça especificamente o papel do linguista no que discerne ao planejamento linguístico.

[...] as relações entre *in vivo* e o *in vitro* que acabamos de mostrar e o fato de que o planejamento linguístico, de certa forma ‘imita’ o curso natural da evolução das línguas, mostram que **o primeiro instrumento do planejamento linguístico continua sendo o linguista**. Se a política linguística é, em última análise, da alçada dos decisores, nenhuma decisão pode ser tomada sem uma descrição precisa das situações, do sistema fonológico, lexical e sintático das línguas em contato etc., e tampouco sem que se levem em consideração os sentimentos linguísticos as relações que os falantes estabelecem com as línguas com as quais convivem diariamente. **A política tem sido definida como a arte do possível. Aplicada à política linguística, essa proposição evidencia o papel fundamental do linguista**. É ele que pode indicar o que é tecnicamente possível fazer e o que será psicologicamente aceitável pelos falantes. **Toda arte da política e do planejamento linguísticos está nessa complementaridade necessária entre os cientistas de intervenção e as escolhas da sociedade** (CALVET, 2007, p. 85-86, grifo nosso).

A partir dessas explicações percebe-se, por um lado, o papel das instituições e, nos contextos nacionais, do Estado, como instâncias principais de deliberação e implementação de políticas linguísticas, configurando uma gestão que ocorre "de cima para baixo" (*top-down*). Nesse sentido, por outro lado, é importante considerar outras instâncias as quais deliberam e implementam políticas linguísticas em sociedade a partir das práticas cotidianas e identitárias do grupo de indivíduos, ou seja, uma gestão promovida "de baixo para cima" (*bottom-up*) (JOHNSON, 2013). Tal perspectiva não pode ser descartada em qualquer análise de planejamento de uma política linguística, no sentido de observar instituições, escolas, determinados grupos de falantes, que são capazes de intervir na língua de alguma forma. Abaixo, apresentamos um quadro que aborda de forma resumida o que tratamos até aqui:

**Quadro 1 - Gestão e Abordagem em Políticas Linguísticas**

<b>Políticas de corpus</b>	<b>Políticas de status</b>	<b>Gestão <i>in vivo</i></b>	<b>Gestão <i>in vitro</i></b>	<b>Abordagem <i>top-down</i></b>	<b>Abordagem <i>bottom-up</i></b>
Equipamentos dos códigos linguísticos, o corpo da língua: escrita, sistema gráfico, itens usados e evitados.	Funções das línguas nos seus âmbitos de uso: interação no âmbito familiar e comunitário; instituições e a oficialização da	Refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente.	Trata-se da abordagem dos problemas do plurilinguismo ou da neologia: a do poder.	Estado como instância principal de deliberação e implementação de políticas linguísticas, consideradas	Outras instâncias no qual deliberam e implementam políticas linguísticas em sociedade,

Reformas ortográficas e do próprio Acordo Ortográfico.	língua do Estado em geral.			"de cima para baixo".	ou seja, "de baixo para cima".
--	----------------------------	--	--	-----------------------	--------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora e adaptado a partir de Garcez e Schulz (2016); Calvet (2007) e Johnson (2013).

Destacado estas questões e posicionamentos, podemos mencionar as Políticas Linguísticas na educação, no qual envolvem o conceito de nossa investigação, de forma mais específica, é o que poderíamos ver de mais palpável, desde suas discussões a sua implementação enquanto uma Política Social<sup>20</sup>. Nos cabe aqui então abrir pontos de discussões que trazem à tona o *status* de oficialidade da língua portuguesa, bem como suas implicações até o momento, no qual traçamos o fator principal: a internacionalização do português e como ele é abordado, ou pelo menos como ele é visto pelo mundo. Vejamos então o subtópico a seguir.

## 1.2 A ideia de Lusofonia e as Políticas Linguísticas para a Educação no Brasil

Para Timbane (2022), os “Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) atribuíram o estatuto de **oficialidade** ao português, para permitir que ela sirva de língua de interação entre compatriotas (falantes de línguas diferentes etnias)” e também com “o mundo lusófono (neste caso a comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)” (TIMBANE, 2022, p.188, grifo nosso).

Ainda pela perspectiva de Timbane (2022), apesar de o português ser a língua oficial nesses contextos, não é falada como língua materna pela maioria dos cidadãos e cidadãs dos PALOP e Timor-Leste. Em outras palavras, há diversas comunidades de fala que precisam ser respeitadas em suas práticas linguísticas, identitárias e culturais, tendo em conta suas histórias e seus modos específicos de enxergar o mundo. Por conta disso, Timbane explica que:

A língua ultrapassa fronteiras geopolíticas e atinge pessoas de diferentes culturas e tradições. As línguas não respeitam limites geopolíticos e por vezes atingem grupos étnicos diversos. O multilinguismo na África jamais constituiu um problema. Aliás, é uma riqueza e patrimônio imaterial da qual as sociedades se orgulham. Nesse olhar, não existe língua superior a outra. **A política linguística tradicional dos africanos coloca as línguas num mesmo nível, assumindo a ideia de que toda língua é uma forma de expressão da cultura e identidade de um povo** (TIMBANE, 2022, p. 188, grifo nosso).

<sup>20</sup> Na seção seguinte, abrimos uma discussão acerca do nosso posicionamento acerca do termo Política Social e porque seu significado é importante para esta pesquisa.

A partir de entendimentos expostos por Severo (2013), Timbane discute questões relativas ao planejamento linguístico, entendendo que esse movimento de gestão ocorre em diversos níveis, com particularidades que merecem ser destacadas. O autor enxerga o **planejamento de *corpus*** como sendo os estudos para sua codificação, a construção do seu alfabeto, gramaticalização, estruturação lexical, fonético, fonológico, entre outros manuais, que envolvem desde a escrita das letras até a forma de escrever. Já o **planejamento de status**, para Timbane, é algo mais político-prático, como a língua oficial de uma sociedade sendo decidida por uma lei, através de pessoas políticas e parlamentares. Quanto ao **planejamento das formas de aquisição**, segundo o autor, trata-se das políticas do ensino que organizam como se dará a aprendizagem e a educação linguísticas em um determinado contexto, definindo-se quais as metodologias serão utilizadas a partir dos objetivos de seu ensino, seguindo as premissas determinadas pelo planejamento de *corpus* adotado. Em relação ao **planejamento de usos** linguísticos, o autor explica que este tipo de planejamento aborda como se dará e em que circunstâncias ocorrerá o uso das línguas em determinado contexto. Por fim, o **planejamento de prestígio** se destaca pela avaliação dos usos linguísticos, as crenças e discursos socialmente organizados em torno da(s) língua(s) em uso numa determinada comunidade (TIMBANE, 2022, p. 189).

Timbane defende a ideia de uma “internacionalização da língua portuguesa” o que, na perspectiva do autor, “[...] nos PALOP ainda é um sonho, porque os países não conseguem obter condições para implementar projetos que visem expandir a língua além de fronteiras” (TIMBANE, 2022, p. 189). No contexto da pesquisa, em que o autor aborda críticas ao fato das grandes decisões políticas não levarem em consideração o contexto multilinguístico africano, em que Portugal continua a realizar um movimento em prol de uma lusofonia ainda colonial, centrada em uma única cultura, a portuguesa.

Sobre o significado de “Lusofonia”, Faraco (2012, p.31) explica que “o estatuto da LP como língua internacional costuma ser subsumido pelo polissêmico termo LUSOFONIA - termo que tem ampla circulação em Portugal e quase nenhuma no Brasil e é visto, em geral, sob suspeita nos demais países em que o português é língua oficial .” Ainda segundo Faraco (2012), o termo lusofonia é polissêmico pois segue sendo usado para fazer referência a uma totalidade de falantes da língua portuguesa em todo o mundo, sendo referido como comunidade/população lusófona, ou seja, supostamente falante de uma única língua. Tal uso do termo não acarreta implicações políticas e nem de valores, mas idealiza uma

irmandade de afinidades e tradições, vinculada a um imaginário de uso histórico e processual da mesma língua. Entretanto, segundo o próprio autor,

[...] LUSOFONIA é também o nome de diferentes projetos políticos, de diferentes planos estratégicos de geopolítica - convergentes alguns em certos momentos, mas, em geral, silenciosamente divergentes e até concorrentes. E, claro, os silêncios, os não ditos, os implícitos dificultam obviamente os debates (FARACO, 2012, p. 32).

Mesmo diante da perspectiva de que a ideia de Lusofonia seja pouco corriqueira no Brasil, o autor relembra que, ainda que não seja tratado de forma direta por este termo, sua premissa “[...] está presente nas iniciativas oficiais do governo brasileiro que, [...] durante o governo Sarney (1985-1990), tomou forma, por iniciativa brasileira, a ideia de se construir um bloco internacional congregando os países de língua oficial portuguesa. Dela resultou a criação, em 1996, da CPLP” (FARACO, 2012, p. 42).

Diante do exposto, discordamos parcialmente de Timbane (2022) acerca das questões ligadas à internacionalização da língua portuguesa, acreditamos que haja um trabalho sendo feito em prol da internacionalização da LP e da língua portuguesa pluricêntrica como apontado em Oliveira (2013). Aqui também se insere, por exemplo, a atuação da Universidade Federal Latino-Americana - UNILA - e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB como dois programas do Estado Brasileiro em prol das relações interculturais transnacionais nos quais a língua portuguesa está presente e em contato com contextos multilíngues diversos.

No caso da UNILA, trata-se de uma universidade que está localizada na Fronteira Trinacional formada por Argentina, Brasil e Paraguai, cuja missão institucional é a de formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (Mercosul). A vocação da UNILA é o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina.<sup>21</sup>

Já a UNILAB, principal locus de nossa discussão neste trabalho, é uma universidade que está baseada nos princípios de cooperação solidária entre os povos brasileiro, timorense e de África. Em comum acordo com os países parceiros, trata-se de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano, a partir das nações

---

<sup>21</sup> Não entraremos a fundo na perspectiva da Unila, caso que para esta pesquisa não nos interessa de antemão, mas é importante citarmos o trabalho que vem sendo realizado, assim, para mais informações, acesse o link disponível em: <https://portal.unila.edu.br/institucional>. Acesso em 21 de out. de 2023.

que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, e também com Timor-Leste, multiplicando o aprendizado e fomentando o desenvolvimento social e econômico no Brasil e no exterior.<sup>22</sup> A UNILAB, localizada em “[...] dois pequenos municípios do interior do Ceará (Redenção e Acarape) e um da Bahia (São Francisco do Conde), foi criada pela Lei Federal Brasileira nº 12.289/2010, suas atividades letivas tiveram início em 25 de maio de 2011, Dia da África” (LINO; LERCHE, 2013, p. 84).

Desde então, todos os anos a UNILAB recebe diversos estudantes advindos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP e de Timor-Leste, realizando o processo de internacionalização da língua portuguesa a partir das variedades faladas em cada contexto nacional de seus discentes e docentes. De fato, há ainda muito a ser feito pela legitimação e respeitabilidade das múltiplas formas de uso da língua portuguesa, mas acreditamos que o sonho mencionado por Timbane em seu texto está presente nessas questões citadas, cabendo, portanto, avaliar os processos, estudá-los mais minuciosamente e encontrar formas viáveis de melhorias necessárias.

A UNILAB é parte imprescindível da história da educação superior brasileira, dada sua missão internacionalista, a promoção da integração intercultural que fomenta e seu papel histórico na reparação necessária quanto às heranças coloniais relativas ao povo negro. Trata-se de um projeto político educacional de grande relevância “[...] o qual registra ciclos expansionistas que comportam distintos recortes, a depender da perspectiva de análise dos estudos de suas origens e crescimento (LINO; LERCHE, 2013, p. 84).” Assim, de acordo com Lino e Lerche, é possível destacar quatro momentos distintos relativamente aos avanços da Educação Superior brasileira, conforme os contextos político, econômico e social do Brasil, a saber,

- (1) O primeiro ciclo de expansão compreende o intervalo entre a criação das primeiras instituições até ao início dos anos sessenta do século XX;
- (2) O segundo se localiza de meados dos anos sessenta a meados dos anos noventa do século XX;
- (3) O terceiro corresponde ao intervalo entre meados dos anos noventa e meados da primeira década dos anos dois mil;
- (4) E, o quarto e mais recente momento se localiza entre meados da primeira década dos anos dois mil até os anos mais próximos (início da segunda década dos anos dois mil). O movimento de criação da UNILAB se insere no quarto ciclo expansionista, coincidindo com um cenário propício ao aumento de instituições e de vagas no ensino superior federal (LINO; LERCHE, 2013, p. 84-85).

---

<sup>22</sup> Apesar das discussões que faremos aqui acerca da UNILAB, aos que se interessam em conhecê-la com um outro olhar, acesse o link disponível em: <https://unilab.edu.br/sobre-a-unilab/>. Acesso em 21 de out. de 2023.

A perspectiva social e política do quarto momento citado reflete as grandes contribuições que os movimentos sociais brasileiros trouxeram - e continuam trazendo - para o desenvolvimento social e humano do país, ampliando o acesso e a permanência de sujeitos historicamente marginalizados na Educação Superior. Importante destacar o quanto o processo de desenvolvimento político é importante, pois a partir das discussões dos movimentos sociais, muitas pautas acerca das políticas públicas e sociais foram levantadas e aplicadas ao contexto em que nos encontramos hoje. Além disso, particularmente, “[...] o movimento negro brasileiro se destaca nesse cenário, com ações em nível internacional e nacional, suas lideranças trouxeram para o debate nacional a discussão sobre a adoção de políticas afirmativas na educação superior, sobretudo na modalidade cotas raciais (LINO; LERCHE, 2013, p. 85)”. Sendo assim, a UNILAB configura-se como importante conquista do Movimento Negro brasileiro como uma instituição de ensino superior “fortemente marcada pela interiorização das lutas em prol de políticas afirmativas na educação superior brasileira (LINO; LERCHE, 2013, p. 86).”

Lino e Lerche defendem que a UNILAB é “[...] uma instituição de ensino, pesquisa e extensão com vocação para a construção de vínculos estreitos com a realidade local, ao mesmo tempo em que para a promoção do avanço da cooperação internacional com os países lusófonos” (LINO; LERCHE, 2013, p. 87-88) Essa ideia está expressamente declarada na Lei nº 12.289/2010, a lei que cria a UNILAB, como se vê a seguir nos excertos de seu Art2º relativos aos objetivos da UNILAB,

[...] produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa – especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente – por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

[...] ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacionais (Brasil, 2010 ).

Ainda segundo Lino e Lerche (2013, p. 88), “[...] esta vocação deverá ser desenvolvida em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas. Os indicadores socioeconômicos da região Nordeste do Brasil, assim como os dos países parceiros da CPLP, revelam territórios marcados por intensas desigualdades sociais”. Mesmo a pesquisa das autoras tendo sido realizada em 2013, portanto dois anos depois que a

UNILAB foi fundada, as autoras citaram “**deverá ser desenvolvida em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas**” (grifo nosso), ou seja, as autoras declaram a continuidade da implementação e consolidação da UNILAB a ser vivenciada nos anos futuros. Com o avanço na atuação da UNILAB quanto ao compromisso de sua missão institucional, em diálogo com avaliações e pesquisas conduzidas em mais de dez anos de pleno funcionamento da universidade, nos levam a crer que muitas pautas desse contexto foram discutidas e re-discutidas ao longo desses anos, algumas com avanços significativos, outras enfrentando grandes dificuldades, inclusive questões que abarcam o fator principal desta pesquisa: a(s) línguas(s).

Diante deste recorte da realidade educacional brasileira, não podemos deixar de mencionar que a UNILAB consiste em uma Política Linguística Educacional brasileira transnacional que fomenta discussões acerca da questão da lusofonia entre estudantes brasileiros e internacionais, unidos por algo mais expressivo que é a Língua Portuguesa. Se a Lusofonia praticada na UNILAB ainda não ressignificou, como entendemos ser importante, os diversos usos da língua portuguesa, não podemos então deixar de abordar o tema, de modo que possamos entender as questões que atravessam essa ressignificação. Para isso, precisamos, antes de mais nada, entender a realidade linguística de cada país que hoje faz parte do processo de integração no Brasil e na UNILAB, é o que veremos no subtópico a seguir.

### **1.3 A realidade linguística da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP e a integração/internacionalização da Língua Portuguesa**

A CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foi criada em 1996, com a finalidade de formar um bloco internacional formado por países em que a língua portuguesa é oficial. Atualmente, os Estados-membros da CPLP são Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e, mais recentemente desde 2014, Guiné Equatorial. De acordo com Severo e Leviski (2019, p.9), essa tentativa de aproximar diferentes países sob pretextos culturais consiste em “[...]estratégia que não apenas promove a língua, mas também articula um quadro de política externa que possibilita estabelecer cooperação econômica, educacional e política. Desse modo, no cenário global contemporâneo, a diplomacia cultural transformou-se em prioridade para os governos [...]” (SEVERO E LEVISKI, 2019, p.9).

Severo e Leviski (2019, p.10) explicam ainda que a língua portuguesa num enquadramento de internacionalização “[...]inscreve tensionamentos que envolvem a relação entre as políticas transnacionais e as políticas estatais produzindo por exemplo o português brasileiro o português moçambicano o português angolano e assim por diante.” Vale, portanto, entender o contexto linguístico dos PALOP, do qual advém a maior parte dos alunos internacionais da UNILAB. Sabemos que os povos africanos já tinham suas línguas antes das chegadas dos europeus e que essas línguas, a partir dos processos dominadores coloniais, passaram a ser vistas como “dialetos”, em franca discriminação quanto aos falares locais em relação à supremacia das línguas europeias. termo que consideramos pesado, errado e preconceituoso, uma realidade no qual consideramos triste, fato que levou a essa separação, levando em consideração o português como língua oficial, apenas.

Segundo Timbane (2022, p. 191), “[...] estima-se mais de 50 línguas africanas faladas nos PALOP”, sendo “[...]difícil indicar com exatidão quantas línguas existem porque os estudos das descrições ainda estão sendo desenvolvidos.” O que vemos é um cenário multilíngue diverso, em contextos nos quais a língua oficial é o português. A título de ilustração, Timbane (2022) apresenta o seguinte quadro de línguas africanas dos PALOP que nos ajudam a compreender melhor essa realidade.

**Quadro 2 - As línguas africanas no espaço dos PALOP**

	<b>Moçambique (2007)</b>	<b>Angola (2012)</b>	<b>Guiné-Bissau (2009)</b>	<b>Cabo Verde (2010)</b>	<b>São Tomé e Príncipe (2012)</b>
<b>L Í N G U A S</b>	kimwani, cisena shimakonde, ciyaawo, cindau emalhuwa, echuwabu, cinyanja, cinyungwe, cibalke, ciwute, comanyika, ciwute, gitonga, cicopi, xichangana, xirhonga, xiswati, zulu	kimbumdu, kikongo, tchokwé, nganguela, umbundu, ndonga, oshiwambo, nyaneka, héhéro, khoisan	criou, balanta, mandinga, papel, fula, mancanha, felúpe, beijagó, manjaco	Kabubuverdiano	santomense ou forro (base da língua kwa): Principeense ou lunguyè, angolar, anobonense ou fa d’ambu
Total da População (2010)	22.416.881 hab.	17.429.637 hab.	1.515.224 hab.	494.040 hab.	163.784 hab.



Fonte: Timbane (2022, p.191)

Já em **Timor-Leste**, encontramos um cenário ainda mais diversificado. Segundo Ferreira (2023), “Timor-Leste possui uma situação sociolinguística fascinante devido à sua riqueza linguística e diversidade cultural. [...] o país é habitado por diversos grupos étnicos, cada um com sua própria língua e tradições (p.29).” E complementa, “[...] o contexto histórico contribui bastante para o atual cenário multilíngue do país, o que se constata nos dois idiomas oficiais, duas línguas de trabalho, previstas na Constituição, além das diversas línguas autóctones existentes na ilha (FERREIRA, 2023, p.29).”

Compreendemos a diversidade que é abordar tantas línguas, nosso instituto não é discutir acerca de todas as línguas existentes em contexto africano, nos cabe destacar o processo de internacionalização da língua portuguesa, no qual, ao nosso entendimento, devem ser consideradas a partir do processo histórico de cada país, pois o português que é falado em África, não é o mesmo falado no Brasil, fato que podemos constatar dentro da própria realidade da UNILAB. Porém, temos que enfatizar o fato que estamos tratando de países multilíngues e não monolíngues, como é o que nos é passado pelo termo lusofonia, apesar de cada país ter seu próprio modo de falar o seu português, não é comprovado que esta seja sua língua materna, temos que compreender este cenário.

Por essa razão, é imprescindível que tenhamos uma noção da situação linguística dos países da integração, como vimos a partir dos dados apresentados. Trata-se de realidades que, em alguma medida, não são explicadas ou abordadas para os alunos brasileiros, que se deparam dia a dia nos corredores e salas de aulas da UNILAB sem uma compreensão do contexto cultural e linguístico de cada país, sendo, por muitas vezes, difícil a compreensão da forma como cada aluno internacional fala seu português.<sup>23</sup> Vale, nesse sentido, entender, a partir de Timbane (2022) que

A internacionalização do português africano é fomentada pelos diversos estudantes africanos que realizam seus estudos (de graduação e pós-graduação) em diversos países do mundo. No Brasil, por exemplo, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), campi no Estado do Ceará e na Bahia recebe anualmente mais de uma centena de estudantes vindos dos PALOP. **Esses estudantes trazem a sua variedade para escola brasileira.** Contagiam (no bom sentido) professores e estudantes brasileiros com a sua variedade e que de certa forma há uma troca, quer dizer, **uma internacionalização do português africano em contexto brasileiro** (TIMBANE, 2022, p. 200, grifos nossos).

---

<sup>23</sup> Perspectiva pessoal da pesquisadora, que fez graduação, especialização e agora mestrado na UNILAB do Ceará.

A este fato citado, com base no autor (que também é docente da UNILAB), os professores da mesma universidade, queixam-se da “internacionalização” da variedade africana, no modo de cobrarem de seus alunos correções com base na norma gramatical do português brasileiro, alegando falta de coesão e coerência, correções que não apagam a variedade africana do português. Segundo Timbane, **“Esses estudantes palopianos interagem com brasileiros e deixam rastros da sua variedade e fazem com que a ideia da variabilidade linguística seja mais aceita no seio da sociedade brasileira** (TIMBANE, 2022, p. 200, grifos nossos).

Não podemos esquecer que a “[...] UNILAB é uma instituição com atuação caracterizada pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos [...]”, no qual, para nós, “[...] não é uma missão simples; ao contrário, reveste-se de grande complexidade, em termos concretos e simbólicos (LINO; LERCHE, 2013, p. 92)”. Para os autores, a UNILAB enfrenta um desafio de reconhecimento de diversidade, ético e pedagógico com os diversos sujeitos que nela se inserem. O desafio em tornar-se internacionalmente conhecida pelo seu termo de cooperação Sul-Sul, a partir do seu construto conhecimento, que encaram a realidade com culturas, valores e projetos societários, ultrapassando as fronteiras físicas e intelectuais, “[...] o plano do local para o global, do regional para o nacional, do nacional para o internacional e de um só continente para o intercontinental; [...]sendo construído por gestores, docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e comunidade (LINO; LERCHE, 2013, p. 93).

Concordamos que não é, de fato, uma tarefa fácil, mas não podemos cruzar os braços e esperar que isso aconteça apenas de forma natural, não se faz políticas públicas e sociais sem discussões e re-discussões diárias, as falhas devem ser demonstradas e estudadas, a busca pelo aprimoramento que deve ser constante, e isso se dá, por exemplo, pelos próprios pesquisadores em que a UNILAB está formando. Se esse processo de integração existe, ele deve ser abordado, para que possamos melhorar dia a dia, com uma visão mais crítica, voltada para a realidade, de forma prática e administrativa, desde o processo de criação, ao momento de seu planejamento/aplicação. Reconhecer-se enquanto Política Linguística Pública (termo que discutiremos melhor mais adiante), é imprescindível, neste momento, criarmos formas de avaliação.

Sabemos que o fator principal do posicionamento da missão da UNILAB é a internacionalização e integração da língua portuguesa, nesse sentido, entendemos que os estudos da linguagem devem estar ativamente envolvidos, não apenas nas descrições das

línguas, mas na busca do aprimoramento deste efeito que começa desde o processo seletivo dos estudantes internacionais, no qual está diretamente ligada a uma decisão política. Exatamente por isso que Timbane (2022) explica que “[...]a internacionalização do português nos PALOP passa necessariamente pelo apoio da CPLP porque há muitos desafios em contexto africano. [...] há que considerar a ausência de políticas públicas e linguísticas que visem expandir a LP”.

Conforme seu pensamento, as pessoas só aprendem português por necessidade, apenas isso. O autor enfatiza ainda que, “[...] Os governos não contribuem para a eliminação do preconceito linguístico segundo o qual o português é de Portugal. As pessoas precisam compreender que o português é uma língua africana de origem europeia [...] (TIMBANE, 2022, p.201).” Parafraçando-o, só após essa compreensão, é que a internacionalização da língua portuguesa será realmente efetivada, ou seja, “[...] há que internacionalizar a LP dentro dos PALOP. Cada PALOP precisa de compreender que a sua variedade é adequada ao contexto e não precisa de desvalorizá-la em favor da “imaginada variedade modelo” (aspas do autor). O professor enfatiza que “[...] O centro da LP não é Portugal, muito menos do Brasil”. E destaca o fato de que “[...] estudos descritivos já estão sendo feitos em diversas universidades palopianas, mas falta a sistematização para a sistematização e afirmação por parte da política linguística e pública” (TIMBANE, 2022, p. 202).

Como salienta o autor, diversos estudos descritivos já foram realizados no âmbito de várias universidades dos PALOP, entretanto há ainda uma escassez na sistematização desses estudos no sentido de alimentar a construção de políticas linguísticas e públicas. Ou seja, faltam discussões e pesquisas necessárias e pertinentes, acerca do processo avaliativo linguístico na perspectiva das Políticas Linguísticas Públicas. Neste pensamento, devemos nos questionar: de onde vem os candidatos da UNILAB? Esta Política Pública Educacional e Linguística de Integração, leva em consideração a realidade política (pública/linguística) dos países africanos e do Timor-Leste?

Acreditamos que essa é uma discussão que deve ser feita, para além de uma avaliação em Políticas Públicas, a avaliação linguística, a perspectiva das Políticas Linguísticas também deve ser levada em consideração, levantar pontos pertinentes, criar espaços de análises e aprimoramentos que tornem as Políticas Linguísticas mais eficazes e abrangentes.

Percebemos que na política linguística há também política, e as intervenções sobre as línguas têm um caráter evidentemente social e político. É fato que a política nada é sem o planejamento que efetive a vivência da comunidade, em sentido local, seu

conhecimento, sua valorização e seu respeito pela sociedade em geral, considerando que o mundo linguístico é indissociável do mundo como um todo, isto é, de todos os demais aspectos da realidade humana (SOUZA; PEREIRA, 2016, p.174).

Parafrazeando as autoras, partimos do pressuposto que a intervenção política refaz uma reflexão prévia a sua implementação, que pode então se diferenciar em cada área que venhamos a chamar de planejamento. Nas políticas públicas, o planejamento se refere ao processo de planejar, algo que já está no pensamento humano e que se materializa, procedendo a partir de diferentes formas de agir. Já nas políticas linguísticas, o planejamento ou a planificação, é a implementação da política linguística em si, o caminho da escolha para uma prática real (SOUZA; PEREIRA, 2016, p.175).

Por esse olhar, acreditamos que o linguista, enquanto pesquisador e profissional de sua área, pode também ser um avaliador de ações sobre as línguas. Sob o aspecto de seu papel fundamental, o linguista pode, precisamente modificar o curso das coisas, acompanhar sua mudança e atuar sobre ela, monitorando e/ou avaliando, mas sempre lapidando seu instrumento de trabalho: a língua. “A política tem sido definida como a arte do possível. Aplicada à política linguística, essa proposição evidencia o papel fundamental do linguista. (CALVET, 2007, p. 85-86).”

Nesta seção buscamos resumir os aspectos gerais acerca das Políticas Linguísticas, como elas são vistas e compreendidas. Abordamos também a posição da Língua Portuguesa nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP e no mundo. A importância da posição do linguista nos estudos das Políticas Linguísticas, como são vistas as Políticas Linguísticas para a Educação na realidade da UNILAB e a internacionalização do Português, atrelado ao conceito de lusofonia e o processo histórico da educação superior brasileira.

Reconhecemos que ainda há muito o que discutir, por esse motivo, abordaremos sobre políticas públicas na seção seguinte, pois entendemos que é necessário a compreensão e, em seguida, depreendemos nosso posicionamento acerca do termo “Política Linguística Pública”. De antemão, compreendemos o laço da política linguística com as políticas públicas e sociais, pois, por tratarem de ações para a sociedade, os dois termos, em linhas gerais, se ligam em um propósito: sua implementação e/ou seu planejamento.

## SEÇÃO II

### POLÍTICAS PÚBLICAS

O objetivo desta seção é abordar acerca do conceito de políticas públicas, como elas são vistas e compreendidas. Tratamos de expor os principais autores que abordam este tema com suas próprias perspectivas, como: Dias e Matos (2017), Castro (2009) e Behring e Boschetti (2008). Abordamos também o motivo pelo qual concordamos com o termo política linguística pública para abordar o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais -PSEI da UNILAB, bem como nosso posicionamento acerca de qual política se trata o objeto desta pesquisa, nos baseamos pelos posicionamentos de Oliveira (2013), Souza e Pereira (2016), Garcez e Schulz (2016), Ponso (2018) e, novamente, Dias e Matos (2017). Por fim, destacamos a importância da avaliação a partir de Castro (2009), dos documentos de Avaliação de Políticas Públicas - Guia Prático de Análise *Ex ante* e *Ex post* (2018) e mais uma vez pelos autores Dias e Matos (2017).

#### 2.1 O que são Políticas Públicas - PP?

As políticas públicas são definidas de diversas formas, sua compreensão parte primeiramente acerca da política, do Estado, da ideia do público e do bem comum. “Sua conceituação está identificada como uma ação empreendida a partir do Estado, pelas instâncias do governo (DIAS; MATOS, 2017, p.1)”. Mas é importante compreendermos que “[...] a política, assim como as políticas públicas estão relacionadas com o poder social; [...] a política é um conceito amplo, as políticas públicas correspondem a soluções específicas de como manejar assuntos públicos (DIAS; MATOS, 2017, p. 01).” De antemão, vamos entender o surgimento desta noção a partir de dois termos anglo-saxões: *politics* e *policies*.

O termo *politics* refere-se ao conjunto de interações que definem múltiplas estratégias entre atores para melhorar seu rendimento e alcançar certos objetivos. Refere-se à política entendida como a construção do consenso e luta pelo poder.

Já o termo *policy* (cujo plural é *policies*) é entendido como ação do governo. Constitui atividade social que se propõe a assegurar, por meio da coerção física, baseada no direito, a segurança externa e a solidariedade interna de um território específico, garantindo a ordem e providenciando ações que visam atender às necessidades da sociedade (DIAS; MATOS, 2017, p. 02).

Segundo os autores, “[...] na língua portuguesa existe somente um termo para referir-se ao conjunto de todas essas atividades descritas; a tradução do termo *policy* por

“políticas públicas” para referir-se ao conjunto de atividades que dizem respeito à ação do governo (DIAS; MATOS, 2017, p. 02). Partindo dessa compreensão, os estudos das políticas públicas apresenta-se com a estratégia adotada de balizar o corpo de conhecimentos da política social à história, aliado a questão social, “[...] compreendida como expressão das relações de produção e reprodução social no capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.9).

“[...] a política relacionada com o estudo das políticas públicas é “justamente a atividade que busca, pela concentração institucional do poder, sanar os conflitos e estabilizar a sociedade pela ação da autoridade; é o processo de construção de uma ordem”, que permita a pacífica convivência entre pessoas diferentes, com interesses particulares e que buscam a felicidade para si, condição que lhes é assegurada (ou pelo menos deveria ser) pela ação política do Estado (DIAS; MATOS, 2017, p. 03).

Essa compreensão da necessidade do estudo das políticas públicas em sua base histórica, traz consigo pontos a partir da economia, da luta de classe, da política, da cultura ou de qualquer aspecto da sociedade que se tornem relevantes. Com base em Behring e Boschetti (2008), não há um período específico e preciso relativo ao nascimento das primeiras elaborações reconhecidas como políticas sociais, visto que, como processo social, estiveram em consonância com o momento de evolução do capitalismo, ao mesmo tempo que emergiu a Revolução Industrial, as lutas de classes e a exposição da intervenção do Estado. Historicamente, segundo os autores, sua eclosão se deu a partir dos “[...] movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX, mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista; após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945)” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 47).

No tocante ao Brasil, no período escravista do século XIX, os autores afirmam que não “[...] houve uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes.” O Brasil, sendo um país capitalista, com uma questão social já latente, com privações e pobreza, mesmo com o fim da escravidão, teve grandes dificuldades de incorporar os escravizados libertos numa política de trabalho. Essa realidade, conforme explicam Behring e Boschetti, tornaram-se questões mais pautadas politicamente “[...] apenas a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 78).

Sobre este aspecto, vemos que o surgimento das políticas públicas não aconteceu de forma uniforme, mas de forma gradativa, inferimos que, nesse sentido, também não

aconteceu de modo igual para todos os países, o que “[...] depende dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 64). Dessas tensões e negociações entre os interesses em jogo são organizadas as políticas públicas que, na visão de Dias e Matos,

constituem um elemento comum da política e das decisões do governo e da oposição. Desse modo, a política pode ser analisada como a busca pelo estabelecimento de políticas públicas sobre determinados temas, ou de influenciá-las. Por sua vez, parte fundamental das atividades do governo se refere ao projeto, gestão e avaliação das políticas públicas. Como decorrência, o objetivo dos políticos, sejam quais forem seus interesses, consiste em chegar a estabelecer políticas públicas de sua preferência, ou bloquear aquelas que lhes sejam inconvenientes (DIAS; MATOS, 2017, p. 04).

Ainda pela perspectiva de uma definição de política pública, entendemos que, no Brasil, sua compreensão é multifacetada, suas principais concepções estão em torno da ação estatal e do espaço social, são muitas as concepções e não há, de fato, um consenso conceitual. Nesse sentido, Castro (2009) explica que “[...] o sentido em que o termo é usado em qualquer contexto particular, sendo uma vasta matéria de conveniência ou convenção, no qual, nem uma, nem outra, explicará do que se trata realmente [...]”. Além disso, a “[...] política social pode ser definida em termos estreitos e largos, nada existe de intrinsecamente certo ou errado em tais definições, a medida que sejam apropriadas à tarefa em vista” (CASTRO, 2009, p. 88).

Retomando historicamente as origens das políticas públicas, Dias e Matos explicam o seguinte:

Considerada uma área do conhecimento contida na Ciência Política, as políticas públicas foram adquirindo autonomia e status científico a partir de meados do século XX na Europa e Estados Unidos. Em 1936, Harold D. Lasswell publica o livro *Política: quem ganha o quê, quando e como*, título considerado uma das definições de políticas públicas. Na Europa, esses estudos tinham por objetivo analisar e explicar o papel do Estado e de suas organizações mais importantes na produção das políticas públicas. Já nos Estados Unidos, bem como no Brasil, a ênfase se deu na ação dos governos.

Mas foi em 1951, com a publicação de dois livros fundamentais, que se tornaram um marco no estabelecimento da área disciplinar de estudos das políticas públicas, *O processo governamental*, de David B. Trauman, e *as ciências políticas*, de Daniel Lerner e Harold D. Lasswell, que as políticas públicas foram se constituindo como área disciplinar específica. No Brasil, entretanto, apenas no final dos anos de 1970 e começo dos anos 1980 tiveram início efetivos os estudos de políticas públicas, com a publicação de trabalhos sobre a formação histórica das ações do governo (DIAS; MATOS, 2017, p. 10-11).

O termo política pública, para os autores, “[...] engloba vários ramos do pensamento humano, sendo interdisciplinar, pois sua descrição e definição abrangem diversas áreas do conhecimento como as Ciências Sociais Aplicadas, a Ciência Política, a Economia e a Ciência da Administração Pública”. no qual, em outros termos, tem “[...] como objetivo o estudo do problema central, ou seja, o processo decisório governamental” (DIAS; MATOS, 2017, p. 11). Os autores explicam que o conceito de política pública subentende uma área da vida que não é privada, ou seja, individual, mas sim, uma área que vai de encontro ao que é comum para todos, denominada de “propriedade pública”, no qual não pertence a ninguém, mas é controlada pelo governo em prol do bem-estar do que é público, isto é, para todos que vivem em sociedade. Para tanto, é por essa razão que decisões são tomadas pelo público, com a intenção de afetar as pessoas de determinadas comunidades, sendo uma Rua, uma vila, um bairro ou um país, este entendimento das políticas públicas, diz respeito a problemas que são públicos, em contrapartida aos problemas de ordem privada.

Importante destacar também que “[...] grande parte das reflexões varia conjuntamente e é reflexo das condições e dos problemas sociais vigentes em cada país, o que não significa que a discussão sobre o tema torna-se irrelevante em termos teóricos” (CASTRO, 2009, p. 88). Para Dias e Matos (2017), há outra definição de políticas públicas que pode ser resumida assim: “[...] são as ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria de vida compatível com a dignidade humana” (DIAS; MATOS, 2017, p. 12). Esta definição esclarece o objetivo do Estado e o motivo pelo qual ele foi formado, “[...] ou seja, com a utilização de mecanismos legais e coercitivo, tornar possível que todos os cidadãos possam buscar a felicidade, sem que sejam prejudicados pelas ações de outros indivíduos ou organizações (DIAS; MATOS, 2017, p. 12-13).”<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> **Outras definições de políticas públicas podem ser:** (1) “A combinação de decisões básicas, compromissos e ações feitas por aqueles que detêm ou influenciam cargos de autoridade do governo” (Larry Gerston). (2) “São a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais e municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e interesse público” (Sebrae). (3) “É o que os governos decidem ou não fazer” (Dye). (4) “É a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de agentes, e que influenciam a vida dos cidadãos” (Peters). **Alguns elementos mais comuns encontrados nas definições de políticas públicas são:** (1) A política pública é feita em nome do “público”. (2) A política pública é geralmente feita ou iniciada pelo governo. (3) A política pública é interpretada e implementada por atores públicos e privados. (4) A política pública é o que o governo pretende fazer. (5) A política pública é o que o governo escolhe não fazer (DIAS; MATOS, 2017, p. 12-13).



Mesmo diante desta multiplicidade de significados, é importante destacarmos a forma como as políticas públicas estão previstas, na atualidade brasileira, a partir de nossa legislação vigente, a Constituição Federal brasileira de 1988. Após esta conquista, as políticas públicas foram legitimadas no país e foram divididas em categorias: políticas públicas regulatórias; distributivas; redistributivas; constitutivas e mídia<sup>25</sup>. A política pública é uma [...] ferramenta primordial utilizada pelo Estado para maximização do bem estar social, o que nos levam a diferentes classificações quanto ao padrão de atuação governamental em questões de interesse social” (CASTRO, 2009, p. 89) e são entendidas como um “[...] conjunto de programas ou ações governamentais necessárias e suficientes, integradas e articuladas para a provisão de bens ou serviços à sociedade, dotada de recursos orçamentários ou de recursos oriundos de renúncia de receitas e benefícios de natureza financeira e creditícia (BRASIL, 2018a, p. 13-14).

Compreendendo por este viés, entendemos ainda que, conforme explicado em Castro (2009, p.89), no Brasil, “[...] embora ainda haja carências empíricas e teóricas, também se verificou o crescimento significativo de estudos e pesquisas [...]”. Essa questão “[...] demonstra o aumento de interesse no debate sobre o papel do sistema de proteção social e das políticas sociais no atendimento às carências e demandas sociais, mais permanentes e no combate à pobreza e diminuição da desigualdade.” (CASTRO, 2009, p. 89) Nesse sentido, a

---

<sup>25</sup> Conceitualmente, as arenas de poder ou arenas decisórias podem ser divididas em quatro tipos (regulatória, distributiva, redistributiva e constitutivas), de acordo com as coalizões ou oposição ao objeto da política que está em jogo. **Distributivas:** são financiadas pelo conjunto da sociedade e os benefícios são distribuídos atendendo as necessidades individualizadas, ou seja, o governo distribui recursos a uns, sem que isso afete outros grupos ou indivíduos. A ausência de desfavorecidos gera uma arena baseada na cooptação desenvolvida numa arena menos conflituosa. Podem ser utilizadas para estimular setores e atividades já existentes, como é o caso da concessão de subsídios, ou, ainda, isenções tarifárias, incentivos e renúncias fiscais. **Regulatórias:** envolvem discriminação no atendimento das demandas de grupos distinguindo os beneficiados e prejudicados por essas políticas, estabelecendo controle, regulamento e padrões de comportamento de certas atividades políticas. Este tipo de política nasce do conflito entre coalizões políticas de interesses claros e opostos, uma vez que gera claramente uma distinção entre favorecidos e desfavorecidos (quem ganha e quem perde). Esse conflito torna a arena regulatória menos estável que a distributiva e a redistributiva. Podem-se tomar como exemplo as regulamentações dos setores econômicos e de serviços, tais como as telecomunicações, regras de tráfego aéreo e códigos de trânsito, as leis ambientais, defesa do consumidor. **Redistributivas:** têm como objetivo redistribuir recursos financeiro, direitos ou outros benefícios entre os grupos sociais, intervindo na estrutura econômica social, através da criação de mecanismos que diminuam as desigualdades. Podem ser de forma direta, através de transferências monetárias, ou indiretas, por influenciarem a longo prazo a redução das desigualdades. Caracterizam-se pelo jogo de soma zero, pela contraposição de interesses claramente antagônicos, ou seja, para que alguns ganhem, outros têm que perder. São exemplos os programas de previdência, seguro-desemprego, cotas raciais para universidades, bolsa-família, reforma agrária. **Constitutivas ou políticas estruturadoras:** são políticas públicas que estabelecem regras sob as quais outras políticas públicas são selecionadas. "São aquelas políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas. [...] exemplos são as regras do sistema político-eleitoral, a distribuição de competências entre os poderes e esferas, regras das relações intergovernamentais, regras da participação da sociedade civil em decisões públicas (DIAS; MATOS, 2017, p. 17-18, grifo nosso).

“[...] a Constituição não contém políticas públicas, mas direitos cuja efetivação se dá por meio de políticas públicas” (DIAS; MATOS, 2017, p. 15).”

Ao que se interpreta, uma política pública provoca a criação de estratégias embasadas para a solução dos problemas públicos, para o tão sonhado bem-estar social. Concordando com Dias e Matos (2017, p.15), as políticas públicas “[...] resultam do processo de decisão surgido no seio do governo com participação da sociedade civil, onde são estabelecidos os meios, agentes e fins das ações a serem realizadas para que se atinjam os objetivos estabelecidos.” Por esse ângulo, defendemos com os autores a ideia de que não existe um modelo de política pública “ideal” ou “correto”, “[...] pois elas são respostas contingentes à situação de uma cidade, região ou um país. Ou seja, o que pode funcionar em dado momento da história, em um determinado país, pode não dar certo em outro lugar, ou no mesmo lugar em outro momento” (DIAS; MATOS, 2017, p. 15).

Parafraseando Dias e Matos (2017) novamente, existem características importantes das políticas públicas, no qual se tratam de decisões e ações que advém da autoridade do poder público, nesse sentido, quem são os envolvidos na elaboração das políticas públicas? Quem está com o poder para tomar as decisões públicas? Pois, para que uma política de governo se transforme em política pública, é importante que se tenha um embasamento concreto, com critérios, ações, normas a seguir, planos, previsões de orçamento, profissional e material, considerando também a constituição, as leis e os regulamentos administrativos vigentes. Sendo, portanto, as políticas públicas decisões das instituições do governo para atender as demandas sociais, há, como explicam Dias e Matos, uma série de formas de se orientar as políticas públicas. Os autores denominam como "modelos ou tipologias" que focam setores específicos do domínio público, conforme os objetivos e áreas de atuação. Conforme os autores, os tipos de políticas públicas são:

1. **Política social: saúde, educação, habitação, previdência social.**
  2. Política macroeconômica: fiscal, monetária, cambial, industrial.
  3. Política administrativa: democracia, descentralização, participação social.
  4. Política específica ou setorial: meio ambiente, cultura, agrária, direitos humanos etc.
- No que se refere à natureza das políticas públicas, elas ainda podem ser agrupadas de acordo com as arenas decisórias, finalidades e o alcance das ações (DIAS; MATOS, 2017, p.17, grifo nosso).

Isto é, como explicam os autores, cada exemplo de política pública define uma relação e discussão específica, em outras palavras, a política determina como a política funcionará ou será aplicada, definindo quem estará envolvido, local, estrutura e contextos

institucionais que melhor se inserir. Por tanto, diante das discussões expostas, consideramos que esta pesquisa está pautada na perspectiva de política pública do tipo política social, no qual engloba a educação (como deixamos grifado nos tipos de políticas públicas citadas anteriormente). Portanto, concluimos e compartilhamos com a ideia de que a **política pública de Ensino Superior Internacional** (ação do Governo Federal brasileiro), aplica a **política social de Educação** (direito de todos e dever do Estado), a partir de uma **Instituição de Ensino Superior - IES** (a UNILAB), que projeta as **políticas linguísticas** (por um plano de fundo explicado no subtópico anterior acerca do *status* de oficialidade da língua portuguesa), operando, assim, uma **política linguística pública** (o PSEI).

Buscamos, neste subtópico, trazer um apanhado geral do que trata das políticas públicas e sociais, seus conceitos e como podemos enxergá-la em nosso país. Como vimos, não há uma definição específica ao ponto de chegarmos a um resultado final, mas convém nos atrelar ao fato de que cada política se constitui com base na necessidade existente de um Estado. Podemos dizer que muitas definições podem surgir, porém, o que nos cabe agora é explicar o termo citado: política linguística pública. É o que descrevemos no subtópico a seguir.

## 2.2 Porque o termo Política Linguística Pública - PLP?

As políticas públicas de um país recebem diferentes repercussões e visibilidades, segundo Oliveira (2013, p.01), “[...] há as políticas públicas que o governo tem interesse em publicizar, [...] as que são mais ou menos secretas ou confidenciais”, e “[...] um terceiro tipo de política pública, de pouca visibilidade, mas cuja invisibilidade não é derivada de uma intenção do Estado ou do governo. É o caso das políticas linguísticas”. Para Oliveira (2013), baseado em Calvet (2007), as políticas linguísticas estão relacionadas com as

“[...] ‘grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade’: em que língua o Estado funcionará e se relacionará com os cidadãos, em que língua(s) a educação e os serviços culturais serão oferecidos, que variedade de língua será usada, se as outras línguas faladas pelos cidadãos serão reprimidas, reconhecidas ou promovidas (OLIVEIRA, 2013, p.01).

Conforme discutido na seção I, “[...] o sintagma ‘política linguística’ é inseparável de outro, o conceito de ‘planejamento ou planificação linguístico’, que se refere justamente ao percurso para a implementação das políticas, sua transformação em realidade”; e complementa, “[...] entre a vontade de que os cidadãos usem uma língua e os passos

concretos para que uma população inteira a maneje existem elementos de planejamento: ações concretas, sistêmicas, financiamento e orçamento, formação de quadros, entre outros (OLIVEIRA, 2013, p.01)”. No entanto, como esclarece o autor, dificilmente é dada uma visibilidade às políticas linguísticas, bem como às questões que envolvem a língua que usamos. Isto se deve, acreditamos, por dois fatores:

**Em primeiro lugar** à naturalização das questões linguísticas: vivemos dentro de uma língua, nem sentimos propriamente sua presença, ela é como o ar que respiramos – só percebemos o ar quando ele nos falta. Sentimos o preconceito racial ou de gênero, lutamos contra ele, mas a maioria não sente uma discriminação tão efetiva como pouco tematizada, a discriminação decorrente do preconceito linguístico, um dos únicos preconceitos absolutamente livres, não legislado, da nossa sociedade neste início de século. **Em segundo lugar**, as políticas linguísticas aparecem diluídas dentro de políticas culturais, educacionais, políticas de inclusão ou de exclusão, não aparecem em estado ‘puro’, embora estejam necessariamente presentes na maioria das políticas educacionais e culturais (OLIVEIRA, 2013, p.1-2, grifo nosso)”.

Por conseguinte, nem sempre as políticas linguísticas são entendidas como “políticas”, segundo o autor, sendo tomadas como “[...] decisões técnicas, ‘científicas’, aparentemente tomadas pelos linguistas, e não como decisões entre possibilidades diferentes (OLIVEIRA, 2013, p.2).” Por outro lado, Garcez e Schulz (2016, p. 06) explicam que “[...] as políticas linguísticas não diferem das políticas públicas em geral, que podem ser caracterizadas como “descontínuas, contraditórias, caóticas, incompletas, descoordenadas” de modo tal que “o que mais comumente encontradas são adesões imperfeitas às políticas, mais do que não adesões”.

Se partirmos do pressuposto que o principal meio de articulação entre esses dois termos - política linguística e política pública - é o Estado, esta asserção está correta, pois, como principal articulador, o Estado, está sempre “[...] em interação mais ou menos fluida/amistosa/conflituosa com outras instâncias organizadas de poder. Por isso, o Estado é o grande crivo e o local onde os conflitos se amplificam e as batalhas se travam (OLIVEIRA, 2013, p. 02).” No tocante, “[...] do ponto de vista do Estado, então, podemos classificar as políticas linguísticas, numa primeira instância, em políticas linguísticas internas (PLI) e em políticas linguísticas externas (PLEx) (OLIVEIRA, 2013, p. 02).”<sup>26</sup> Para o autor, as

---

<sup>26</sup> É preciso comentar que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 o Brasil inaugurou uma fase nova da sua história no que tange aos direitos culturais e linguísticos, acompanhando o que ocorreu em quase todos os países do mundo. Vivemos hoje um momento privilegiado para as políticas da diversidade, como não tivemos outro na conformação do país. Essa ‘virada’ político-linguística (OLIVEIRA, 2008) foi forçada pelas comunidades de falantes das 220 línguas brasileiras, incluindo-se aqui a

“[...] “políticas linguísticas internas” aquelas que atuam sobre as línguas faladas em território sob a gestão do Estado, em geral sobre o repertório linguístico disponível, suas definições, funções e lugares sociais. Isso atinge a língua ‘majoritária’, que no nosso caso coincide com a língua ‘oficial’ do país, as muitas línguas chamadas ‘minoritárias’ ou ‘minorizadas’, como as línguas indígenas, de imigração, de sinais, afro-brasileiras e as línguas ‘estrangeiras’ ensinadas no sistema escolar do país, e portanto também do âmbito das PLI, o mercado internacional de línguas, devidamente filtrado pelos interesses da política externa do país (OLIVEIRA, 2013, p. 03).

Ao que nos interessa nesta pesquisa, especificamos o PSEI enquanto sendo uma política linguística pública, termo que acreditamos englobar sua significação planejamento/implementação, elencando-a como sendo uma política linguística interna - PLI, por se tratar de uma política que se encontra dentro de uma política pública de Ensino Superior Internacional, do tipo política social de educação, ou seja, a UNILAB, localizada em cidades do interior de dois Estados do Brasil - no qual enxergamos como uma política linguística externa - PLEx, por se tratar de uma política que ultrapassa as fronteiras do nosso país, enfatizando a importância de disseminação de uma língua oficializada em nove países.

Segundo Ponso (2018), a ordenação política brasileira dos anos 2000 fomentou uma promoção intensa da língua portuguesa em uma lógica de internacionalização linguística seguindo modelos europeus. A autora explica que

Especialmente durante o governo Lula da Silva (2003-2010), com continuidade no governo Dilma Rousseff (2010-2016), a cooperação acadêmica internacional Sul-Sul se fortaleceu no Brasil, em particular no que se refere a convênios com universidades da América Latina e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOPs. Houve, por exemplo, um incremento ao PEC-G - Programa Estudantes-Convênio de Graduação e ao PEC-PG – Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação, bem como a criação da **UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**, instituição irmã da UNILA – Universidade Federal da Integração Latinoamericana. Dentre os fatores que costumam justificar a parceria educacional entre Brasil e PALOPs, destacam-se a história de colonização dessas regiões do Atlântico Sul, bem como o compartilhamento da língua portuguesa como língua oficial (embora não majoritária em todos os países da África “lusófona”<sup>27</sup>) (PONSO, 2018, p.186, grifo nosso).

---

comunidade majoritária falante de português, que começou a não mais aceitar o papel ‘colonizado’ que o Brasil ainda desempenha no campo da lusofonia. De igual ou maior importância, talvez, tenham sido os movimentos de reconhecimento da diversidade linguística e cultural por parte das Organizações Internacionais de que o Brasil é membro, como a UNESCO, a OEI e a União Latina, entre outros, porque aí se criou um consenso muito mais amplo que serviu de caixa de amplificação para a luta das comunidades linguísticas brasileiras. Esta nova perspectiva histórica tem se concretizado em ações nos e pelos vários âmbitos do Estado, com potencial de modificar substancialmente, a médio prazo, a imagem que o país faz de si mesmo, conferindo cara e estatutos definidos aos cidadãos que ‘são brasileiros em outras línguas’ (OLIVEIRA, 2013, p. 02).

<sup>27</sup> Pelas palavras da autora: o termo e o conceito lusofonia aliam à conveniência de uma designação unificadora um reducionismo que apaga, por exemplo, os conflitos e ressentimentos resultantes da violenta colonização e exploração portuguesa na África e, nas palavras de Carlos Alberto Faraco (2009, p. 41), “o estado de imensa

Compreendido por esse ângulo, a política linguística pública a qual nos referimos aqui, entrelaça um “discurso diplomático brasileiro” que, pela perspectiva de Ponso (2018), “[...] se destaca para uma política linguística externa na cooperação acadêmica Sul-Sul, em geral se aposta mais na homogeneidade do que na diversidade, com o evidente intuito de facilitar esse intercâmbio nas esferas comercial, acadêmica, política, institucional (PONSO, 2018, p.188-189).” Com efeito, a autora nos diz que, neste ponto, a especificidade e a enorme diversidade sociolinguística são ignoradas desse panorama das línguas portuguesas, o que pode suscitar enormes prejuízos para os falantes.

Por se tratar então de uma demanda que implica historicamente e culturalmente a imposição de uma língua como oficial, em sociedades que já tinham suas próprias línguas e que ainda tem uma diversidade linguística que lhe são próprias. Ao chamarmos de política linguística pública, lidamos não só com o processo seletivo em si, mas também abordamos a união de países que têm a língua portuguesa como oficial (linguística), inserida em uma perspectiva de cunho social (público), termo que, para Dias e Matos (2017) estão relacionados, como explicam a seguir:

O termo “público”, associado à política, não é uma exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim, à coisa pública, ou seja, de todos, pertencente ou destinado ao povo, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. De modo geral, as políticas públicas são reguladas e na maioria das vezes providas pelo Estado, mas elas também envolvem preferências, escolhas e decisões privadas, e, nesse caso, podem e devem ser controladas pelos cidadãos. Dito de outro modo, “a política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos” (DIAS; MATOS, 2017, p. 14).

A partir das argumentações apresentadas, podemos entender uma relação com as políticas educativas relacionados às línguas, que vai de encontro com os conceitos de política pública e política linguística. Nesse sentido, corroboramos com a ideia de Souza e Pereira (2016), no qual destacam que o processo histórico das políticas públicas e linguísticas detém uma estreita relação com as políticas educativas. Para as autoras,

A política pública está diretamente ligada à elaboração, à formulação e à análise de propostas e programas presentes no espaço político, permeando a sociedade e agindo sobre esta. Por sua vez, a política linguística constitui-se de escolhas relativas ao uso da(s) língua(s) na sociedade. Essas escolhas podem ser pensadas e planejadas de diferentes formas. Dessa forma, as políticas linguísticas podem-se relacionar não

---

miséria social, econômica e cultural em que foram deixados, no momento da independência, os territórios africanos e asiáticos que estiveram sob o domínio português” (PONSO, 2018, p. 189).

apenas às leis e aos decretos estaduais e municipais, como também às ações não governamentais (SOUZA; PEREIRA, 2016, p. 169).

Por essa compreensão, percebemos que as políticas públicas e as políticas linguísticas apresentam decisões tomadas em sociedade, mas as políticas linguísticas podem ser desenvolvidas sem, de fato, uma ação oficial do governo, já as políticas públicas, só se tornam, de fato, uma política, após efetivação oficiais do Estado, pois, em linhas gerais, devem seguir as caracterizações de centralização e descentralização do poder de um país, marcado pelas suas legislações oficiais, como a Constituição, referência principal que delimita a delegação dos poderes, órgãos e governos públicos, pelo qual estabelecem as políticas públicas específicas e diversas, conforme as demandas apresentadas.

Para um melhor entendimento, as autoras Souza e Pereira (2016) apresentam em seu trabalho uma síntese de definições acerca do conceito de políticas públicas a partir de discussões feitas anteriormente em Souza (2012) e Azevedo (2003). Ao mesmo tempo, propõem uma correlação com as definições de políticas linguísticas que procuramos sistematizar no quadro a seguir.

**Quadro 3 - Política Linguística (PL) como Política Pública (PP)**

<b>DEFINIÇÃO/AUTOR PP</b>	<b>DIÁLOGO COM PL</b>
Políticas Públicas são decisões e análises sobre política pública que implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.	Com base em Cooper (1997) as autoras/os autores advertem para um exame dos planejamentos linguísticos por meio das seguintes perguntas: quem planifica o quê, para quem e como?
Políticas Públicas constituem-se de “[...] decisões que dependem de relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o que não teria necessariamente um fim ou um princípio... as políticas públicas precisam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise” (LINDBLOM, 1959, citado em SOUZA, 2006, p. 2).	Se uma política linguística pode vir a ser formulada por qualquer pessoa ou grupo, a passagem ao ato, chamada de planificação linguística, implica um poder político, uma relação transitiva nas situações. Ou seja, não é suficiente querer intervir na forma ou no estado de uma língua, é necessário também possuir os meios, ou obter os meios (CALVET, 2013, p. 217).
Política Pública é uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas (T. LOWI, 1964).	“[...] políticas linguísticas se referem aos esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros no que concerne à aquisição, estrutura ou alocação funcional de seus códigos linguísticos” (COOPER, 1989, p.45).

<p>“[...] um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos” (L. E. LYNN, 1980).</p> <p>“[...] política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões” (AZEVEDO, 2003).</p> <p>“[...] o que o governo escolhe fazer ou não fazer [...]” (T. D. DYE, 1984).</p>	<p>Tipologias de Chaudenson:</p> <p>(1) Política com planejamento: política ideal, em que a decisão é tomada pela instituição e todas as ações cabíveis para que essa política linguística se instale e seja realizada. Para que isso ocorra, é essencial que haja uma estrutura articulada entre quem decide e a sociedade;</p> <p>(2) Nem planejamento nem política: as línguas seguem o seu fluxo natural, sem qualquer tipo de intervenção por escolha do governo (CHAUDENSON, 1996, p. 120 e 121)</p>
<p>“[...] é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (B. G. PETERS, 1986).</p>	<p>“[...] a política linguística, determinação das grandes escolhas no domínio da relação entre as línguas e sociedade, e a sua aplicação prática, a planificação linguística [...]” (CALVET 1996, p. 3).</p>
<p>“[...] campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas [...]” (L.M. MEAD, 1995).</p>	<p>A formulação de políticas linguísticas envolve as decisões relativas ao ensino, ao uso do idioma e sua elaboração meticulosa pelas autoridades pertinentes [...] (MARKEE, 1986, citado em COOPER, 1997, p. 43).</p> <p>Cabe definir a planificação linguística como uma atividade consciente que se realiza com a autorização do governo, objetivando resolver problemas de comunicação (WEINSTEIN, 1980, citado em COOPER, 1997, p.43).</p>

Fonte: adaptado pela autora a partir de Souza e Pereira (2016, p. 173).

Refletindo a partir das definições do quadro, a política linguística está atrelada ao binômio política e planificação linguística, no qual define que estes aspectos estão ligados apenas à normatização da língua considerada oficial. Porém, a partir da década de 90, este conceito passou a se relacionar não só com a língua, mas com a língua e a sociedade, reconhecido ou não por legislações governamentais. Porém, se passarmos a considerar a política linguística com uma configuração de política pública, temos que considerar, a partir de então, a oficialização caracterizada por este campo de análise, levando sempre em consideração a evolução das discussões em políticas linguísticas, que também englobam



decisões realizadas no meio da sociedade, e não só, na esfera do governo, ou seja, de determinação oficial.

No caso da nossa pesquisa, acreditamos que se trata de uma política linguística que abrange o âmbito governamental, com reflexo expressivo de uma política pública, tratando da internacionalização que une os países que têm a língua portuguesa como oficial. Bem como de âmbito societário, no que tange a integração de línguas africanas que estão sendo faladas em território brasileiro, no qual podem influenciar, no futuro, em uma nova variação linguística do português brasileiro, principalmente nos territórios onde os estudantes internacionais se encontram. Assim sendo, a partir do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI, que integra essas perspectivas de políticas apresentadas, que discutiremos em oito pontos, justifica a razão pela qual utilizamos o termo política linguística pública para abordar o PSEI.

Seguindo esta compreensão, entendemos que estamos, em um primeiro ponto, discutindo uma **política linguística com uma abordagem *top-down*** (de cima para baixo - de instância federal, com acordos internacionais, que atinge cidadãos internacionais e brasileiros). Julgamos, em um segundo ponto, que essa abordagem *top-down* interpela uma **política linguística externa - PLEx** (é externa se pensarmos na integração das variedades linguísticas que adentram a Unilab). Em um terceiro ponto, entendemos que ela foi pensada e desenvolvida a partir de uma **política pública de Ensino Superior Internacional** (ação do Governo Federal brasileiro em parceria com os países da CPLP), no qual aplica a **política social de educação** (direito de todos e dever do Estado, com base na CF/88), a partir de uma **Instituição de Ensino Superior - IES** (a UNILAB).

Seguindo esta lógica, o quarto ponto seria a UNILAB projetar/trabalhar internamente a **política linguística de *Status*** (determinada pelo *status* de oficialidade da língua portuguesa dos países da CPLP, considerando as variações do português de cada país). O quinto ponto, para poder trabalhar as políticas linguísticas mais específicas e internas dentro do espaço da Unilab, seria criar estratégias para estabelecer um modo em que os estudantes internacionais pudessem adentrar aos cursos de graduação da Universidade de modo democrático, portanto, o PSEI foi pensado, elaborado e aplicado.

Por esse olhar, o sexto ponto a ser considerado seria, então, estratégias para planejar uma **política linguística Interna - PLI**, que contivesse especificações exclusivas de ações em políticas linguísticas para os estudantes internacionais e brasileiros da UNILAB, embasados por documentos normativos, como por exemplo, a Resolução

CONSUNI/UNILAB N° 100, de 15 de dezembro de 2022 (que aprova as diretrizes de internacionalização da UNILAB), Capítulo II, Seção V, que trata da política linguística<sup>28</sup>.

Se acentuarmos mais uma vez a abordagem *top-down*, tendo em vista que a UNILAB criou suas próprias determinações para trabalhar políticas linguísticas de forma interna, podemos presumir, ainda, que o sétimo ponto seria esta forma de gerir a abordagem *top-down* e os documentos normativos, tratando-se de um modelo de **gestão *in vitro***, por se tratar de características de determinações governamentais decisórias, organizadas por um seleto grupo de gestores, no qual, as implicações destas decisões recaem sobre os diversos membros das comunidades que adentram a UNILAB.

Se ponderarmos um oitavo ponto, podemos pensar também do interno para o externo. Considerando que o processo avaliativo seja uma ação significativa para as políticas linguísticas, assim como é para as políticas públicas, é possível conceituar e trabalhar com uma **política linguística em formato *bottom-up*** (de baixo para cima). De modo que, se refletirmos em todas as ações anteriores, caracterizam nas ações que resultam em documentos oficiais e, conseqüentemente, em resultados educacionais que atingem, de algum modo, os estudantes brasileiros e internacionais que se tornarão capacitados em suas áreas e retornarão para trabalhar em suas comunidades, é possível pensar na seguinte questão: essa política linguística interna, atinge as expectativas/necessidades/valores linguisticamente de todos os estudantes?

Obviamente que esta é uma pergunta ampla, para especificá-la melhor, teríamos que trabalhar ativamente em um processo avaliativo específico para estas políticas internas, para compreender se estas ações estão sendo de fato realizadas atingindo seus objetivos. Porém, esta questão, em particular, pode tornar a política menos “*top-down*” e mais “*bottom-up*”, ou seja, de forma interna, compreendendo as ações de dentro da Universidade, até a promulgação do PSEI. Por esse ângulo, voltamos para o começo de tudo, atingir o **objetivo da UNILAB** de internacionalização, integração e interiorização, a partir deste processo decisório de aplicação de uma **política linguística pública, o PSEI**, porta de entrada para o planejamento de outras políticas linguísticas.

Retornaremos sobre este assunto a partir do organograma apresentado na seção V, o qual se tornou base para compreensão e direcionamento das nossas análises. Por enquanto, neste subtópico, buscamos explanar questões que envolvem o termo que elencamos: política linguística pública. Em busca de uma compreensão mais acessível às nossas análises, bem

---

<sup>28</sup> Abordaremos com mais detalhes este documento na seção III.

como ao fato do que nos interessa aqui: um processo avaliativo. Assim, descrevemos a seguir a importância de se avaliar uma política pública, agora, uma política linguística pública.

### 2.3 A Importância da Avaliação

Levando em consideração o fato de que as políticas públicas existentes em nosso país, são implantadas e planejadas a partir de duras lutas sociais, ampliar nosso conhecimento sobre como essas políticas são organizadas se torna imprescindível para entender os caminhos trilhados em seu processo. A avaliação faz parte de um procedimento importante nesse processo, sendo, “[...] sem dúvida uma agenda central para a gestão pública, para a pesquisa acadêmica e aplicada, e para o controle social (CASTRO, 2009, p. 87)”.

Para Castro (2009, p.87), ao avaliar ou acompanhar uma política pública, “[...] não interessa apenas conhecer quantos são e os tipos de benefícios distribuídos, mas também os gastos realizados, os mecanismos pelos quais tais despesas são financiadas, a forma de gestão realizada e como vem ocorrendo a participação da sociedade no processo de implementação[...], é fundamental avaliar os avanços obtidos e os limites e obstáculos vivenciados por tais políticas, em termos de proteção social e das oportunidades geradas à população.”<sup>29</sup>

Vale saber que a administração pública, como Dias e Matos (2017) explicam, surgiu como ferramenta do Estado para proteger os interesses que são públicos, contrariamente aos interesses privados, garantindo que o governo seja o principal detentor de recursos, de modo que garantam a ordem e segurança estabelecidas como específicas do Estado. Neste sentido, o governo tende a resolver os problemas, arcar com o processo de planejamento, elaboração, aplicação e a avaliação das políticas públicas<sup>30</sup>. Isso significa dizer, ainda conforme Dias e Matos (2017), que “[...] a função primordial do governo, uma primeira

---

<sup>29</sup> A política pública e os programas e as ações dela decorrentes são executados, ao menos em parte, por agentes que atuam em nome do Estado no desempenho da função administrativa, objetivando atender concretamente os interesses coletivos. Essa atuação da administração pública é informada pelo princípio da legalidade, que para a esfera pública assume uma interpretação distinta à aplicada em relação aos cidadãos. Enquanto a esses são asseguradas a livre-iniciativa e a autonomia da vontade, podendo realizar as atividades e condutas não vedadas juridicamente, ao administrador público, só é permitido regular e legitimamente adotar as condutas determinadas ou autorizadas pelo ordenamento jurídico (BRASIL, 2018a, p.131).

<sup>30</sup> De forma sucinta, é disto que tratam as políticas públicas, a gestão dos problemas e das demandas coletivas através da utilização de metodologias que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de se atingir os objetivos e metas pré definidos. Uma política pública, desse modo, pode ser considerada um programa de ação de um governo, que pode ser executada pelos próprios órgãos governamentais ou por organizações do terceiro setor (ONGs, OSCIPs, fundações etc.) investidas de poder público e legitimidade governamental pelo estabelecimento de parcerias com o Estado (como, por exemplo, as agências de desenvolvimento (DIAS; MATOS, 2017, p. 14).

definição de política pública pode ser formulada como sendo o conjunto de princípios, critérios e linhas de ação que garantem e permitem a gestão do Estado na solução dos problemas nacionais (DIAS; MATOS, 2017, p. 12).

As políticas públicas são o resultado da atividade política, portanto requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política. Parafraseando os autores, essas ações políticas demandam planejamento estratégico para, assim, efetivarem os objetivos que foram almejados na sua fase inicial, englobando, por essa razão, muito mais que apenas uma decisão política. Discutir políticas públicas é importante para “[...] entender a maneira pela qual elas atingem a vida cotidiana, o que pode ser feito para melhor formatá-las e quais as possibilidades de se aprimorar sua fiscalização” (DIAS; MATOS, 2017, p. 13).”

Por esses motivos, as discussões dessas políticas devem ser realizadas com frequência pela sociedade, pelos usuários dessas políticas públicas, pela melhoria das ações implementadas. Até porque, ao realizar suas funções, o Estado precisa de planejamento, critérios, metas e objetivos, de modo que as suas atuações sejam eficazes e eficientes. Como destacam os autores Dias e Matos,

[...] observados os interesses e as demandas da sociedade, as ações devem ser planejadas e organizadas, avaliando as possibilidades existentes, estruturando sua implementação adequada, além de desenvolver mecanismos para reavaliar todo o processo. Isto é, fazendo escolhas sobre em que área atuar, onde atuar, por que atuar e quando atuar (DIAS; MATOS, 2017, p. 14).

Assim, para compreender que o processo de monitoramento e avaliação seja contínuo, ao que concerne às políticas públicas e sociais brasileiras, levando em consideração a experiência internacional, o primeiro Boletim de Avaliação de Políticas Públicas (2015)<sup>31</sup>, produzido pelo Ministério da Economia, explica que o Brasil tem, principalmente, dois desafios relativos à determinação de monitoramento e avaliação, A saber: (1) a estruturação de um sistema que inclua e coordene a ação de todos esses atores e (2) que essas avaliações gerem efetivamente aprimoramento na política pública, desde o seu planejamento estratégico, orçamentário e financeiro, até a sua oferta efetiva (BRASIL, 2015, p. 10). Para isso, é preciso entender a delimitação dos termos monitoramento e avaliação, segundo o guia de avaliação de políticas públicas. No que diz respeito ao monitoramento,

---

<sup>31</sup> BRASIL. Avaliação de Políticas Públicas: Êxitos e Possibilidades de Avanço. **Boletim de Avaliação de Políticas Públicas**. Junho de 2015. Volume 1, N° 1. Disponível em: [avaliacao-de-politicas-publicas\\_uma-proposta-a-partir-das-experiencias-internacionais \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/avaliacao-de-politicas-publicas_uma-proposta-a-partir-das-experiencias-internacionais). Acesso em 23 de jan. de 2023.

[...] tem papel extremamente relevante na execução das políticas públicas, e não deve ser desprezado em nenhuma hipótese. [...] o monitoramento é um processo contínuo ao longo da implementação, realizado pelo próprio órgão responsável pela política pública. Tem como objetivo controlar a entrega de insumos, o calendário de trabalho e verificar se os produtos estão de acordo com as metas. O monitoramento permite identificar problemas e falhas durante a execução que prejudicam as ações, os processos ou os objetivos da política pública e, assim, reúne condições para corrigir rumos ou ajustar os planos de implementação (BRASIL, 2018b, p.15).

A perspectiva de monitoramento não nos interessa, de antemão, para este estudo, pois é entendido como um processo contínuo e amplo, que envolve os desafios já citados. Nosso papel de compreensão aqui é buscar no documento encontrado (o de Avaliação de Política Pública *ex post*), um processo de avaliação de políticas públicas que nos dê suporte para a adaptação de um modelo para avaliação em políticas linguísticas.

Por essa razão, baseado nos pelo site da Casa Civil do Brasil, entendemos que “a avaliação das políticas públicas é parte integrante de uma estrutura de decisão baseada em evidências, uma das boas práticas de Governança do Setor Público, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão.”<sup>32</sup> Além desse processo integrante, a avaliação de uma política pública se mostra relevante e extremamente importante para o processo aperfeiçoamento, neste caso, o de avaliação de uma política linguística pública, no qual inclui uma pontos importantes para as áreas destacadas, beneficiando e potencializando a avaliação de decisões que afetam direta ou indiretamente os falantes da língua portuguesa.

Procuramos, nessa seção, evidenciar as conexões possíveis entre “políticas linguísticas” e “políticas públicas” a partir do entendimento de que se tratam de ações políticas deliberadas para atender demandas da sociedade. As duas questões, em linhas gerais, se ligam processualmente em seus propósitos de implementação e planejamento, ou seja, na sua gestão propriamente dita. Para assimilar a importância deste processo, abordaremos, na seção seguinte, acerca do PSEI, o processo o qual concordamos ser uma Política Linguística Pública, já explicadas anteriormente.

---

<sup>32</sup>Casa Civil - Avaliação de Políticas Públicas. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/avaliacao-de-politicas>. Acesso em 04 de março de 2023.

### SEÇÃO III

#### PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES INTERNACIONAIS - PSEI

O objetivo desta seção é abordar acerca do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI, desde o seu surgimento, quando ainda era nomeado por Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros - PSEE, até hoje ser chamado pela nomenclatura PSEI. Para realizar essa abordagem, nos apoiamos nas informações contidas no site da Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais - PROINTER, da UNILAB, antes chamada de Pró-Reitoria de Relações Institucionais - PROINST, assim como em documentos específicos da UNILAB, como o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNILAB – PDI / 2016-2021, a Resolução do CONSUNI N° 100, de 15 de dezembro de 2022, que aprova as diretrizes de internacionalização da UNILAB e informações contidas no EDITAL PROINTER N° 003/2024 para a entrada de estudantes em 2025. Além disso, debatemos sobre os termos “estrangeiro”, baseado nos estudos de Borges (2015), “internacionalização” e “interculturalidade”, baseado nos estudos de Soares, Luz e Jung (2021).

#### 3.1 A UNILAB e o Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros – PSEE

Inicialmente, se faz necessário entender um pouco sobre a UNILAB, para depois detalharmos o processo histórico do PSEE mais especificamente. É importante salientar que a ideia principal desta Universidade se deu com o intuito de uma cooperação solidária entre os povos dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, conforme o estabelecido na Missão Institucional da universidade:

A Unilab tem como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (UNILAB, 2024).

Essa missão é norteada por dois princípios fundamentais: a interiorização das universidades e a internacionalização da Educação Superior brasileira, conforme exposto no Plano de Desenvolvimento Institucional da UNILAB:

**A ideia de interiorização** do ensino superior reiterada como estratégia de expansão e democratização do acesso ao ensino superior no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 expande a rede de ensino para áreas distantes dos centros urbanos mais desenvolvidos, diminuindo as desigualdades regionais. **A internacionalização**, por sua vez, inspira-se no Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001, que dirigiu “às universidades o desafio do REUNI

(Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, qualidade e cooperação internacional” (PDI<sup>33</sup>, 2016/2021, p. 07, grifo nosso).

A partir desses princípios, em outubro de 2008, criou-se a Comissão de Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), essa comissão se reuniu durante dois anos para elaborar as atividades relacionadas: ao planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular e a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, etc<sup>34</sup>.

Em seguida, propostas e diretrizes foram sendo analisadas por entidades vinculadas ao desenvolvimento da educação superior, num processo de construção coletiva em que foram privilegiados temas acerca do intercâmbio de conhecimentos na perspectiva de uma cooperação solidária entre as nações parceiras. Além disso, destacou-se sempre um compromisso com as demandas nacionais de cada contexto social envolvido, que poderiam se tornar relevantes e impactantes para o crescimento das políticas em nível econômico e social, engajadas em uma integração internacional. Assim,

Em 20 de julho de 2010, a Presidência da República sancionou a Lei nº 12.289<sup>35</sup>, instituindo a UNILAB como Universidade Pública Federal. Desta forma, a UNILAB nasce baseada nos princípios de cooperação solidária entre os povos. Em comum acordo com os países parceiros, tornou realidade a criação de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano, principalmente com as nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). De acordo com sua Lei de Criação, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira tem como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (UNILAB, 2021/2022).

Com a lei de implantação da UNILAB sancionada, os seus principais objetivos são elencados e destacados em seu nascimento, voltados principalmente para que a cooperação internacional aconteça, com o compromisso voltado para a “interculturalidade, a

---

<sup>33</sup> UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UNILAB – PDI / 2016-2021**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/Anexo-Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-40-2016-PDI-2016-2021.pdf>. Acesso em 14 de nov. de 2022.

<sup>34</sup> UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Sobre a UNILAB**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/sobre-a-unilab/>. Acesso em 14 de nov. de 2022.

<sup>35</sup> BRASIL. Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010. **Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12289.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12289.htm). Acesso em 04 de março de 2023.

cidadania e a democracia nas sociedades”, estabelecendo suas ações, para atender às diretrizes de interiorização e a internacionalização.

Quanto ao aspecto da interiorização, os campi foram estabelecidos no interior da região Nordeste, nos municípios de Redenção/CE - local onde está a sua sede, Redenção/CE - berço da abolição da escravidão no Brasil, em 1883 - e São Francisco do Conde/BA - considerado o município de maior população negra autodeclarada do país. Quanto ao aspecto de internacionalização, a UNILAB promove a cooperação educacional entre os nove países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (PDI, 2016/2021, p.13). Por conseguinte, os cursos e ações da UNILAB envolvem foco prioritário nas

[...] áreas estratégicas de interesse do Brasil e dos demais países parceiros, reunindo estudantes e professores brasileiros e estrangeiros e contribuindo para que o conhecimento produzido no contexto da integração acadêmica seja capaz de se transformar em políticas públicas de superação das desigualdades. Por isso, a UNILAB representa um avanço na política brasileira de cooperação e de internacionalização do Ensino Superior, refletindo o engajamento do Brasil com a proposta da comunidade internacional. A UNILAB poderá ampliar seu projeto de integração internacional, focado a priori na relação com os países de língua oficial portuguesa, estendendo suas ações, de forma gradativa, às regiões e comunidades lusófonas e aos demais países, especialmente os do continente africano (UNILAB, 2021/2022).

Com foco na relação com os países de língua oficial portuguesa, de acordo com o PDI da UNILAB, documento supracitado, o desenvolvimento pretendido para a instituição está alinhado com diversos aspectos da integração internacional, dentre eles, salientamos a seguir o tópico sobre as que destacam os objetivos dessas relações entre os países da integração:

**Aprimorar** os mecanismos institucionais de intercâmbio acadêmico entre comunidades acadêmicas de países parceiros e outros que pretendam cooperar com a universidade para fins realização de seus objetivos e missões;  
**Instituir** e implantar o Conselho de Integração Internacional, de caráter consultivo;  
**Aprimorar** mecanismos de consulta aos países parceiros para fins de definição de prioridades de criação de novos cursos e desenvolvimento de pesquisas aplicadas;  
**Criar e implantar** o Centro de Estudos Interdisciplinares Africanos e das Diásporas;  
**Destinar**, na moradia em construção, apartamentos para professores e pesquisadores visitantes;  
**Criar centros de pesquisas** básica e aplicada com perspectiva de cooperação internacional;  
**Manter e aprimorar** os mecanismos atuais de cooperação internacional através das instituições de que a UNILAB participa;  
 De forma proativa, **realizar propostas de participação em projetos de pesquisa** internacionais de interesse da universidade nos campos acadêmicos de sua atuação;



Em parceria com instituições brasileiras e/ou internacionais, participar de projetos de formação de recursos humanos para atuação em instituições de saúde e/ou de ensino superior dos países parceiros (PDI, 2016/2021, p.54-55, grifo nosso).

Destacamos estes pontos pois, se realizarmos uma correlação com o que discutimos anteriormente, todos estes objetivos que trata das relações entre os países da integração, envolvem a língua portuguesa para comunicação, ou as línguas africanas, faladas apenas entre os estudantes internacionais. O fato é, as políticas linguísticas devem estar bem embasadas para atender essa demanda plurilingue que a UNILAB passa a vivenciar. Conforme declarado pelo PDI em discussão, em busca de efetivar sua proposta de integração e cooperação internacional, “[...] metade das vagas oferecidas é destinada ao público brasileiro, cuja seleção é feita por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a outra metade é destinada a estudantes oriundos dos países parceiros, selecionados mediante processo específico” (PDI, 2016/2021, p.12). No que diz respeito ao processo seletivo específico para estudantes oriundos dos países parceiros, temos as informações pertinentes detalhadas no site oficial da UNILAB<sup>36</sup>.

Inicialmente, cabe delimitar que, antes de se chamar Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI, o processo foi chamado de PSEE: Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros, uma ação sempre gerida pela Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais - PROINTER, da UNILAB. Apesar do termo “estrangeiros” não ser mais utilizados nos últimos editais de seleção - e sim o termo “internacionais” -, no site oficial da PROINTER ainda encontramos o termo “estrangeiro” em seus textos.

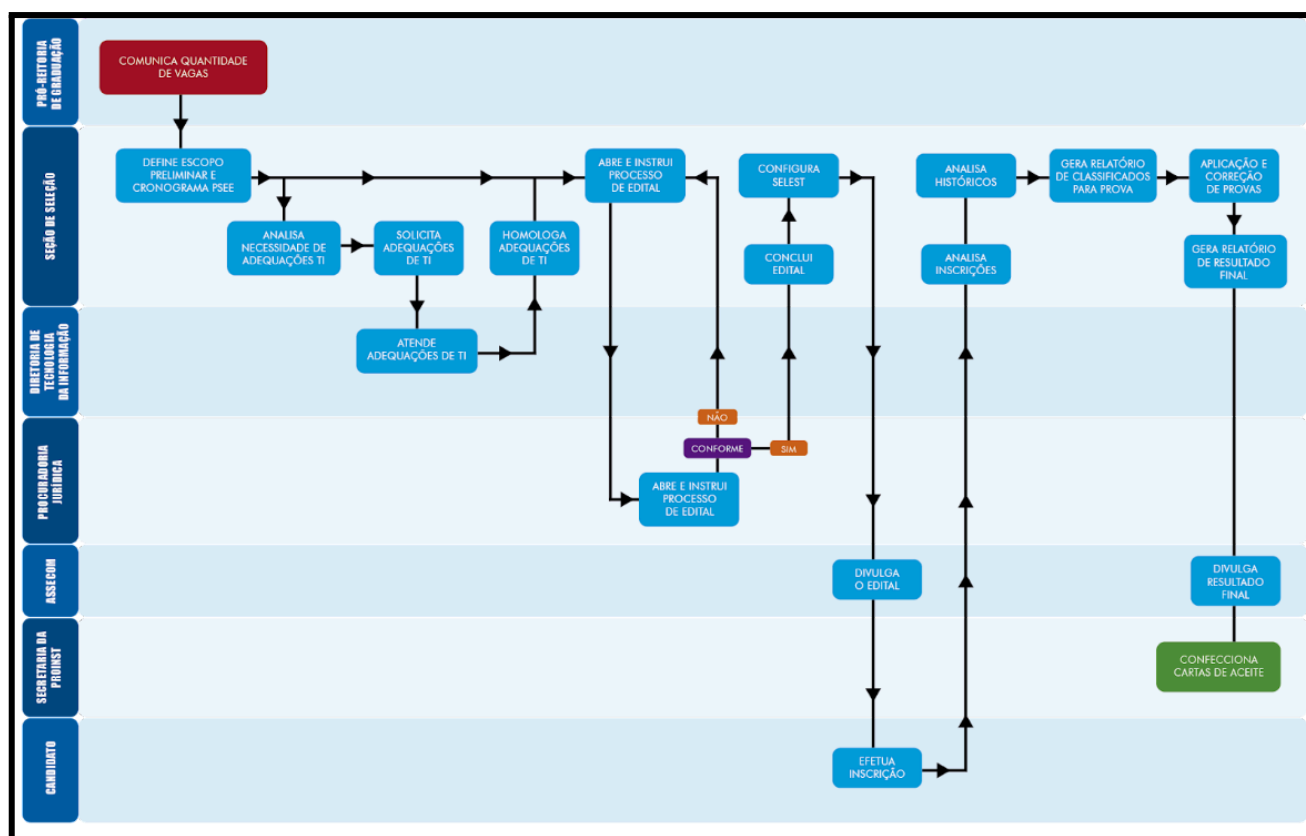
No que concerne às responsabilidades da PROINTER, atentemo-nos que esta pró-reitoria é um setor administrativo da UNILAB, responsável por elaborar e implementar, parcerias com outras pró-reitorias, bem como a estratégia de cooperação solidária com os países da CPLP e de outras nações, com o objetivo de integrar instâncias da Universidade nos sistemas de mobilidade acadêmica, para além disso, incentivar os grupos de pesquisa para o estabelecimento de parcerias e desenvolvimento de projetos temáticos, com o propósito de articular projetos que envolvam ações em outras instituições conectadas com a UNILAB, em âmbito nacional e internacional, de modo a criar espaços de debates e de formação sobre cooperação solidária e interculturalidade.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Seção de Seleção**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/secao-de-selecao/>. Acesso em 22 de set. de 2022.

<sup>37</sup> Sobre a Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINTER). Disponível em: <https://prointer.unilab.edu.br/a-prointer/>. Acesso em 31 de março de 2024.

Além destas ações de extrema importância, a PROINTER é responsável pela realização do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros - PSEE, como também o acolhimento e a integração dos estudantes internacionais no ambiente acadêmico. Cuida do planejamento, executa e articula todas as etapas ao longo da inserção acadêmica e durante toda a trajetória dentro da Universidade. Vale destacar, que o processo seletivo, antes denominado PSEE, era previsto pelo seguinte fluxograma, elaborado pela Pró-Reitoria de Relações Institucionais - Proinst e agora Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais - PROINTER<sup>38</sup>:

**Figura 01 - Fluxograma do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros - PSEE**



Fonte: PROINTER/UNILAB

Não encontramos informações no site oficial da UNILAB, se atualmente o processo seletivo segue este mesmo fluxograma, também não encontramos debates acerca do motivo pelo qual mudaram os termos “estrangeiro” para “internacional”, mas debatemos

<sup>38</sup> UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. Fluxograma do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros - PSEE. Disponível em: [https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/05/Fluxo-proinst\\_Prancheta\\_1.png?\\_ga=2.1391665.1040704469.1663956083-1050374618.1600734012](https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/05/Fluxo-proinst_Prancheta_1.png?_ga=2.1391665.1040704469.1663956083-1050374618.1600734012). Acesso em 23 de set. de 2022

sobre os termos no último tópico desta seção. Assim, no tópico a seguir, delimitamos como acontece o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI, baseado no último edital da seleção, disponível no site da PROINTER.

### **3.2 Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI**

Com base na seção de Seleção de Estudantes Internacionais do Site da PROINTER, esta pró-reitoria é responsável pelo planejamento, a organização, a redação e a publicação de editais, bem como a condução do processo de seleção de candidatos internacionais para a UNILAB, em conformidade com a legislação pertinente. Todo o processo é divulgado pelo site da UNILAB: editais, aditivos, normas complementares e avisos oficiais sobre os processos de seleção de candidatos internacionais e é constituído pelas seguintes fases: a) Inscrição; b) Homologação de Inscrição; c) Recursos quanto às inscrições indeferidas; d) Avaliação de Desempenho Acadêmico, verificado através da análise de histórico escolar; e) Recursos para a fase de Avaliação de Desempenho Acadêmico; f) Classificação e convocação para a realização das provas de Redação e Específicas; g) Correção das Provas; h) Publicação dos Resultados; i) Recursos quanto aos Resultados; j) Confirmação de Interesse na vaga para a matrícula; l) Convocação para matrícula e recursos.

Conforme delimita o Site institucional da PROINTER, mais especificamente que trata da Seção de Seleção, essa seleção tem como atribuições: I – Realizar o planejamento da seleção internacional no início de cada ano civil; II – Elaborar, junto à Coordenação, PROGRAD e PROPAE os editais de seleção do processo seletivo internacional; III – Articular junto a Coordenação as fases e a logística do processo seletivo internacional; IV – Orientar os Institutos sobre os processos de admissão dos estudantes estrangeiros; V – Estabelecer contatos com embaixadas e Ministério das Relações Exteriores sobre a seleção internacional e as demais fases do processo; VI – Prestar suporte aos candidatos inscritos, aprovados no processo seletivo internacional; VII – Organizar, com apoio da Coordenação, as comissões necessárias para o bom andamento da seleção internacional; VIII – Orientar quanto à abertura dos processos de seleção internacional; IX – estimular, divulgar e cooperar no que concerne ao processo de seleção de estudantes com os demais países; X – Manter atualizado o

cadastro das embaixadas e parceiros internacionais para fins da seleção; XI – Elaborar relatórios e agendas de atividades inerentes à seção.<sup>39</sup>

Após todas as etapas do PSEI, a Seção de Acolhimento e Articulação de Estudantes Internacionais, também vinculada à PROINTER, tem suas atribuições declaradas também no site da UNILAB, na seção que trata do Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros - PAIE. Este programa tem o intuito de acolher os estudantes estrangeiros em uma ação conjunta entre as Pró-Reitorias acadêmicas da instituição, tendo à frente a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAAE), através do Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE), criado a partir da Resolução Nº 28, de 18 de novembro de 2014. O estudante é acompanhado, orientado e apoiado no que diz respeito a sua integração à vida acadêmica, acomodação, regularização junto aos órgãos competentes, registros acadêmicos, procedimentos de saúde e inserção no Programa de Assistência Estudantil (PAES). Inicia-se logo após a sua confirmação de interesse de matrícula, ainda no seu país de origem, através de meios virtuais e redes sociais.

A Comissão Coordenadora do PAIE seleciona tutores, que são estudantes regularmente matriculados na Unilab. Uma vez selecionados, os tutores são treinados para desenvolverem atividades de acompanhamento aos seus tutorandos, visando a permanência, a integração e o pleno desempenho acadêmico do estudante estrangeiro recém-ingresso. Após a sua chegada na Unilab o estudante fica hospedado em hotel e/ou pousada e é acompanhado por aproximadamente três meses ou até que esteja integrado ao ambiente universitário. Nesse período são realizadas reuniões sistemáticas para o monitoramento dos procedimentos, o que oportuniza correções e aperfeiçoamento do processo seletivo de estudantes estrangeiros nessa instituição acadêmica de alto nível acadêmico.<sup>40</sup>

Acreditamos que o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI é parte fundamental e estruturante da cooperação internacional solidária constituída pela UNILAB, viabilizando a entrada de estudantes internacionais na instituição. Através do PSEI, a instituição intensifica e fortalece suas ações acadêmicas e institucionais por meio de um

---

<sup>39</sup> UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Seção de Seleção**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/secao-de-selecao/>. Acesso em 04 de nov. de 2024.

<sup>40</sup> UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **PAIE – Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/paie-programa-de-acolhimento-e-integracao-de-estudantes-estrangeiros/>. Acesso em 04 de nov. de 2024.

compromisso de integração: formar profissionais capacitados para os países parceiros. Esta concepção está pautada no processo de integração que

[...]aponta para um movimento pelo qual diferenças entre instituições e países engendram arranjos políticos e jurídicos criadores de regras de unificação de comportamentos a que todos se submetem; nesse sentido, integrar significa unificar (criar unidade, inteiro), a partir de distintas instituições, países ou indivíduos (PDI, 2016/2021, p.44).

O Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da UNILAB é meio de entrada de estudantes internacionais, tornando-se imprescindível o reconhecimento dos seus pontos mais relevantes, como também seu procedimento mais detalhado, com o intuito enaltecer os objetivos de formar e integrar os alunos internacionais selecionados que adentram a UNILAB através do PSEI, principal porta de entrada dos estudantes advindos da CPLP. Este processo tão importante, é imprescindível para a existência e continuidade da missão da UNILAB. Assim, enxergar o processo seletivo como uma política linguística pública, envolve questionamentos e pontos positivos para a sua avaliação, para que sua existência continue em constante processo de evolução e desenvolvimento dessa integração tão desejada que, por meio do PSEI,

**[...] torna ainda mais importante o processo que denomina parceiros os países da CPLP: a língua portuguesa.** A importante aproximação dos “integrantes das regiões baiana e cearense, bem como entre os países parceiros e entre os próprios países parceiros, apontam não só para uma integração entre a Língua, mas por meio da Língua, no qual estabelecem encontros entre culturas e costumes, além de intensificar a cooperação entre estudantes brasileiros e internacionais e de internacionais entre si. É muito relevante que o conhecimento do outro seja tomado como fator integrador (PDI, 2016/2021, p. 46, grifo nosso).

Em linhas gerais, para compreensão destas informações, o PROINTER Nº 003/2024<sup>41</sup> - Processo Seletivo de Estudantes Internacionais 2024 para ingresso nos cursos de graduação da UNILAB em 2025, está dividido nos seguintes tópicos: 1. Informações iniciais; 2. Público-alvo; 3. Inscrições; 4. indeferimento e recursos; 5. Competências; 6. Critérios de avaliação e classificação; 7. Aplicação das provas; 8. Procedimentos de confirmação de interesse na vaga; 9. Disposições finais; e 10. Cronograma. Veremos estes tópicos mais detalhados na seção V, que trata das análises dos dados levantados.

Em pontos mais relevantes, no que diz respeito às políticas linguísticas que estão envolvidas após a entrada dos estudantes na UNILAB, vale ainda destacar algumas informações que estão institucionalizadas na Resolução do Conselho Universitário -

---

<sup>41</sup> Disponível em: [Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI 2025](#). Acesso em 09 de dez. de 2024.

CONSUNI N° 100, de 15 de dezembro de 2022<sup>42</sup>, que aprova as Diretrizes de Internacionalização da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Assim, no CAPÍTULO I, das Diretrizes, que trata das DISPOSIÇÕES GERAIS, o documento especifica que as Diretrizes de Internacionalização devem ser consideradas na elaboração de normativos, planejamentos e ações acadêmicas da UNILAB, em conformidade com o art. 2º da Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010.

No seu CAPÍTULO II, que trata dos eixos temáticos - seção I - Da internacionalização de currículos e dupla diplomação, o Art. 6º, é destacado que a UNILAB, por intermédio da PROINTER, tem o papel de buscar apoio junto aos Ministérios da Educação da CPLP, para realizar trâmites necessários para o reconhecimento dos diplomas da UNILAB, sempre em conexão com as embaixadas. Na seção II - que trata da mobilidade acadêmica internacional, aborda, no Art. 8º, capítulo III - a ênfase na capacidade de articulação Sul-Global aos países de língua portuguesa, sem que, a ela, de fato se restrinja.

Ainda no CAPÍTULO II, seção V - que trata apenas da política linguística, consideramos pertinente expor na íntegra todos os artigos que competem a esta seção, pois a estas perspectivas, consideramos estratégias para planejar uma política linguística interna - PLI, que contém ações exclusivas para o trabalho com as políticas linguísticas para os estudantes internacionais e brasileiros da UNILAB. Entretanto, pela extensão do conteúdo desta seção, elaboramos um quadro para melhor compreensão das informações, destacando com a cor vermelha partes específicas, às quais julgamos pertinentes dar uma ênfase maior, pois a seção aborda políticas linguísticas de ações internas dentro da Unilab, que podem, ou não, já estarem sendo aplicadas.

Vejamos:

---

<sup>42</sup> UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **CONSUNI – Resoluções 2022**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/consuni-resolucoes-2022>. Acesso em 25 de abril de 2024.

**Quadro 4 - CAPÍTULO II - Seção V da Resolução do Conselho Universitário - CONSUNI - Nº 100, de 15 de dezembro de 2022 - PRIMEIRA PARTE**

Art. 32	Art. 33	Art. 34
<p>As políticas linguísticas da UNILAB serão caracterizadas, a priori, pela democratização do aprendizado das mais diversas línguas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• § 1º Deve-se planejar e oportunizar o aprendizado de línguas estrangeiras modernas (como o inglês, o espanhol, o francês, o italiano, entre outras)</li> <li>• § 2º Deve-se promover o estudo, a pesquisa e a apropriação de línguas africanas, como as línguas étnicas preferencialmente dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).</li> </ul>	<p><b>A implementação de políticas linguísticas, em caráter institucional, buscará garantir a aquisição de línguas estrangeiras (LE), a vivência em ambientes acadêmicos estrangeiros, intercâmbios científicos interinstitucionais e mobilidade internacional.</b></p>	<p>As políticas linguísticas devem estar alinhadas ao perfil político-pedagógico da UNILAB.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parágrafo único.</li> </ul> <p>As ações institucionais devem aprofundar a compreensão da diversidade cultural multilíngue e a necessidade da intercompreensão linguística, com ênfase no contexto da Cooperação Sul-Sul.</p>

Fonte: elaborado pela autora.

**Quadro 5 - CAPÍTULO II - Seção V da Resolução do Conselho Universitário - CONSUNI - Nº 100, de 15 de dezembro de 2022 - SEGUNDA PARTE**

Art. 35	Art. 36	Art. 37
<p>A política linguística da UNILAB deverá ter como objetivos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• I - promover línguas estrangeiras de grande circulação no mundo globalizado;</li> <li>• II - promover línguas faladas nos países com os quais a UNILAB tem cooperação, principalmente aquelas que são línguas étnicas e línguas nacionais (crioulos) nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e demais povos africanos, conhecidos por sua realidade multilíngue;</li> <li>• III - fortalecer o ensino de português como língua adicional, língua de cultura, língua de herança e/ou língua oficial nesses países e, por outro, permitir a formação e a capacitação de professores e estudantes da UNILAB para expressar-se e produzir seus textos acadêmicos em outras línguas.</li> <li>• Parágrafo único. As políticas linguísticas da UNILAB devem basear-se nos princípios da dialogicidade, da cooperação, da solidariedade e da decolonização.</li> </ul>	<p>Para o estabelecimento das políticas linguísticas da UNILAB, devem ser adotadas, de modo institucional, as seguintes medidas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• I - promoção da semana das línguas e culturas estrangeiras;</li> <li>• II - estímulo ao uso de línguas estrangeiras no interior da Instituição;</li> <li>• III - criação de núcleos de conversação em línguas estrangeiras;</li> <li>• IV - tradução de páginas eletrônicas institucionais da UNILAB para línguas estrangeiras e</li> <li>• língua brasileira de sinais;</li> <li>• V - organização de eventos científicos estrangeiras;</li> <li>• VI - estímulo à oferta de componentes curriculares optativos exclusivamente em línguas</li> <li>• estrangeiras na graduação e na pós-graduação;</li> <li>• VII - criação de revistas acadêmicas multilíngues para promover as pesquisas realizadas na</li> <li>• UNILAB;</li> <li>• VIII - criação do Comitê Institucional de Políticas Linguísticas;</li> <li>• IX - promoção/facilitação ao pós-doutoramento de docentes da UNILAB.</li> </ul>	<p>Caberá aos núcleos de línguas da UNILAB o acompanhamento das políticas linguísticas, baseando-se em relações internacionais para a cooperação interinstitucional, interdisciplinar e intercultural.</p>

Fonte: elaborado pela autora.

**Quadro 6 - CAPÍTULO II - Seção V da Resolução do Conselho Universitário - CONSUNI - Nº 100, de 15 de dezembro de 2022 - TERCEIRA PARTE**

**Art. 38**

**Art. 38. As políticas linguísticas deverão ser compostas por ações que envolvam a internacionalização dentro e fora da instituição, devendo para isso serem consideradas ações específicas.**

**§ 1º Para ações inerentes à internacionalização interna, observar o seguinte:**

- I - propor e desenvolver programas e projetos direcionados ao letramento acadêmico e à formação linguística da comunidade acadêmica;
- II - desenvolver programas e projetos relacionados à formação linguística continuada de profissionais da educação básica, em especial aqueles que atuam na área de ensino de idiomas;
- III - desenvolver programas e projetos relacionados à formação do português como língua adicional/estrangeira;
- IV - desenvolver programas e projetos relacionados à formação em línguas africanas para profissionais da educação básica responsáveis por componentes relacionados à cultura afro-brasileira;
- V - desenvolver programas e projetos direcionados a dar visibilidade às produções intelectual, científica, artística e cultural da UNILAB;
- VI - favorecer interações multilíngues e multiculturais entre os membros da comunidade acadêmica da UNILAB;
- VII - favorecer ações de ensino e aprendizagem de diferentes línguas na UNILAB, incluindo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e também acesso ao Português como Língua Adicional (PLA)
- VIII - contribuir para a formação linguística de estudantes de graduação e de pós-graduação e de servidores docentes e técnico-administrativos em educação para o uso de línguas adicionais;
- IX - apoiar ações que favoreçam a mobilidade internacional de estudantes de graduação e de pós-graduação e de servidores docentes e técnico-administrativos em educação da UNILAB, bem como a recepção de membros provenientes de outras IES internacionais;
- X - propor iniciativas que visem à valorização da aprendizagem de línguas a curto, médio e longo prazo de estudantes de graduação e pós-graduação e para servidores docentes e técnico-administrativos;
- XI - incentivo à participação de docentes e discentes internacionais - membros do corpo acadêmico da UNILAB - na proposição e oferta de cursos de línguas e culturas estrangeiras;
- XII - preparação para exames de certificação internacional de proficiência linguística;
- XIII - aplicação de exames de certificação internacional de proficiência linguística, a exemplo de inglês e espanhol.

Fonte: elaborado pela autora.

**Quadro 7 - CAPÍTULO II - Seção V da Resolução do Conselho Universitário - CONSUNI - Nº 100, de 15 de dezembro de 2022 - QUARTA PARTE**

**Art. 38**

**Art. 38. As políticas linguísticas deverão ser compostas por ações que envolvam a internacionalização dentro e fora da instituição, devendo para isso serem consideradas ações específicas.**

**§ 2º Para ações inerentes à internacionalização externa, observar o seguinte:**

- I - engajamento, fortalecimento e ampliação da participação da UNILAB em Cátedras destinadas à discussão e à implementação de políticas linguísticas;
- II - participação nos seminários internacionais promovidos pela Cátedra Unesco em políticas linguísticas para o multilinguismo; III - promoção de diálogo e de intercâmbio com instituições promotoras do multilinguismo;
- IV - realização de pesquisas conjuntas com instituições parceiras sobre diversidade linguística, cultural e multilinguismo;
- V - realização de visitas sistemáticas a instituições parceiras, como embaixadas, agências de fomento à pesquisa, instituições que apoiam a mobilidade ou realizam o ensino de línguas e a difusão cultural, visando a garantir o fluxo contínuo de informações de interesse recíproco para a internacionalização.

Fonte: elaborado pela autora.



Em documentos oficiais, percebemos que trata-se da primeira vez que encontramos determinações específicas para as ações em políticas linguísticas institucionais, ou seja, especificamente para a UNILAB. Nesse sentido, vimos que boa parte da responsabilidade destas ações está por conta da PROINTER, que deve dar prioridade e atenção na perspectiva Sul-Global, notadamente aos países de língua portuguesa, sem, no entanto, a ela se restringir. Esta atitude busca democratizar o aprendizado das mais diversas línguas e, em resumo, operacionalizar ações institucionais que aprofundem a compreensão da diversidade cultural, multilíngue e a necessidade da intercompreensão linguística, com ênfase no contexto da Cooperação Sul-Sul.

Estas são apenas partes do que achamos primordiais nesta resolução<sup>43</sup>, há aqui delimitações específicas para ações institucionais com ênfase nas políticas linguísticas, ações estas que devem acontecer após o processo seletivo, pois é parte fundamental do processo maior desta política linguística pública. Em suma, temos aqui um cenário antes, durante e depois do PSEI, políticas linguísticas entrelaçadas e delimitadas para serem aplicadas, veremos mais detalhes acerca dos pontos destacados desta resolução na seção V, antes de mais nada, precisamos entender os termos que são utilizados recorrentemente no contexto UNILAB, principalmente para compreendermos a mudança que delimitamos no nome do processo seletivo, de estrangeiro, para internacional.

### **3.3 Estrangeiro, internacionalização e interculturalidade**

Em um primeiro momento, os termos estrangeiro e internacional nos apresenta com um mesmo significado. Baseado no que podemos discutir no tópico anterior, vimos que, na verdade, tem muito o que se discutir as diferenças, Borges (2015) nos explica que, “[...] mesmo quando as definições formuladas para os verbetes parecem repetitivas, elas formulam discursos diferentes, conformados pelas condições sócio-históricas da época em que foram produzidos (BORGES, 2015, p. 200).” Ainda na perspectiva de Borges (2015), o autor traz em seu trabalho definições que incluem historicamente a compreensão das definições descritas nos dicionários. Para Borges:

O gesto de interpretação que ensinamos nesta proposta de leitura dos dicionários é o da análise dos enunciados definidores e dos exemplos do verbe “estrangeiro”, articulando-os com o desenvolvimento do Estado nacional brasileiro. Segundo

---

<sup>43</sup> Indicamos que, se possível, antes de continuar com a leitura deste trabalho, possam acessar a Resolução citada, de modo que a compreensão de nossas discussões seja mais explícita.

Nunes (2003, p. 20), definir “de um certo modo é mostrar-se como sujeito do discurso definidor, com tudo o que isso implica: filiação a certas formações discursivas, relação específica com a língua”. A análise do enunciado definidor, conforme trabalhado na análise de discurso, remete o discurso da definição à relação *sujeito-língua-história*, questionando a transparência da definição e tomando o valor em relação ao conjunto de enunciados que estão em jogo em uma determinada conjuntura (BORGES, 2015, p. 202, grifo do autor).

Em definição, o autor conclui que a partir da análise realizada em 13 (treze) dicionários de Língua Portuguesa (publicados em Portugal e no Brasil) acerca do termo, podemos entender que “[...] o estrangeiro está sendo definido a partir de uma relação constitutiva, a qual *sujeito-língua-espaco* funcionam indissociavelmente conformando sentidos na história.” Ou seja, “[...] o estrangeiro foi definido na relação com a divisão dos espaços (dentro e fora), dos sujeitos (nós e eles) e das línguas (palavras estrangeiras, idioma de outra nação e língua oficial do Estado) (BORGES, 2015, p. 2017, grifo do autor). Ainda conforme o autor, ao

[...] formular sobre o estrangeiro, esses dicionários produziram sentidos para as *línguas*. No dicionário de Bluteau (1712-1728), o verbete “estrangeiro” foi remetido à palavra latina “Barbarus” para mostrar o processo de separação político entre a língua do dominado (língua do bárbaro, língua bárbara) e a língua do dominador (latim ou grego). No dicionário de Houaiss (2001), sob novas condições de produção, vimos uma vez mais a divisão das línguas que separa os sujeitos entre falantes da língua oficial do Estado e os da língua não vernácula, e língua estrangeira. Assim, nos dicionários analisados, a língua representa simbolicamente os modos de divisão do espaço como é também a materialidade que denuncia a estrangeiridade do sujeito na história (BORGES, 2015, p.2018, grifo do autor).

Por conseguinte, o termo internacional tem um significado mais resumido. Nos dicionários *on-line*, encontramos as seguintes definições: 1. Que é comum ou respeita a duas ou mais nações; 2. Associação dos operários das diversas nações para a defesa dos seus interesses; 3. Canto revolucionário; 4. Que ou quem já participou numa prova esportiva em representação do seu país (ex.: judoca internacional; o internacional brasileiro sofreu uma lesão grave).<sup>44</sup> Ou os significados: 1. Que se realiza, que se passa entre nações: comércio internacional; 2. Que se situa entre duas ou mais nações: ponte internacional.<sup>45</sup> Dito isso, entendemos que esta mudança está intrinsecamente ligada ao processo não só de uma língua, mas de um processo histórico notadamente “deixado de lado”, em busca de respeito entre as nações, como forma de revolucionar sua história, em busca de seus interesses.

<sup>44</sup> Priberam Dicionário. Internacional. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/internacional>. Acesso em 20 de maio de 2024.

<sup>45</sup> Dicionário online de Português. Internacional. Disponível em: [Internacional - Dicio, Dicionário Online de Português](#). Acesso em 20 de maio de 2024.

Inferimos, nesse sentido, que o processo de mudança do termo estrangeiro, para internacional, pode ter acontecido por embate de interesses e objetivos no qual envolve a UNILAB. A intenção, acreditamos, não é separar, distanciar ou aderir a preconceitos com relação ao processo histórico de dominação da língua portuguesa nos países que participam da seleção, mas sim envolvê-los em único objetivo, o de integrar o que por muito tempo foi separado por um país colonizador. Claro, isto são apenas deduções, teríamos que abordar o tema com mais cautela e delimitação, mas, por enquanto, acreditamos ser pertinente trazer à tona esta pequena discussão.

Acerca dos termos internacionalização e interculturalidade, Soares, Luz e Jung (2021), em sua pesquisa, acreditam que “[...] a interculturalidade se apresenta desde a relação e concepções de internacionalização propostas pelas instituições de ensino superior do hemisfério norte, visto que elas tentam impor suas formas e modelos de internacionalização.” E complementam dizendo que, “[...] as relações interpessoais necessitam de mediação de um assessor de assuntos internacionais para que os alunos compreendam a realidade em que se inserem” (SOARES; LUZ; JUNG, 2021, p. 01). Por realidade, os autores explicam que ao retratar este significado de realidade, contribuem

[...]para a construção de uma prática de internacionalização responsável, que respeite as diferenças culturais oriundas das histórias vividas pelos alunos integrantes dos projetos de mobilidade acadêmica. Stallivieri, Vianna e Gauthier (2019) apresentam os princípios da Internacionalização Responsável: *Balance* (equilíbrio), *Accountability* (prestação de contas), *Sustainability* (sustentabilidade), *Inclusion* (inclusão) e *Compliance* (comprometimento). O *Balance* refere-se à reciprocidade, ou seja, ao equilíbrio de estudantes recebidos e enviados ao exterior. O termo *Accountability* aborda a prestação de contas, quer dizer, os resultados que as parcerias entre instituições de ensino superior geraram. A *Sustainability* está associada com a sustentação ou manutenção de parcerias dessas IES. Já o termo *Inclusion* está relacionado com o fato de todas as pessoas terem acesso e oportunidade de viver a internacionalização. A palavra *Compliance* ou comprometimento aborda a ideia das Instituições de Ensino Superior (IES) terem real compromisso em manter o que foi planejado. Baseando-nos nesses princípios de internacionalização responsável, o diálogo intercultural se torna a possibilidade de superarmos preconceitos, oportunizando condições para surgir novas formas de ser, viver e pensar (SOARES; LUZ; JUNG, 2021, p. 02).

Destacamos novamente que não é do nosso interesse nos aprofundar teoricamente sobre os termos, mas de trazer a reflexão acerca da mudança dos nomes no título do processo seletivo. Se estivermos certos, a mudança de estrangeiro (que consideramos algo mais “preconceituoso” ao processo histórico dos estudantes advindos da CPLP), para internacional, se deu principalmente para dar ênfase e importância a esse processo histórico de luta por oportunidades, corroborando com o que Soares, Luz e Jung (2021) destacaram: reciprocidade

ao equilíbrio de estudantes recebidos; prestação de contas; resultados que as parcerias entre instituições de ensino superior geraram; sustentação ou manutenção de parcerias dessas IES; a inclusão, relacionado com o fato de todas as pessoas terem acesso e oportunidade de viver a internacionalização; e o comprometimento das Instituições de Ensino Superior (IES) terem em manter com o que foi planejado.

Neste sentido, as IES que trabalham com a internacionalização e com a interculturalidade - caso da UNILAB - se comprometem com os princípios de internacionalização responsável, com o diálogo intercultural, dando aos estudantes internacionais e brasileiro a possibilidade de superarem preconceitos, oportunizando condições para surgir novas formas de ser, viver e pensar, como destacam os autores. Com esta reflexão, não podemos acreditar que seja algo fácil de se concretizar, se assim o fosse, não estaríamos agora discutindo tais termos. Há muitos desafios, a avaliação e o destaque destas ações são um deles. Em resumo,

[...] foi possível perceber o quanto é necessária e urgente a construção de ações práticas que envolvam a interculturalidade nas instituições de Ensino Superior no Brasil na gestão da internacionalização. Conforme apresentado nos congressos, eventos e produção teórica da área, esse já é um tema bastante recorrente, mas as universidades ainda apresentam dificuldades em propor práticas nesse sentido. O fato de esse tema já fazer parte das discussões nos eventos e congressos é um ótimo começo, mas as discussões carecem de exemplos de boas práticas. A pesquisa limita-se a analisar e estudar um caso, tendo sido entrevistado um dos envolvidos no programa de internacionalização de uma instituição. Possivelmente, caso viéssemos a repetir o estudo com outros envolvidos, como alunos, professores, coordenadores de curso e reitores, obteríamos outras respostas e outros desafios. Dessa forma, a pesquisa abre espaço a outros possíveis questionamentos, principalmente relacionados às práticas interculturais efetivas (SOARES; LUZ; JUNG, 2021, p. 13-14).

Esta seção nos traz alguns esclarecimentos, ou, quem sabe, algumas críticas que, enquanto pesquisadores, ainda podemos fazer, de modo que façam jus ao que foi prometido em termos de objetivos e missões. O fato é que, esta Política Social Educacional, desenvolvida pelas Instituições de Ensino Superior - IES, que trazem o termo internacional em seu nome, tem muitos desafios, pois trazem um passado com o colonialismo, traçando um futuro muito desafiador, mas também muito promissor. Na seção a seguir, vamos delimitar nosso percurso metodológico e conectar um pouco dessas discussões com nosso objeto de estudo.

## SEÇÃO IV

### PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo desta seção é abordar acerca dos passos e as escolhas que nos possibilitaram o alcance dos nossos objetivos, a caracterização de nossa pesquisa de abordagem qualitativa, epistemologia baseada na cientificidade dos estudos da linguagem, de natureza teórica e aplicada, com análise de dados com formato exploratório, descritivo e explicativo, com utilização principal dos procedimentos de estudo de caso, bibliográficos e documentais, bem como a escolha da avaliação executiva como processo de adaptação para avaliar o PSEI, no qual denominamos como uma política linguística pública. Baseamo-nos neste percurso a partir de Chizzotti (2003); Fiorin (2013) Zanella (2009); Yin (2001); Marconi e Lakatos (2020) e do Guia Prático de Análise *ex post* (BRASIL, 2078b).

#### 4.1 Delimitação da Pesquisa

Ao partirmos de uma perspectiva, no qual nosso principal objetivo é refletir acerca de um objeto de estudos que influencia o meio social em que vivemos, compreendemos também que a busca para esta reflexão deve estar pautada em métodos que compreendam de forma ampla e específica tal objeto, para sanar nossos questionamentos, testar nossas hipóteses e alcançar nossos objetivos.

Partindo dessa compreensão, este trabalho está pautado em uma perspectiva teórica e aplicada, que concebe o conhecimento científico como todo o “[...] conhecimento obtido por meio de procedimentos metodológicos que possibilitam investigar a realidade de forma organizada, ordenada, seguindo etapas, normas e técnicas, por meio de aplicação de métodos [...] (ZANELLA, 2009, p.53).” Explicando melhor, a partir de Zanella, uma pesquisa de natureza teórica e prática, “[...] busca responder como e por que ocorrem os fatos e fenômenos. Em outras palavras, o conhecimento científico resulta de pesquisa metódica e sistemática da realidade dos fatos (ZANELLA, 2009, p.53).”

Para a concepção necessária do percurso de análise que realizamos, destacamos mais uma vez os objetivos desta pesquisa, quais sejam: Objetivo geral: Avaliar o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, enquanto uma Política Pública dentro do enquadramento teórico-metodológico das Políticas Linguísticas, a partir de um modelo adaptado de avaliação de Políticas Públicas.

E, como objetivos específicos temos: (1) Descrever acerca do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, seus objetivos e sua importância enquanto Política Pública e Política Linguística; (2) Estudar e adaptar um modelo de avaliação de Políticas Públicas, mais especificamente o de “Avaliação Executiva”, propondo critérios para a avaliação de Políticas Linguísticas, em observação aos critérios de avaliação e classificação do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, e; (3) Aplicar e analisar o modelo de “Avaliação Executiva” adaptado, com base na observação dos critérios já existentes de avaliação e classificação do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI;

Para atingirmos esses objetivos, nos debruçamos por um arsenal teórico de documentos já existentes sobre avaliação de políticas públicas. Passamos pelo processo de análise e escolha para adaptação de um dos modelos, para avaliar política linguística, buscamos arquivos institucionais, bibliografia específicas como: resoluções, leis, relatórios e editais oficiais da UNILAB para responder os questionamentos pertinentes que contém no modelo de avaliação adaptado e assim poder abrir discussões relevantes, baseado em nossos questionamentos, objetivos e hipóteses.

Para tanto, de acordo com os documentos estudados, baseados sempre em nossos objetivos, analisamos os dados a partir de um formato exploratório, descritivo e explicativo. Segundo Zanella (2009, p. 79), a “[...] pesquisa exploratória tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno. Esse tipo de pesquisa explora a realidade, buscando maior conhecimento, para depois planejar uma pesquisa descritiva”. Ainda segundo a autora, “[...] a pesquisa qualitativa é descritiva, pois, se preocupa com descrever os fenômenos por meio dos significados que o ambiente manifesta. Assim, os resultados são expressos na forma de transcrição de entrevistas, narrativas, dentre outras formas de coleta de dados e informações (ZANELLA, 2009, p.76).” Para uma melhor compreensão, realizamos também uma análise de forma explicativa, a qual, de acordo com Zanella, está

[...] centrada na preocupação de identificar fatores determinantes ou contributivos ao desencadeamento dos fenômenos, explicando a razão do fato ou fenômeno social, de modo que o ambiente social da ocorrência seja situado, sendo fundamental na identificação de causa e efeito do evento social. Os procedimentos básicos são: registrar, classificar, identificar e aprofundar a análise (ZANELLA, 2009, p.81).

Os métodos de análises citados, foram imprescindíveis para os procedimentos seguintes, mais especificamente, o procedimento de estudo de caso. Escolhemos este procedimento por se tratar de uma demanda exclusiva: o Processo Seletivo de Estudantes

Internacionais - PSEI, que acontece na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB. Assim, consideramos importante detalhar o PSEI, traçando seu surgimento e a sua importância, pois por se tratar de um estudo de caso, este, por sua vez,

[...] aborda com profundidade um ou poucos objetos de pesquisa, por isso tem grande profundidade e pequena amplitude, procurando conhecer em profundidade a realidade de uma pessoa, de um grupo de pessoas, de uma ou mais organizações, uma política econômica, um programa de governo, um tipo de serviço público, entre outros. Assim, a característica principal é a profundidade do estudo (ZANELLA, 2009, p.86)

Corroborando com a mesma ideia, Yin complementa dizendo que,

O estudo de caso é utilizado quando o pesquisador investiga “uma questão do tipo ‘como’ e ‘por que’ sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle” tendo como objeto de estudo um caso único ou casos múltiplos (YIN, 2001, p.28).

Ademais, esta pesquisa tem cunho documental, uma vez que se debruça sobre uma série de documentos institucionais já aqui apresentados e sabendo que a pesquisa documental “[...] é realizada em base e fontes disponíveis, como documentos impressos, artigos científicos, livros, teses, dissertações” (MARCONI; LAKATOS, 2020, p.32). Igualmente a pesquisa tem um caráter bibliográfico pois ampara-se, teórica e metodologicamente em estudos científicos que abordam conceitos e reflexões pertinentes às áreas de concentração dessa investigação. Dessa maneira, “[...] como o próprio nome diz, se fundamenta a partir do conhecimento disponível em fontes bibliográficas, principalmente livros e artigos científicos” (ZANELLA, 2009, p.82).

No que tange às análises de políticas públicas, pautamos nosso trabalho a partir da pesquisa de Bezerra e Moreira (2023)<sup>46</sup>, na qual encontramos os documentos que propõem

---

<sup>46</sup> As autoras buscaram avaliar em sua pesquisa de conclusão de curso da Especialização em Gestão em Saúde, o desenho de implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa na cidade de Redenção, localizada no Estado do Ceará, no ano de 2019. Com interesse na área das políticas públicas, por ser bacharela em Serviço Social e, por conseguinte, Assistente Social; e também por interesse na área da linguística e política linguística, por ser licenciada em Letras - Língua Portuguesa. Há aqui um interesse extremamente profissional em debater formas coerentes que estabeleçam críticas pertinentes às duas áreas. Vale salientar ainda que, enquanto Assistente Social, a autora respalda seu interesse em pesquisas com junções nas duas áreas, a partir do seu Código de Ética Profissional, que estabelece no TÍTULO II - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES GERAIS DO/ ASSISTENTE SOCIAL - Art. 2º - Constituem direitos do/a assistente social: [...] c- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais [...] (BRASIL, 2012, p.26); e também na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, em seu Art. 4º - Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares (BRASIL, 2012, p.44).

modelos de avaliação de políticas públicas, os documentos são: “Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex ante* - volume 1 (BRASIL, 2018a)”<sup>47</sup>; e o “Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post* - volume 2 (BRASIL, 2018b)”<sup>48</sup>.

Estes documentos, como dito, são voltados para a avaliação das políticas públicas, sendo primordiais para o embasamento desta pesquisa. Vale salientar, que encontramos o primeiro guia após uma busca da referência do segundo guia, documento que foi utilizado para avaliar uma política pública no trabalho de Bezerra e Moreira (2023)<sup>49</sup>. Para compreensão, destacamos aqui o conteúdo dos dois guias. Inicialmente, evidenciamos o conteúdo do primeiro guia, o de análise *ex ante* que,

[...] traz informações sobre os principais estágios da construção de políticas, envolvendo o diagnóstico do problema a ser enfrentado, a caracterização da política – objetivos, público-alvo e resultados esperados – e o seu próprio desenho. Outras etapas consistem em apresentar estratégias de construção de legitimidade, implementação, monitoramento, avaliação e controle. Finalmente, elementos sobre o impacto orçamentário e financeiro das políticas desenhadas e a análise prévia de seus custos e benefícios [...] (BRASIL, 2018a, p.09).

Em outras palavras, o guia deixa claro como uma avaliação de política pública deve começar, ou seja, “*ex ante*”<sup>50</sup>, ou em sua tradução: “antes do fato”, ao que chamamos de desenho.

A avaliação das políticas públicas deve começar no nascedouro, por meio da análise *ex ante*, a fim de verificar, fundamentalmente, se respondem a um problema bem delimitado e pertinente. Em função disso, observa-se se há um objetivo claro de atuação do Estado e se propõe um desenho que efetivamente possa ser alcançado. Entre outros tópicos, é necessário que as políticas públicas contem com essa análise *ex ante* para que os recursos públicos e o bem-estar da sociedade sejam otimizados. Desse modo, evita-se a detecção posterior de erros de formulação e de desenho, que, com maior racionalidade no processo inicial de implantação da política, poderiam ter sido previstos e eliminados (BRASIL, 2018a, p.11).

<sup>47</sup> BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Presidência da República. Casa Civil. Repositório do Conhecimento do IPEA. **Avaliação de Políticas Públicas - Guia Prático de Análise Ex ante**. Volume 1, 2018a. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8285>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

<sup>48</sup> BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Presidência da República. Casa Civil. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Ministério da Fazenda. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Avaliação de Políticas Públicas - Guia Prático de Análise Ex post**. Volume 2, 2018b. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8853>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

<sup>49</sup> “A análise dos dados obtidos para a avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa - PNSPI se deu sob a perspectiva do Guia prático de avaliação de políticas públicas (BRASIL, 2018). Mais especificamente, baseou-se no tópico “Avaliações Específicas”, item 6 - “Avaliação de Implementação”[...] (BEZERRA; MOREIRA, 2023, p.107-108).”

<sup>50</sup> Ex-ante é um termo do Latim. Ele quer dizer “antes do fato”. Ao contrário do ex-post, onde a avaliação é feita com base nos dados do passado, o ex-ante é uma expectativa em relação a eventos futuros, o que o torna mais subjetivo. Disponível em: <https://maisretorno.com/porta/termos/e/ex-ante>. Acesso em 22 de jan. de 2023.



Evidenciamos também o conteúdo do segundo guia, o de análise *ex post*<sup>51</sup>, no qual exemplifica formas de como avaliar a Política Pública que já se encontra em execução, ou seja, busca entender como está sendo realizada a sua implementação, seu desenvolvimento, bem como o seu impacto na sociedade.

Posterior ao estágio de criação, existe aquele no qual uma política pública já se encontra em andamento. Nesse caso, é necessário dispor também de métodos específicos para lidar com o monitoramento e avaliar o seu alcance. Esta publicação, ao complementar a anterior, preenche essa lacuna. A análise *ex post*, ao incorporar técnicas de gerenciamento, permite acessar os pontos críticos de uma política pública, propondo aprimoramentos ou mesmo dizer se tal política deve ser suspensa ou substituída. Também por meio de instrumental estatístico específico é possível saber com elevado grau de confiança o impacto, o retorno ou a eficiência de determinada política (BRASIL, 2018b, p.11).

Este guia, diferente do anterior, exemplifica formas de avaliar a política pública após o seu desenho, ou seja, “*ex post*”, ou em sua tradução: “após o fato”.

De um lado, a análise *ex ante* objetiva promover uma reflexão em nível mais elevado quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas, para que estas sejam melhor desenhadas e planejadas, incluindo, por exemplo, a indicação do sistema de monitoramento e avaliação que será utilizado ao longo de sua execução. De outro lado, a avaliação *ex post* é um instrumento relevante para a tomada de decisões ao longo da execução da política – dizendo ao gestor o que aprimorar e, em alguns casos, como fazê-lo –, bem como para a melhor alocação de recursos entre as diferentes políticas públicas setoriais.

Assim, este guia completa o processo integrado de avaliação de políticas públicas, em que, na primeira etapa, está a análise *ex ante* e, nas etapas seguintes, está a avaliação *ex post* de políticas públicas, com diferentes abordagens para a cadeia de valor das políticas públicas (insumos, processos, produtos, resultados e impactos) (BRASIL, 2028b, p.13).

Centramos nossa atenção para iniciar nossas discussões, principalmente pelo Guia Prático de Análise *ex post*, tendo em vista que se trata da avaliação de uma política já em processo de implementação, estabelecendo tópicos e modelos, para que assim, realizássemos uma adaptação de um modelo de avaliação de políticas públicas para a avaliação de políticas linguísticas. Em seguida, aplicamos essa adaptação, conforme o processo que seguimos, com base na apresentação do modelo de avaliação proposto.

Nessa direção, abordamos nossa análise a partir da Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010, que dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

---

<sup>51</sup> Termo encontrado no Latim, *ex-post* quer dizer “após o fato”. Oposto de *ex-ante*, em que se decide antes do fato, o *ex-post* é a avaliação do passado, com base nos dados históricos, para se calcular: retornos em um determinado período (mês ou ano, por exemplo); ou riscos. Disponível em: <https://maisretorno.com/portal/termos/e/ex-post>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

Afro-Brasileira - UNILAB, do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: aprovado pela Resolução Consuni/UNILAB nº 115, de 21 de junho de 2023; da Resolução Consepe nº 42, de novembro de 2019; da Resolução Consuni/UNILAB nº100, de 15 de dezembro de 2022 e o Relatório de Gestão da UNILAB, de 2023.

[...] o primeiro passo lógico em relação aos instrumentos normativos na antevisão das políticas públicas é identificar no ordenamento jurídico, iniciando-se pela Constituição da República, quais são os dispositivos legais que autorizam ou determinam a execução da política pública pretendida e fazer um juízo de adequação recíproca. A esse conjunto de dispositivos chamamos base legal (BRASIL, 2018a, p.132).

Além destes materiais, outras obras bibliográficas foram destaques, conforme a necessidade dos temas abordados e das discussões que foram feitas, tais como: Calvet (2007), que traz uma discussão acerca das origens da política linguística e Behring e Boschetti (2008), que traz uma discussão acerca do estudo das políticas sociais e políticas públicas em sua base histórica, a partir da economia, da luta de classe, da política, da cultura e de outros aspectos que são relevantes, dentre outros autores já explanados nas seções anteriores.

A abordagem da nossa pesquisa, tem formato qualitativo, um método de investigação utilizado por pesquisadores no qual os dados coletados acontecem de forma não quantificáveis. Segundo Chizzotti,

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científica, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Para além deste posicionamento, a partir do objeto de estudo desta pesquisa, que trata, também, de um processo de estudos das línguas (mesmo que não tenha sido o foco em questão) e principalmente da língua portuguesa, seguimos como nosso suporte a epistemologia dos estudos da linguagem e do meio social de suas práticas. Consideramos relevante situar os estudos da linguagem no âmbito político-prático, como o debate que expomos neste trabalho. Porém, é preciso compreendermos que, segundo Fiorin,

A gramática foi o modelo de reflexão linguística durante toda a Antiguidade, a Idade Média e parte da Idade Moderna. Depois surge a filologia [...]. Mais modernamente constitui-se a Linguística como Ciência da Linguagem. A Linguística é uma ciência, porque ela, ao contrário da gramática, não se pretende normativa (não tem por finalidade prescrever como se deve dizer), mas se quer descritiva e explicativa (tem por objetivo dizer o que a língua é e por que é assim).

Assim como um químico não diz que uma reação é certa ou errada, um biólogo não declara que determinada espécie não deveria existir ou que ela é feia, um astrônomo não classifica os corpos celestes em bons e maus, um linguista não condena certas maneiras de falar, não as deixa inexistentes, não prescreve como se deve falar, mas procura descrever e explicar construções, as formas (FIORIN, 2013, p. 37, grifo nosso).

Nesse sentido, ainda baseado nos estudos de Fiorin (2013), corroboramos com o autor, com a perspectiva de língua e linguagem, assim, entendemos que, a linguagem é a capacidade humana de se comunicar por meio dos signos, ocupando um lugar à parte intrínseca de ser um ser humano, pois é possível aprender outras coisas com o decorrer da vida, mas falar, já se nasce falando. Nesse sentido, a linguagem atende uma necessidade natural do ser humano, a de comunicação, de produzir sentidos, mas também de criar linguagens para diferentes manifestações. De fato, só entendemos as coisas pela linguagem, e só pela linguagem as coisas ganham sentido (FIORIN, 2013).

Porém, cada língua tem sua forma de interpretação da realidade, de modo a caracterizar e interpretar as coisas ao redor, estabelecendo relações entre essas coisas, ordenando o mundo de maneiras distintas, expressando diferentes formas de compreender a realidade. A língua, em outras palavras, recorta um pouco da realidade, ordena e categoriza as coisas, as ações e os sentimentos. Não apenas isso, mas é uma ferramenta de percepção do nosso mundo, pois é o meio pelo qual interagimos em sociedade, e o meio pelo qual somos identificados, muitas vezes. É por esses e outros motivos, que temos múltiplas possibilidades de usos linguísticos, ou variações. Para Fiorin (2013),

O uso de uma determinada variedade linguística marca a inclusão num dado grupo social e dá uma identidade a seus membros. Aprendemos a distinguir as diversas variedades e, quando alguém começa a falar, sabemos se a pessoa é um gaúcho, um carioca, um paulista e assim por diante. Sabemos que certas expressões pertencem à fala dos mais jovens; outros indicam que o falante tem mais idade. As variantes linguísticas conferem uma identidade às pessoas, sejam elas pessoas do mundo real ou personagens, que são pessoas de ficção (FIORIN, 2013, p. 27).

Tendo explicitado os principais métodos utilizados, e traçado nosso percurso metodológico para esta pesquisa, no subtópico seguinte, detalhamos como aconteceu a coleta do nosso *corpus*, fase primordial para a busca de respostas para os nossos questionamentos, comprovação de nossas hipóteses e o alcance dos nossos objetivos.

## 4.2 Modelo de avaliação de Políticas Públicas

Nesta etapa, apresentamos, primeiramente, as Linhas de Avaliação de Políticas Públicas que constam no documento “Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex ante* e *ex post* - volume 1 e 2 (BRASIL, 2018a; 2018b). Como dito, nos concentramos no Guia Prático de Análise *ex post* (BRASIL, 2018b) para constar as linhas e os modelos específicos para Avaliação de Políticas Públicas já implantadas e em execução. Mantemos um olhar atento para a linha de avaliação que mais se adequa à nossa pesquisa, além disso, levamos em consideração o tempo para que a pesquisa conseguisse ser concluída, de modo que sua criticidade seja relevante aos termos que destacamos nas discussões feitas nas seções anteriores.

Vale lembrar, que os dois guias de avaliação no qual citamos, aborda questões de Avaliação de Políticas Públicas, no entanto, o primeiro aborda questões do início da política, do seu nascimento; o segundo guia, por outro lado, nos leva a compreensão de avaliação da política que já está em execução, bem como pontos de avaliação que podem ser utilizados. Assim, no documento de Análise *ex post* (BRASIL, 2018b), é destacado, primeiramente, o ponto de “Avaliação Executiva” e o segundo ponto, acerca das Avaliações Específicas.

Nas Avaliações Específicas, são destacados oito linhas de Avaliação de Políticas Públicas, que são: (1) Análise de Diagnóstico do Problema; (2) Avaliação de Desenho; (3) Avaliação de Implementação; (4) Avaliação de Governança da Política Pública; (5) Avaliação de Resultados; (6) Avaliação de Impacto; (7) Avaliação Econômica ou Retorno Econômico e Social; e (8) Análise de Eficiência.

Para uma melhor compreensão do que trata cada uma dessas linhas avaliativas, elas serão descritas a seguir, de forma resumida, bem como o modelo que escolhemos para adaptar, uma vez que constituem nossa principal técnica para análise de dados acerca da avaliação do PSEI. Na primeira linha avaliativa destacada, no Guia *ex post* (BRASIL, 2012) caracteriza-se acerca da Avaliação Executiva.

### 4.2.1 Avaliação Executiva,

[...], que permite, de forma prática e rápida, identificar em qual elemento ou em qual processo da cadeia de valor da política há maior chance de ocorrerem aprimoramentos. Essa abordagem contempla a apresentação do panorama geral da política, a análise do problema que a política pretende combater, a teoria do programa, das atividades e produtos, dos resultados e impactos, de custo e gestão financeira, e dos indicadores de eficiência. A partir dessas evidências, será

desenvolvida uma análise global da política, traçando conclusões e recomendações para o seu aprimoramento ou para o debate de priorização dos recursos públicos na sua execução (BRASIL, 2018b, p. 29-30).<sup>52</sup>

Na segunda linha avaliativa destacada, acerca das Avaliações Específicas, pontua-se oito avaliações na ordem a seguir:

#### **4.2.2 Análise de Diagnóstico do Problema:**

A partir da avaliação executiva, mais especificamente a partir do tópico que descreve e apresenta brevemente a relação e os indicadores mais gerais do problema para o qual a política se dirige, as suas causas e consequências, pode-se chegar, por exemplo, à conclusão de que cabe aprofundar a análise do diagnóstico desse problema [...]. Isso pode ser motivado, basicamente, por dois fatores. O primeiro decorre da mudança da conjuntura: ou porque a política foi extremamente eficaz em combater uma ou mais causas do problema, ou porque essas causas cessaram, a realidade verificada no presente não permite mais o diagnóstico anterior que justificava a intervenção com a política pública. O segundo fator é a análise crítica que verifica se o diagnóstico anterior estava realmente correto e adequado (BRASIL, 2018b, p. 30).

#### **4.2.3 Avaliação de Desenho:**

Esta permitirá que o desenho planejado inicialmente seja confrontado com a experiência prática de implementação da política, o que gera informações e recomendações para retroalimentar o desenho da política e, conseqüentemente, aprimorar a sua gestão e os seus resultados.

Quando a avaliação de desenho [...] é executada após anos desde o início da execução da política, ou seja, quando seu funcionamento já está sedimentado e automatizado, o seu objetivo torna-se a revisão do desenho adotado, com uma análise mais ampla que aborde a revisão crítica do modelo lógico, os indicadores relacionados a esse modelo, a análise da teoria do programa e a identificação de falhas e erros no desenho da política (BRASIL, 2018b, p. 31).

#### **4.2.4 Avaliação de Implementação:**

Denomina-se avaliação de implementação, ou avaliação de processos, que opera na “engenharia de produção” das políticas públicas. É por meio dessa abordagem [...] que se identifica se a execução das políticas públicas vem ocorrendo conforme os normativos existentes e o desenho estabelecido – observando a entrega adequada de produtos e que estes estejam sendo feitos para o público elegível –; a existência de eventuais forças e fraquezas que possam interferir na execução das políticas públicas; bem como o espaço para melhoria na aplicação dos recursos que geram os produtos e os bens entregues à sociedade (BRASIL, 2018b, p. 31).

---

<sup>52</sup> Lembrando que não encontramos nenhuma pesquisa que envolva o processo de avaliação do PSEI, esta avaliação, em termos iniciais, se mostrou relevante.

#### **4.2.5 Avaliação de Governança Pública:**

A avaliação de governança da política pública [...], diz respeito à análise das estruturas, das funções, dos processos e das tradições organizacionais para garantir que as ações planejadas (políticas) sejam executadas de tal maneira que atinjam seus objetivos e resultados de forma transparente. Busca, portanto, maior efetividade (produzir os efeitos pretendidos) e maior economicidade (obter o maior benefício possível da utilização dos recursos disponíveis) das políticas. Essa avaliação está em linha com o referencial para avaliação de governança elaborado pelo TCU (BRASIL, 2018b, p. 32).

#### **4.2.6 Avaliação de Resultados:**

A avaliação de resultados [...], ajuda a responder se, primeiro, há variáveis de resultados e de impactos da política definidas, mensuráveis e disponíveis; segundo, se há evidências de que esses resultados estão sendo alcançados ao longo do tempo e se estão em linha com os planejamentos anteriormente estabelecidos pela política e pelos instrumentos de planejamento macro e setoriais. Essa avaliação de resultados se debruça sobre os indicadores que foram utilizados para a construção das metas – se foram indicadores com relevância (a relação entre o indicador e o objetivo da política), comparabilidade (se o indicador utiliza dados padronizados), periodicidade (se podem ser construídas séries históricas) e desagregabilidade (se podem ser extraídos do indicador microdados que podem ser tabulados conforme o que o avaliador deseja saber), ou se foram outros indicadores que podem ser incluídos no escopo do monitoramento da política pública (BRASIL, 2018b, p. 32).

Também está incluída na avaliação de resultados a análise da percepção da população atendida e o seu nível de satisfação. Havendo instrumentos para a coleta dessas informações junto aos usuários da política, caberá ao avaliador sistematizar e analisar essas informações. Não havendo, pode-se realizar pesquisa voltada para mensurar e entender os efeitos da política segundo os seus usuários. É importante para o aprimoramento da política e a sua legitimidade que os usuários diretos sejam ouvidos. Portanto, a avaliação de resultados aborda o desempenho da política, segundo os indicadores selecionados nas metas estabelecidas, bem como outros selecionados para complementar os anteriores ou substituí-los, se for o caso, e na perspectiva dos seus beneficiários diretos (BRASIL, 2018b, p. 32-33).

#### **4.2.7 Avaliação de Impacto:**

A avaliação de impacto é também uma etapa e um subconjunto da avaliação de políticas públicas. Trata-se do tipo de avaliação que busca demarcar, na vida dos beneficiários, a diferença atribuída à política de forma inequívoca. [...] diferentes métodos podem ser utilizados para verificar os impactos de forma mais robusta. Cada política pública se insere em determinado contexto que implica o emprego de um método específico de avaliação de impacto. Antes de compreender tais métodos, no entanto, um conceito fundamental necessita ser absorvido. Esse conceito poderia ser resumido, para fins didáticos, da seguinte maneira: “estamos comparando laranjas com laranjas e maçãs com maçãs”. A ideia central da avaliação de impacto é isolar o efeito da política pública dos demais fatores que possivelmente contribuíram para a mudança observada (BRASIL, 2018b, p. 33).

#### 4.2.8 Avaliação Econômica ou Retorno Econômico e Social:

[...] a abordagem da avaliação econômica apresentada é uma das formas disponíveis para se responder sobre o retorno econômico e social da política, ou seja, se os benefícios estimados com a política justificam a sua execução ou até mesmo a sua expansão (BRASIL, 2018b, p. 34).

#### 4.2.9 Análise de Eficiência:

Voltando para o processo de transformação dos insumos em produtos, resultados e impactos, a análise de eficiência é uma abordagem que utiliza metodologias estatísticas e econométricas, como a fronteira estocástica e a análise envoltória de dados [...] para mensurar a eficiência técnica dos gastos setoriais e temáticos. Uma parte substancial das políticas do governo federal se dá com repasse de recursos aos entes subnacionais; cabe identificar e analisar se estamos obtendo uma combinação ótima de insumos e produtos. Em outras palavras, se os resultados alcançados pela política poderiam ser obtidos a um custo menor. Em perspectiva oposta, se com o custo despendido, resultados melhores poderiam ser alcançados. Como resultado dessa análise, podem ser apresentadas as experiências de boas práticas dos entes mais eficientes (BRASIL, 2018b, p. 34).

Após a apresentação das linhas de avaliação de políticas públicas citadas, entendemos que o modelo de Avaliação Executiva se mostrou o mais adequado para uma adaptação inicial, levando em consideração dois pontos: o primeiro diz respeito ao fato de que não tínhamos nenhum conhecimento acerca do desenho da política, não encontramos pesquisa que envolve a avaliação do PSEI, pela qual pudéssemos nos basear e escolher um modelo mais específico. Nesse sentido, com a Avaliação Executiva temos um panorama geral de como a política foi planejada e como está no momento. O segundo ponto, se refere ao fato de termos levado em consideração o nosso cronograma de conclusão da pesquisa, levando em conta, principalmente, que não dispomos de tempo amplo, nem de recursos financeiros e materiais para uma avaliação mais profunda e detalhada. Mas, em concordância com o exposto no documento de Análise *ex post* (BRASIL, 2018b), acreditamos que,

A partir dos resultados da avaliação executiva, outras abordagens de avaliação poderão ser desenvolvidas, aprofundando-se em um determinado componente da política, como em seus efeitos sobre a realidade, no caso da avaliação de resultado ou de impacto, ou na capacidade de fornecimento do produto ou do serviço planejado, com a execução da avaliação de processo ou da análise de eficiência (BRASIL, 2018b, p. 30).

Em vista disso, levando em conta que o PSEI já se encontra em planejamento/execução, com a Avaliação Executiva teremos um panorama inicial para que outras avaliações possam ser realizadas. No subtópico seguinte, abordamos de forma mais

detalhada sobre como o Guia de Análise *ex post* (BRASIL, 2018b) nos indica seguir com a Avaliação Executiva.

### 4.3 Sobre o modelo de análise da Avaliação Executiva

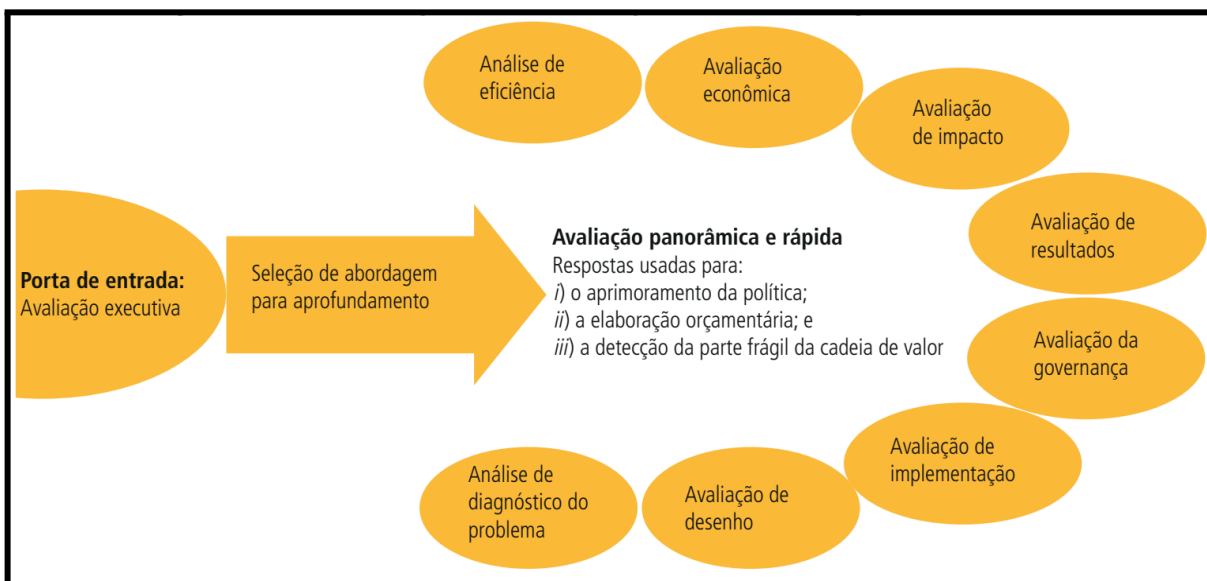
Corroborando com o que foi dito anteriormente, a Avaliação Executiva se mostrou extremamente relevante para o contexto de nossa pesquisa, a escolha também se fez pertinente, para que, de fato, possamos compreender a base do seu funcionamento, desde o seu desenho, levando em consideração que esse tipo de avaliação

[...] permite estabelecer o panorama geral acerca de uma determinada política pública o que possibilita que, ao final do processo, haja a identificação clara de pontos de aprimoramento na execução da política, bem como a necessidade de eventual avaliação mais aprofundada de tópicos específicos. Para incidir tempestivamente na implementação da política, **a avaliação executiva é uma abordagem mais rápida, realizada em um período de quatro a seis meses** (BRASIL, 2018b, p.55, grifo nosso).

Como destacado na citação, por essa perspectiva, o recurso de tempo que dispomos foi suficiente para analisar informações significativas e verificáveis para a compreensão de nossas questões e hipóteses. Vale ressaltar, que o Guia de Análise *ex post* (BRASIL, 2018b) destaca a **Avaliação Executiva** como sendo a “porta de entrada” para que outras avaliações sejam realizadas, como veremos na figura a seguir:



**Figura 02** - A avaliação executiva como porta de entrada para outras avaliações.



Fonte: Brasil (2018b, p.30)

Em outras palavras, a Avaliação Executiva tem como objetivo possuir informações que sustentem a gestão da política pública, por essa avaliação, é esperado que seja possível identificar fragilidades no seu desenho, gestão e planejamento. Após esta avaliação, os resultados podem oferecer suporte para novas propostas e recomendações de aprimoramento e correção dos rumos da política. Para que se tenha bons resultados, o compartilhamento dessas informações deve ser de forma ampla, com textos objetivos e precisos, com o foco nas informações centrais. A Avaliação Executiva é um instrumento de avaliação rápido, que gera recomendações específicas para a política, com foco em um componente de modelo lógico, em que ponto apresenta maior fragilidade. Somente por meio desse panorama geral que a Avaliação Executiva proporciona, é que se pode escolher uma abordagem de análise mais aprofundada e mais adequada para a situação da política.

Ainda a partir do Guia de Análise *ex post* (BRASIL, 2018b), há a recomendação de um “passo a passo” para a realização da Avaliação Executiva contendo dez passos no total, bem como uma estrutura geral desta avaliação para políticas públicas. Igualmente, o Guia apresenta características básicas para cada elemento avaliado, bem como algumas perguntas que podem amparar a elaboração da análise em diversos pontos de execução da política. Apoiados neste passo a passo, obtivemos algumas respostas às perguntas que oferecerão informações que auxiliarão no desenvolvimento da análise crítica da política, buscando meios para seu aprimoramento. Veremos a seguir os dez passos sugeridos pelo Guia.

### 4.3.1 Etapas da Avaliação Executiva

#### 4.3.1.1 Passo 1 - Descrição Geral:

“A primeira seção da avaliação executiva é a descrição da política a ser avaliada, com a apresentação do histórico de sua criação, das normas que a definem, bem como a identificação das instituições envolvidas em sua execução, entre outros pontos (BRASIL, 2018b, p. 56).”

**Figura 03** - Itens para a descrição da política

- Nome e finalidade da política.
- Quando a política foi instituída?
- A política é a sucessão ou a consolidação de políticas anteriores? Em caso afirmativo, informar de quais políticas ela é derivada.
- Quais são as normas que definem a política?
- Quais são as instituições públicas e privadas que participam da execução da política?
- Qual a abrangência territorial da política?

Fonte: Brasil (2018b, p.56)

#### 4.3.1.2 Passo 2 - Diagnóstico do Problema:

“A segunda seção retoma a análise do problema e das suas causas-alvo da intervenção da política pública em foco. Busca-se investigar se a identificação anterior foi correta dada a abordagem utilizada e se a estrutura lógica formulada na etapa ex ante da política ainda é válida. Deve-se verificar também se a população afetada e a sua distribuição geográfica continuam as mesmas (BRASIL, 2018b, p. 56).”

**Figura 04** - Questões orientadoras para o diagnóstico do problema

- Quando da criação da política, houve a elaboração de um estudo sobre o problema-alvo da intervenção? Se não, em quais documentos e registros pode-se encontrar a menção a esse problema?
- Identifique o problema e as causas em que a política que está sendo avaliada visa interferir.
- Apresentar a evolução dos indicadores, se possível desde a sua criação, relacionados ao problema e às causas escolhidas para serem atacadas por meio da política que está sendo avaliada.
- Apresentar hipóteses para a interpretação acerca da evolução dos indicadores relacionados ao problema e às suas causas, que pode ou não estar relacionada aos efeitos da política.
- Apresentar se há outras ações no âmbito do ministério ou de outros ministérios que também se destinam à resolução do mesmo problema. Quais as diferenças entre essas ações e a política em avaliação? Há propostas de coordenação entre essas políticas?

Fonte: Brasil (2018b, p.57)

#### 4.3.1.3 Passo 3 - Desenho da Política

“A análise do desenho da política proposta nesta seção considera, em linhas gerais, três elementos: modelo lógico, incentivos existentes e forma de acesso à política. [...] que na

avaliação executiva se dá, fundamentalmente, por meio de observação preliminar da estrutura de funcionamento e dos indicadores da política (BRASIL, 2018b, p. 58).”

**Figura 05** - Questões orientadoras para a análise do desenho

- Há modelo lógico elaborado para a política? Se sim, quando ele foi elaborado?
- Apresente modelo lógico da política caso já tenha sido elaborado, ou desenvolva modelo lógico em conjunto com representantes do órgão gestor da política.
- Existe cronograma para realização de medição dos indicadores no âmbito da política? Como isso ocorre?
- Quais são os indicadores acompanhados no âmbito da política? Preencher tabela 1, associando os indicadores a cada um dos componentes do modelo lógico.
- Os indicadores encontrados corroboram as hipóteses anteriormente estabelecidas ou sinalizam fraquezas em alguma(s) das hipóteses referentes aos componentes do modelo lógico?
- Quais são as hipóteses e a racionalidade por trás desse modelo lógico?¹ Descrever essas hipóteses por meio da figura 2.
- Os incentivos existentes levam a comportamentos esperados por parte dos envolvidos na política?
- Há medidas que levam a comportamentos indesejados por parte dos envolvidos na política?
- A política é universal ou focalizada? Se for focalizada, quais são os critérios de elegibilidade?
- Como é a demanda pela política? Os bens e serviços ofertados pela política atendem a demanda da sociedade?

Fonte: Brasil (2018b, p.58)

#### 4.3.1.4 Passo 4 - Implementação

“Deve-se especificar em que medida ela foi implementada conforme o planejado, explicando-se potenciais desvios daquilo originalmente previsto. O enfoque dado para a avaliação de implementação foi em uma metodologia de avaliação baseada em processos e, dentro desses processos, destacaram-se aqueles relacionados à entrega dos produtos e à gestão de riscos de implementação da política (BRASIL, 2018b, p. 62).”

**Figura 06** - Questões orientadoras para a análise da implementação da política

- Os bens ou serviços são efetivamente entregues aos beneficiários? Como isso tem sido acompanhado pela gestão da política?
- Quais são os instrumentos normativos e os procedimentos usados para a compra dos insumos utilizados na execução da política? Há transparência sobre esses procedimentos?
- Existem mecanismos de supervisão da execução da política para garantir o alcance de sua finalidade?
- Se a política possuir restrição de acesso, há mecanismos de controle da elegibilidade dos beneficiários? Esses mecanismos são efetivos?
- Na divulgação da política, as informações são efetivamente direcionadas ao público-alvo? Como?
- Há gestão de riscos na execução da política? Se sim, essa gestão observa a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1/2016?¹

Fonte: Brasil (2018b, p.62)

#### 4.3.1.5 Passo 5 - Governança

“Espera-se que o avaliador examine a estrutura de governança da política, checando, inicialmente, se a política possui mecanismos de liderança, estratégia e controle que permitam avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Devem ficar claramente definidos e compreendidos os papéis e as responsabilidades na coordenação daquela determinada política (BRASIL, 2018b, p. 63).”

**Figura 07** - Questões orientadoras para a análise da governança da política pública

- Os princípios previstos no art. 3º do Decreto nº 9.203/2017 são observados na governança da política pública?
- A estrutura de governança contribui para a atuação dos atores envolvidos com a política pública por meio da definição clara de suas competências e responsabilidades, e da articulação das instituições e dos processos, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público?
- A liderança exercida pelos gestores da política é capaz de assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança?
- A estrutura de governança permite participação social em algumas das etapas da sua execução?

Fonte: Brasil (2018b, p.63)

#### 4.3.1.6. Passo 6 - Resultados

“Na parte de resultados, espera-se que o exame dos indicadores qualitativos e da análise observacional dos indicadores quantitativos de resultados funcionem como parâmetros de acompanhamento da intervenção. Além disso, a Lei no 13.460/2017, estabelece que os usuários de serviços públicos possuem direitos de participação no acompanhamento da prestação e avaliação desses serviços, conforme inciso I do art. 6o. Assim, é importante levantar se a política pública permite a realização desse direito e como (BRASIL, 2018b, p. 64).”

**Figura 08** - Questões orientadoras para a análise dos resultados

- Entre os indicadores apresentadas na tabela 1, são acompanhados indicadores qualitativos sobre a política? Se sim, quais são eles e como evoluíram nos últimos anos?
- Ainda retomando a tabela 1, os resultados previstos foram alcançados? Por quê?
- Há alguma forma de o usuário final da política enviar retorno sobre o bem ou serviço recebido? Se sim, que forma é essa?

Fonte: Brasil (2018b, p.65)

#### 4.3.1.7 Passo 7 - Impactos

“O exame dos impactos da política pública analisa se há evidências de que ela cumpre os seus objetivos definidos anteriormente, conforme indicadores quantitativos do modelo lógico, principalmente em relação às colunas de resultados e impactos da matriz de indicadores. [...] deve ser acompanhada de fundamentação, com base em evidências empíricas ou estudos realizados com esse fim (BRASIL, 2018b, p.65).”

**Figura 09** - Questões orientadoras para a sistematização das evidências ou para a análise de viabilidade de avaliação de impacto da política

- Há estudos acadêmicos ou avaliações de impacto contratados pelos ministérios setoriais sobre a política?
  - Se houver:
    - Caso essas avaliações sejam escassas, apresentar análise das avaliações de impacto existentes, verificando se haveria ganhos (em termos de robustez) de se realizar nova avaliação de impacto ou se outros indicadores e metas de resultado e impacto<sup>1</sup> deveriam ser avaliados.
    - Caso exista um número razoável de avaliações (por exemplo, mais de três ou quatro), apresentar um resumo ou meta-análise (se o número de avaliações for elevado) dos resultados encontrados nessas avaliações de impacto.
  - Se não houver:
    - Há bases de dados disponíveis sobre a política? Existem informações sobre os beneficiários antes e depois da intervenção da política?
    - Há informações nas bases de dados de candidatos a beneficiários da política que não foram atendidos, de modo que essas informações poderiam ser utilizadas como grupo de controle<sup>2</sup> para comparação com os atendidos pela política?
- Há viabilidade de realizar avaliação de impacto da política (conforme tabela 2)?

Fonte: Brasil (2018b, p.65)

#### 4.3.1.8 Passo 8 - Execução das Despesas Orçamentárias e dos Subsídios da União

“[...] as políticas públicas podem ser financiadas por meio dos gastos diretos, com dotações consignadas no Orçamento Geral da União (OGU), ou por meios de gastos indiretos, com informações registradas nas informações complementares do OGU. Os subsídios são, em sua maioria, gastos indiretos (benefícios tributários e creditícios), existindo também aqueles considerados gastos diretos (benefícios financeiros). Portanto, em sua maioria, subsídios correspondem a um financiamento de política pública que observa rito diferenciado de registro no âmbito do processo orçamentário da União (BRASIL, 2018b, p.67).”

**Figura 10** - Questões orientadoras para a análise de execução orçamentária ou de benefícios tributários e creditícios

9A – Execução orçamentária e financeira das políticas do OGU
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual é o orçamento do programa?</li> <li>• A execução orçamentária foi realizada conforme o planejado?</li> </ul>
9B – Execução de benefícios tributários e creditícios
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual o montante de renúncia ou benefício creditício observado?</li> <li>• Houve modificações relevantes na renúncia ou no montante de benefício creditício ao longo do tempo?</li> </ul>

Fonte: Brasil (2018b, p.68)

**Figura 11** - Outras questões orientadoras para a análise orçamentária

<ul style="list-style-type: none"> <li>• O montante da dotação orçamentária é suficiente para os objetivos pretendidos?</li> <li>• A política pública é realizada a custos razoáveis (economicidade)?</li> <li>• É possível reduzir gastos na política sem afetar o nível de bens e serviços ofertados?</li> <li>• Há “impactos cruzados” em outras rubricas, afetando positiva ou negativamente despesas e/ou receitas?</li> </ul>
---

Fonte: Brasil (2018b, p.71)

#### 4.3.1.9 Passo 9 - Insights sobre eficiência e economicidade do gasto

“Para além das questões relacionadas à execução orçamentária e financeira de dada política, conforme visto na seção anterior, é desejável que questões relativas à eficiência e à economicidade do gasto sejam levantadas. Nesta seção, pretende-se apresentar indicadores que forneçam alguns insights iniciais sobre o tema, relacionando o gasto da política aos produtos e resultados obtidos, os quais devem seguir aquilo que foi originalmente especificado no modelo lógico (BRASIL, 2018b, p.72).”

**Figura 12** - Questões orientadoras sobre a eficiência

- O custo por produto na política está muito diferente daquele observado nas políticas consideradas de excelência?
- A despesa planejada por beneficiário está muito diferente da realizada?
- Há políticas similares com relação produto-insumo muito diferente?
- Na política em questão, há uma diversidade muito grande na relação produto-insumo entre os entes que a ofertam?
- Se possível, ou se já houver estimativas, comparar indicador de retorno econômico da política (custo-benefício ou custo-efetividade, por exemplo) com o de políticas alternativas que atuam sobre o mesmo problema.

Fonte: Brasil (2018b, p.72)

#### 4.3.1.10 Passo 10 - Recomendações

“A avaliação executiva da política deve seguir o passo a passo apresentado nas seções anteriores para sistematizar o que é a política, como ela é implementada, quais são os seus indicadores e evidências. O objetivo é estudar a política e traçar conclusões sobre o seu desempenho global, com recomendações de aprimoramento de rápida identificação. Além disso, ao final dessa avaliação, pode-se recomendar o aprofundamento da sua avaliação por meio de uma das abordagens dos próximos capítulos<sup>53</sup>, tornando, inclusive, a definição do escopo a ser aprofundado condizente com a temática mais frágil na execução e com maiores chances de os resultados dessa avaliação aprofundada – em geral, com maior custo de realização – serem úteis ao aprimoramento da política (BRASIL, 2018b, p.73).”

Tendo descrito os passos da Avaliação Executiva, no subtópico a seguir, após uma análise atenta de cada passo, sua pertinência e viabilidade, delimitamos pontos que acreditamos serem relevantes para a realização da adaptação desse modelo avaliativo para a análise do PSEI. Isso porque estamos abordando uma política linguística pública, e, para isso, se fez necessário pontuar questões mais específicas, que envolvem, principalmente, a situação linguística dos países da CPLP, do panorama em que destacamos o nosso objeto de estudos, ao arcabouço de gestão e abordagem da forma como essas políticas linguísticas acontecem dentro da UNILAB.

<sup>53</sup> Os próximos capítulos a que esta citação se refere, trata-se de questões mais detalhadas acerca das Avaliações Específicas, que são: “Análise de Diagnóstico do Problema”, “Avaliação de Desenho”, “Avaliação de Implementação”, “Avaliação de Governança da Política Pública”, “Avaliação de Resultados”, “Avaliação de Impacto”, “Avaliação Econômica ou Retorno Econômico e Social” e “Análise de Eficiência”.

#### 4.4 Adaptação para Avaliação da Política Linguística Pública: PSEI

Como detalhado no tópico anterior, existem dez passos de recomendação para a Avaliação Executiva, nesse sentido, a partir do exemplo destes passos, escolhemos os passos pertinentes, adaptamos e incluímos algumas perguntas para o nosso interesse. Assim, decidimos seguir os passos 1, 2, 3, 4 e 5 (um, dois, três, quatro e cinco), e o passo 10 (dez) apresentados no Guia de Análise *ex post* (BRASIL, 2018b). Escolhemos não modificar ou analisar os passos 6, 7, 8 e 9 (seis, sete, oito e nove), pois tratam-se de passos que necessitam de dados mais quantitativos, o que necessitaria de um arsenal maior de materiais, uma possível consulta a um profissional que trabalhe com economia voltado para política pública e também, e não menos importante, de muito mais tempo para a realização das análises.

Por conseguinte, por se tratar de uma adaptação, deixamos nossa avaliação com seis passos, a saber: **Passo 1 - Descrição Geral; Passo 2 - Diagnóstico do Problema; Passo 3 - Desenho da Política; Passo 4 - Implementação/Planejamento; Passo 5 - Governança; e Passo 6 - Recomendações**<sup>54</sup>. Algumas adaptações foram feitas e, para compreensão, descreveremos em nota de rodapé quais pontos foram modificados, além de que também podem ser comparadas com os detalhes mais específicos e sugeridos no subtópico anterior.

##### 4.4.1 Modelo de análise adaptado

Apresentamos, a seguir, cada etapa da análise realizada nesta investigação, com seus respectivos aspectos e critérios de análise e questões condutoras a serem respondidas a partir do objeto analisado.

##### 4.4.1.1. Passo 1 - Descrição Geral

- (1) Nome e finalidade da política.
- (2) Quando a política foi instituída?
- (3) A política é a sucessão ou a consolidação de políticas anteriores? Em caso afirmativo, informar de quais políticas ela é derivada.
- (4) Quais são as normas que definem a política?
- (5) Quais são as instituições públicas e privadas que participam da execução da política?
- (6) Qual a abrangência territorial da política?

---

<sup>54</sup> Estes passos foram destacados, para a leitura fluir melhor e a compreensão ser mais precisa.



#### **4.4.1.2 Passo 2 - Diagnóstico do Problema**

- (1) Quando da criação da política, houve a elaboração de um estudo sobre o problema-alvo da intervenção? Se não, em quais documentos e registros pode-se encontrar a menção a esse problema?
- (2) Identifique o problema e as causas em que a política que está sendo avaliada visa interferir.
- (3) Apresentar a evolução dos indicadores, se possível desde a sua criação, relacionados ao problema e às causas escolhidas para serem atacadas por meio da política que está sendo avaliada.
- (4) Apresentar hipóteses para a interpretação acerca da evolução dos indicadores relacionados ao problema e às suas causas, que pode ou não estar relacionada aos efeitos da política.
- (5) Apresentar se há outras ações no âmbito do ministério ou de outros ministérios que também se destinam à resolução do mesmo problema. Quais as diferenças entre essas ações e a política em avaliação? Há propostas de coordenação entre essas políticas?

#### **4.4.1.3. Passo 3 - Desenho da Política**

- (1) Há modelo lógico elaborado para a política? Se sim, quando ele foi elaborado?
- (2) Apresente modelo lógico da política caso já tenha sido elaborado, ou desenvolva modelo lógico em conjunto com representantes do órgão gestor da política.
- (3) Existe cronograma para realização de medição dos indicadores no âmbito da política? Como isso ocorre?
- (4) Quais são os indicadores acompanhados no âmbito da política?
- (5) Os indicadores encontrados corroboram as hipóteses anteriormente estabelecidas ou sinalizam fraquezas em alguma das hipóteses referentes aos componentes do modelo lógico?
- (6) Quais são as hipóteses e a racionalidade por trás desse modelo lógico?
- (7) Os incentivos existentes levam a comportamentos esperados por parte dos envolvidos na política?
- (8) Há medidas que levam a comportamentos indesejados por parte dos envolvidos na política?

(9) A política é universal ou focalizada? Se for focalizada, quais são os critérios de elegibilidade?

(10) Como é a demanda pela política? Os bens e serviços ofertados pela política atendem a demanda da sociedade?

#### 4.4.1.4 Passo 4 - Implementação/Planejamento<sup>55</sup>

(1) Os bens ou serviços são efetivamente entregues aos beneficiários? Como isso tem sido acompanhado pela gestão da política?

(2) Quais são os instrumentos normativos e os procedimentos usados para a compra dos insumos utilizados na execução da política? Há transparência sobre esses procedimentos?

(3) Existem mecanismos de supervisão da execução da política para garantir o alcance de sua finalidade?

(4) Se a política possuir restrição de acesso, há mecanismos de controle da elegibilidade dos beneficiários? Esses mecanismos são efetivos?

(5) Na divulgação da política, as informações são efetivamente direcionadas ao público-alvo? Como?

(6) Há gestão de riscos na execução da política? Se sim, essa gestão observa a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU no 1/2016<sup>56</sup>?

(7) É levado em consideração a perspectiva linguística da realidade da Língua Portuguesa de cada país?

(8) É realizado um levantamento das línguas existentes em cada país?

(9) Se sim, a partir desse estudo, é realizado cursos de ambientação para todos os alunos internacionais recém-chegados?<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> Neste passo incluímos a palavra “planejamento”, que, conforme Calvet (2007, p. 11), trata-se da implementação das Políticas Linguísticas e para a especificação desta junção de políticas, achamos pertinente chamar de planejamento.

<sup>56</sup> BRASIL. **Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 01, de 2016**. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Controladoria-Geral da União (CGU). Distrito Federal (DF). Planejamento e Desenvolvimento Institucional, 2016, 13 p. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/33947>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

<sup>57</sup> Incluímos o ponto 7, 8 e 9, pensado e baseado a partir das considerações da pesquisa de TIMBANE, Alexandre Antônio. Políticas linguísticas de internacionalização do português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: caminhos e desafios do português africano. **Revista de Estudos de Português Língua Internacional**. Vol. 2, N. 2 (jul./dez.), 2022.

#### 4.4.1.5 Passo 5 - Governança<sup>58</sup>

- (1) Os princípios previstos no art. 3º do Decreto no 9.203/2017<sup>59</sup> são observados na governança da política pública?
- (2) A estrutura de governança contribui para a atuação dos atores envolvidos com a política pública por meio da definição clara de suas competências e responsabilidades, e da articulação das instituições e dos processos, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público?
- (3) A liderança exercida pelos gestores da política é capaz de assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança?
- (4) A estrutura de governança permite participação social em algumas das etapas da sua execução?

#### 4.4.1.6 Passo 6 - Recomendações

Neste passo, estabeleceremos pontos que acharmos pertinentes a serem avaliados com base nas respostas dos questionamentos anteriores, de modo que, influenciam novas pesquisas, monitoramento e avaliações de outras Políticas Linguísticas Públicas, ou Políticas Linguísticas.

Considerando a escolha do modelo de avaliação de política pública, para uma adaptação para um processo de avaliação de política linguística, acreditamos que alcançamos os objetivos desta seção, o de abordar acerca dos passos e as escolhas que nos possibilitaram o alcance dos nossos objetivos. Caracterizamos a nossa pesquisa, expomos a nossa epistemologia, deixamos claro nossos procedimentos, a escolha da avaliação que adaptamos e como realizamos a avaliação. Veremos estas análises na seção seguinte.

---

<sup>58</sup> “[...] a governança é a função direcionadora, a gestão é a função realizadora. A figura abaixo representa essas distinções de modo resumido: enquanto a governança é responsável por estabelecer a direção a ser tomada, com fundamento em evidências e levando em conta os interesses da sociedade brasileira e das partes interessadas, a gestão é a função responsável por planejar a forma mais adequada de implementar as diretrizes estabelecidas, executar os planos e fazer o controle de indicadores e de riscos.” Disponível em: [Governança no setor público | Portal TCU](#) Acesso em 22 de janeiro de 2023.

<sup>59</sup> BRASIL. **Decreto Nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [D9203 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em 22 de jan. de 2023.

## SEÇÃO V

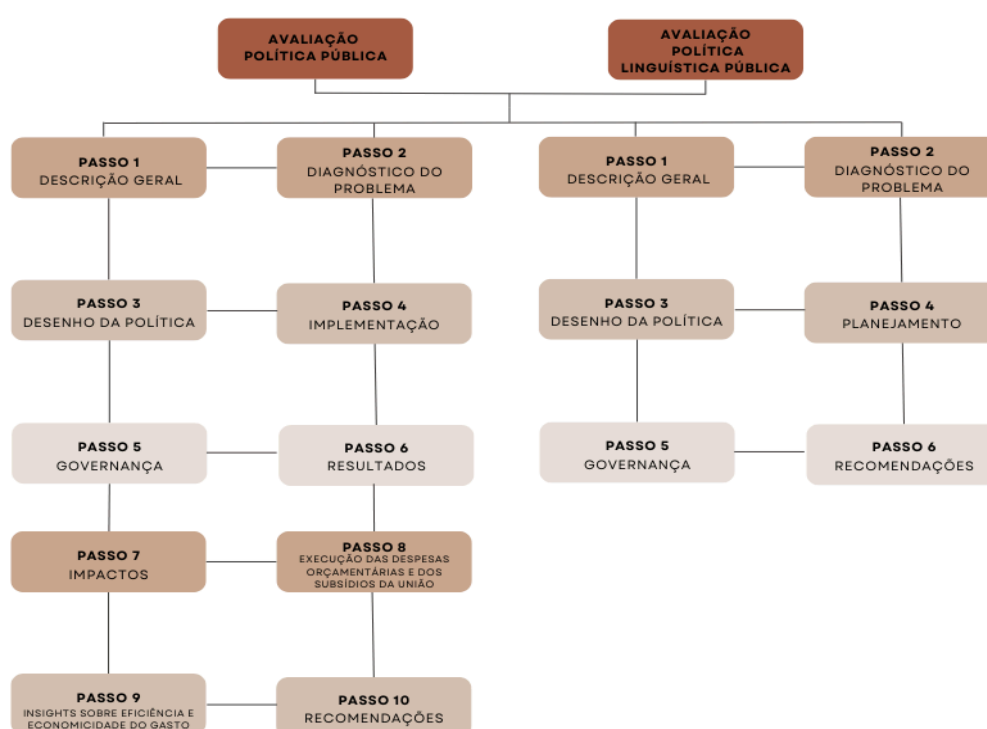
### ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo desta seção, é aplicar o modelo de análise, apresentar comentários críticos e analíticos, fazendo alusão às questões teóricas expostas nas seções anteriores. bem como um quadro sobre a adaptação da avaliação acerca do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI e os nossos comentários baseados nos documentos institucionais: Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010; Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: aprovado pela Resolução Consuni/UNILAB nº 115, de 21 de junho de 2023; Resolução Consepe nº 42, de novembro de 2019; Resolução Consuni/UNILAB nº100, de 15 de dezembro de 2022 e o Relatório de Gestão da UNILAB, de 2023.

#### 5.1 Análise da avaliação executiva

Iniciaremos este tópico destacando uma figura com uma perspectiva mais sucinta do modelo de avaliação de política linguística pública - PLP adaptado, a partir do modelo de avaliação escolhido, em seguida, faremos as análises pertinentes desse processo avaliativo.

**Figura 13** - Adaptação dos passos a serem seguidos na Avaliação Executiva



Fonte: elaborado pela autora.

Seguiremos agora com as respostas das perguntas descritas dos seis passos que selecionamos para realizar a avaliação de uma PLP. Apresentaremos a aplicação do modelo avaliativo adaptado para a análise de políticas linguísticas - no caso do PSEI da UNILAB, etapa por etapa, com seus critérios e questões orientadoras apresentadas na seção anterior.

### 5.1.1 Passo 1 - Descrição Geral

(1) Nome e finalidade da política.

#### Resposta:

O Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, antes chamado de Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros - PSEE, tem como finalidade a seleção de estudantes Internacionais para os cursos de graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), voltado à seleção de candidatos com nacionalidade de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

(2) Quando a política foi instituída?

#### Resposta:

Para destacar quando o PSEI iniciou, precisamos lembrar que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. Dito isso, o PSEI foi instituído a partir da regulamentação por meio da Resolução Consepe nº 42, de novembro de 2019. Porém, no site, encontramos registros das seleções a partir de 2012, se estendendo para os anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 (em andamento), 2021/2022 (em andamento para o curso de medicina), 2024 e 2025 (em andamento).<sup>60</sup>

(3) A política é a sucessão ou a consolidação de políticas anteriores? Em caso afirmativo, informar de quais políticas ela é derivada.

<sup>60</sup> Disponível em: [Seleção de Estrangeiros \(unilab.edu.br\)](http://selecao.de.estrageiros.unilab.edu.br) Acesso em 28 de abril de 2024.

**Resposta:**

Ela se consolida a partir da criação da UNILAB. A política linguística pública que estamos discutindo, tem uma abordagem *top-down* (de cima para baixo - de instância federal, com acordos internacionais, que atinge cidadãos internacionais e brasileiros), essa abordagem *top-down* interpela uma política linguística externa - PLEx (é externa se pensarmos na integração das variedades linguísticas que adentram a UNILAB). Entendemos que ela foi pensada e desenvolvida a partir de uma política pública de Ensino Superior Internacional (ação do Governo Federal brasileiro em parceria com os países da CPLP), no qual aplica a política social de educação (direito de todos e dever do Estado, com base na CF/88), a partir de uma Instituição de Ensino Superior - IES (a UNILAB). Seguindo esta lógica, a UNILAB, então, projeta e trabalha internamente a política linguística de *Status* (determinada pelo status de oficialidade da língua portuguesa dos países da CPLP, considerando as variações do português de cada país), compreensão essa que também foi discutida na seção II, sobre políticas públicas, no tópico 2.2 Porque o termo Política Linguística Pública - PLP?

(4) Quais são as normas que definem a política?

**Resposta:**

O processo seletivo da UNILAB foi regulamentado por meio da Resolução Consepe nº 42, de novembro de 2019<sup>61</sup>, documento que estabeleceu as diretrizes gerais que deverão ser observadas nos editais de seleção. Além disso, existem outras Leis e Normativas que organizam a UNILAB, tais como: o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, aprovado pela Resolução Consuni/UNILAB nº 115, de 21 de junho de 2023; O Estatuto, aprovado pela Resolução Complementar Consuni nº 3, de 4 de dezembro de 2020 em vigência desde de 4 janeiro de 2021; e o Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº 8, de 22 de março de 2017, do Conselho Universitário. Esses documentos contêm as disposições básicas sobre as atividades comuns às Unidades e aos demais órgãos da UNILAB, nos planos didático-científico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar (Relatório de Gestão - 2023, p. 16).

---

<sup>61</sup>

(5) Quais são as instituições públicas e privadas que participam da execução da política?

**Resposta:**

A UNILAB, a partir da PROINTER, utiliza comunicação oficial junto à Divisão de Cooperação Educacional (DCE) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para repasse de informações às Embaixadas nos países que compõem a CPLP. Existem também parcerias principais com as Prefeituras dos municípios de Redenção, Acarape e São Francisco do Conde; Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP; Outras organizações públicas e privadas, tais como Grupo Enel, Centro Cultural Banco do Nordeste, Governos dos Estados do Ceará e Bahia (Relatório de Gestão - 2023, p. 15).<sup>62</sup> Porém, não encontramos detalhes de como essas parcerias participam direta ou indiretamente e nem de que forma com o PSEI.

(6) Qual a abrangência territorial da política?

**Resposta:**

Abrangência internacional. O art. 1º, que consta na Resolução Consepe nº 42/2019 determina que a seleção de estudantes de graduação da UNILAB será desenvolvida de forma a assegurar sua vocação para a cooperação internacional, intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos e o Timor-Leste conforme § 1º, art. 2º da Lei nº 12.289/2010.

### 5.1.2 Passo 2 - Diagnóstico do Problema

(1) Quando da criação da política, houve a elaboração de um estudo sobre o problema-alvo da intervenção? Se não, em quais documentos e registros pode-se encontrar a menção a esse problema?

**Resposta:**

Ainda não encontramos nenhum documento que aborda um estudo sobre um problema-alvo que relacione ao processo seletivo, mas acreditamos que como problema-alvo,

<sup>62</sup> Disponível em: [Transparência e Prestação de Contas \(unilab.edu.br\)](https://transparencia.unilab.edu.br). Acesso em 28 de abril de 2024.

o PSEI foi criado para estabelecer o modo específico em que os estudantes internacionais pudessem adentrar na UNILAB de modo democrático, sanando, de certo modo, uma dívida histórica deixada pelo colonialismo, para estabelecer essa conexão entre os países que têm a língua portuguesa como oficial.

Entretanto, a partir dos documentos e informações disponíveis, muito embora o PSEI seja um processo voltado a um público específico de estudantes internacionais, não há orientações explícitas sobre um tratamento especial quanto à variação do português falado em cada país, ou o contexto plurilíngue na elaboração das provas da seleção, ou em sua correção. Acredita-se que seja uma preocupação da equipe de profissionais que constroem essas avaliações e da equipe de corretores dos textos produzidos. Talvez a falta dessas informações de forma mais explícita seja um problema-alvo do PSEI.

Destacamos os objetivos do órgão responsável pelo PSEI, descritos no Art. 3º e 4 da Resolução Consepe nº42/2019, sobre a seleção dos estudantes de nacionalidades africanas e do Timor-Leste que tem como objetivos:

Art. 3º Caberá à Seção de Seleção, junto à Coordenação de Seleção, Acolhimento e Acompanhamento - CSAA vinculada à Pró-Reitoria de Relações Institucionais - Proinst<sup>63</sup>, o planejamento, a organização, a redação e a publicação de editais, bem como a condução do processo de seleção de candidatos estrangeiros para a UNILAB, em conformidade com a legislação pertinente.

§ 1º A UNILAB divulgará, em seu endereço eletrônico, sempre que necessário, editais, aditivos, normas complementares e avisos oficiais sobre os processos de seleção de candidatos estrangeiros.

§2º O processo seletivo referido no caput será denominado Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros - PSEE<sup>64</sup>.

Art. 4º A Lei Federal nº 12.711/2012, no que couber, será aplicada ao PSEE tomando-se em consideração a missão institucional da UNILAB disposta na Lei nº 12.289/2010 e os desafios técnicos à sua aplicação.

Dito isto, não encontramos nenhuma informação no site da PROINTER, como: relatórios da própria pró-reitoria. Também não encontramos documentos específicos e, no último edital, também não encontramos informações se as provas elaboradas e corrigidas, consideram a variação do português falado em cada país, ou o contexto plurilíngue, o que consideramos ser um problema-alvo do PSEI. A questão da variação do português de cada país, pode não ter sido o foco da intervenção/criação do PSEI, mas um problema surgido

<sup>63</sup> Que agora chama-se Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais - PROINTER.

<sup>64</sup> Que agora se denomina de Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI.



depois, decorrente da forma como o PSEI é aplicado, por isso salientamos esta questão aqui como sendo um problema. Todavia, reforçamos que essa é uma afirmação que não podemos enfatizar com certeza absoluta, pois não estão disponibilizados relatórios avaliativos do processo e que esses podem até existir, porém, não tivemos acesso.

(2) Identifique o problema e as causas em que a política que está sendo avaliada visa interferir.

**Resposta:**

Se 50% das vagas disponíveis para ingressantes, anualmente, nos cursos de graduação da UNILAB, devem ser para estudantes de nacionalidades africanas e do Timor-Leste, acreditamos que esta política quer reparar o processo histórico de exclusão causado pelo atravessamento colonial. Sabemos que, nesses contextos citados, a língua portuguesa foi imposta e, posteriormente adotada como língua oficial. Levando em consideração a oficialidade da língua, ou seja, o seu *status*, e agora, com o processo seletivo, podemos interferir nos contextos destes países, que antes não eram vistos e lembrados, com uma possibilidade de cooperação solidária. Isso segue o que está estabelecido na missão institucional da UNILAB de formar pessoas num contexto de integração estratégica entre o Brasil e os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os africanos, e promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

Sabemos que a lei de criação – Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010 – estabelece que a UNILAB tem como missão institucional específica a formação de pessoas para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, como já dissemos, assim como a promoção do desenvolvimento regional e do intercâmbio cultural, científico e educacional. Portanto, ao construir processos de internacionalização universitária, a UNILAB também contribui como instrumento das relações do Brasil com outros países, a partir da Educação, pautada pela cooperação solidária entre os povos. Seu projeto de integração internacional poderá estender suas ações, de forma gradativa, a outros países.

Essa internacionalização é um processo construído paulatinamente, à medida que a instituição se estrutura e se desenvolve.<sup>65</sup> Para o alcance dessa missão, o PSEI precisa ser

---

<sup>65</sup> Informações disponíveis em: [Internacionalização \(unilab.edu.br\)](http://internacionalizacao.unilab.edu.br) Acesso em 29 de abril de 2024.

bem elaborado (a partir de estudos linguísticos) e atender todas as descrições que competem à lei e ao órgão gestor da política, inclusive regulamentando explicitamente e publicizando essas informações. O que não sabemos, ou não temos informações é, como se dá/acontece essas ações linguísticas, como estão sendo desenvolvidas durante o processo seletivo e após os estudantes adentrarem no Brasil, especialmente na UNILAB.

(3) Apresentar a evolução dos indicadores, se possível desde a sua criação, relacionados ao problema e às causas escolhidas para serem atacadas por meio da política que está sendo avaliada.

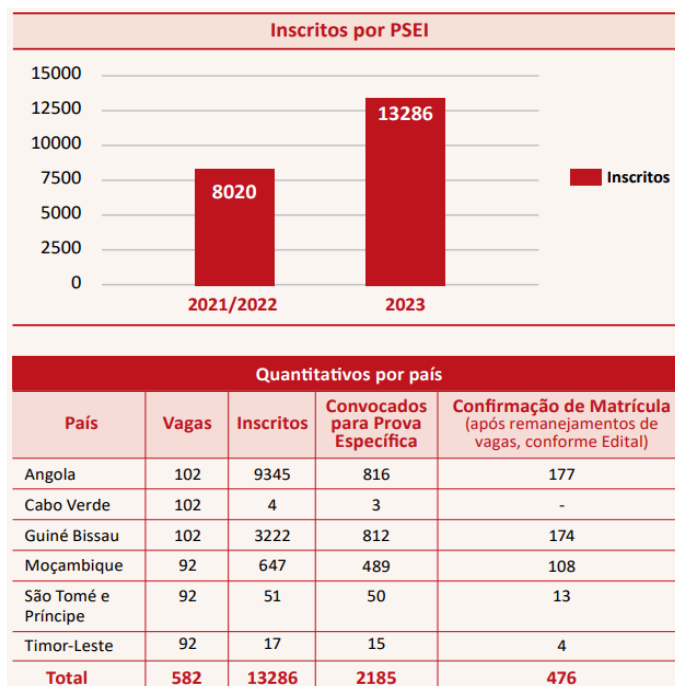
**Resposta:**

Baseados no último Relatório de Gestão da UNILAB - 2023, veremos alguns dados acerca da inscrição e participação do PSEI.

**Figura 14** - Inscritos no PSEI 2023 - Edital PROINTER nº 04/2023

Inscritos		
PSEI	Inscritos	Crescimento geral em relação ao anterior
2021/2022	8020	65,66%
2023	13286	

Fonte: Seleção Internacional - Relatório de Gestão - 2023, p. 109.

**Figura 15 - Inscritos no PSEI - Edições Anteriores**

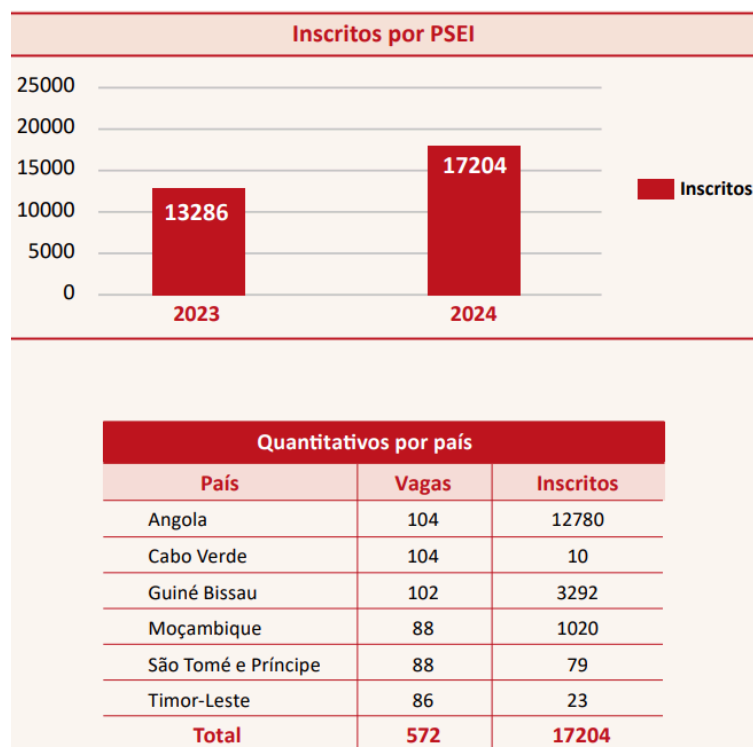
Fonte: Seleção Internacional - Edições anteriores, PSEI 2023 - Relatório de Gestão - 2023, p. 109.

**Figura 16 - Inscrito no PSEI 2023 - Edital PROINTER nº 08/2023**

<b>Inscritos</b>		
<b>PSEI</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Crescimento geral em relação ao anterior</b>
<b>2023</b>	<b>13.286</b>	<b>29,49%</b>
<b>2024</b>	<b>17.204</b>	

Fonte: Seleção Internacional - Edições anteriores, PSEI 2023 - Relatório de Gestão - 2023, p. 110.

**Figura 17 - Inscritos no PSEI - 2023/2024**



Fonte: Seleção Internacional - Edições anteriores, PSEI 2023 - Relatório de Gestão - 2023, p. 110.

Além deste quantitativo, o Relatório de Gestão - 2023 mostra alguns processos e acordos que estão sendo firmados no âmbito da política, que serão sintetizados a seguir.

- **Interiorização do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI:** No PSEI 2023, deu-se início à interiorização do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais, com a realização de provas além das capitais dos países. Em Moçambique, as provas foram aplicadas também na região norte, especificamente em Nampula. Em São Tomé e Príncipe, as provas foram realizadas também na região autónoma de Príncipe (Relatório de Gestão - 2023, p. 111).
- **Acompanhamento e Orientação dos Estudantes internacionais na chegada à UNILAB:** As atividades de acompanhamento dos estudantes internacionais foram realizadas com a acolhida, orientação e apoio à regularização migratória de 299 estudantes ingressantes, referente às entradas 2022.2 e 2023.1 (Relatório de Gestão - 2023, p. 111).

**Figura 18** - Celebrações de instrumentos com instituições de diversos países

	Angola	Argentina	Brasil	Canadá	Colômbia	Moçambique	Porto Rico	São Tomé e príncipe	México	Total
Protocolo de intenções	2	-	15	-	-	2	-	1	-	20
Acordo de cooperação	-	1	19	-	-	-	1	-	-	21
Termo de colaboração	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Contrato	-	-	4	-	-	-	-	-	-	4
Convênio	1	-	49	-	1	-	-	-	1	52
Autorização de apoio	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Credenciamento	-	-	20	-	-	-	-	-	-	20
Memorando de entendimento	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
<b>Total Geral</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>110</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>121</b>

Fonte: Pró-reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINTER) - Relatório de Gestão - 2023, p. 111.

- **Acordos de Cooperação com instituições sediadas no Brasil:** Celebração de 57 instrumentos de cooperação (Termos, Acordos, Protocolos e demais instrumentos) (Relatório de Gestão - 2023, p. 111).
- **Acordos de Cooperação com instituições sediadas no exterior:** Celebração de 10 instrumentos de cooperação com instituições sediadas no exterior, inclusive convênio de estágio internacional (Relatório de Gestão - 2023, p. 111).
- **Convênios de Concessão de Estágios:** Celebração de 27 Convênios de Concessão de Estágios (Relatório de Gestão - 2023, p. 111).
- **Colaboração com Organizações da Sociedade Civil:** Celebração de 1 Termo de Colaboração com Organizações da Sociedade Civil (OSC) previamente credenciada para execução de projeto de interesse público, totalizando o valor de R\$ 705.000,00 em repasses recebidos, via Termo de Execução Descentralizada (TED), celebrados via Termos de Colaboração (Relatório de Gestão - 2023, p. 111).

(4) Apresentar hipóteses para a interpretação acerca da evolução dos indicadores relacionados ao problema e às suas causas, que pode ou não estar relacionada aos efeitos da política.

### Resposta:

A partir destes quadros, vimos um aumento de inscritos em 2021/2022/2023 em 65,66% comparada a relação anterior, já em 2023/2024, vemos uma queda das inscrições para

29,49%, comparada também à relação anterior. Não sabemos o motivo da porcentagem de inscritos ter caído, mas deduzimos que parte dessa “queda”, tenha se dado pelo período da Pandemia da Covid-19<sup>66</sup> Com base nas informações expostas, temos uma noção da evolução dos indicadores de inscritos e acordos que foram firmados, mas não temos as informações específicas de que estas ações, acordos e parcerias, atenderam as causas escolhidas para serem direcionadas aos estudantes internacionais por meio do PSEI. Com base nos dados, inferimos que há, sim, uma possibilidade de atendimento ao objetivo e missão da UNILAB, mas não sabemos até que ponto atingiram estes estudantes internacionais que se inscreveram, passaram pelo PSEI e estão dentro da UNILAB.

(5) Apresentar se há outras ações no âmbito do ministério ou de outros ministérios que também se destinam à resolução do mesmo problema. Quais as diferenças entre essas ações e a política em avaliação? Há propostas de coordenação entre essas políticas?

**Resposta:**

Não sabemos se diante desses acordos que foram firmados, há ações no âmbito de outros ministérios que se destinam a atender a missão da UNILAB, conforme descreve o relatório de gestão de 2023. Vimos que está acontecendo a interiorização do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI em mais cidades nos outros países, mas não sabemos se o multilinguismo é considerado para este processo de aplicação das provas.

Vimos também este acompanhamento e Orientação dos Estudantes internacionais na chegada à UNILAB, mas como se dá este acompanhamento? O processo multilingue é considerado? A variação do português de cada país é considerada? É feito um estudo linguístico com base na quantidade de estudantes que passam no PSEI?

Os Acordos de Cooperação com instituições sediadas no Brasil: quais instituições? Consideram a variedade do português de cada país? É somente para brasileiros? internacionais? Acordos de Cooperação com instituições sediadas no exterior: quais instituições? Como funcionam? Consideram a variação do português de cada país? Convênios de Concessão de Estágios: quais convênios? Quais estágios? Colaboração com

---

<sup>66</sup> A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Para mais informações, disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>. Acesso em 06 de nov. de 2024.

Organizações da Sociedade Civil: quais organizações? tem a participação de linguistas? Estudantes?

Com estas indagações, não conseguimos responder quais as diferenças entre essas ações e a política em avaliação e nem se há propostas de coordenação entre essas políticas.

### 5.1.3 Passo 3 - Desenho da Política

(1) Há modelo lógico elaborado para a política? Se sim, quando ele foi elaborado?

**Resposta:**

Apesar de tentar obter estas informações por meio oficial, isso não foi bem sucedido. Mas cabe aqui dizer que o modelo lógico significa, antes de mais nada, prever os insumos, processos, produtos, resultados e impactos da política, assim como os esforços positivos e negativos, os riscos e oportunidade, resumidamente respondido em três perguntas, que não temos a resposta:

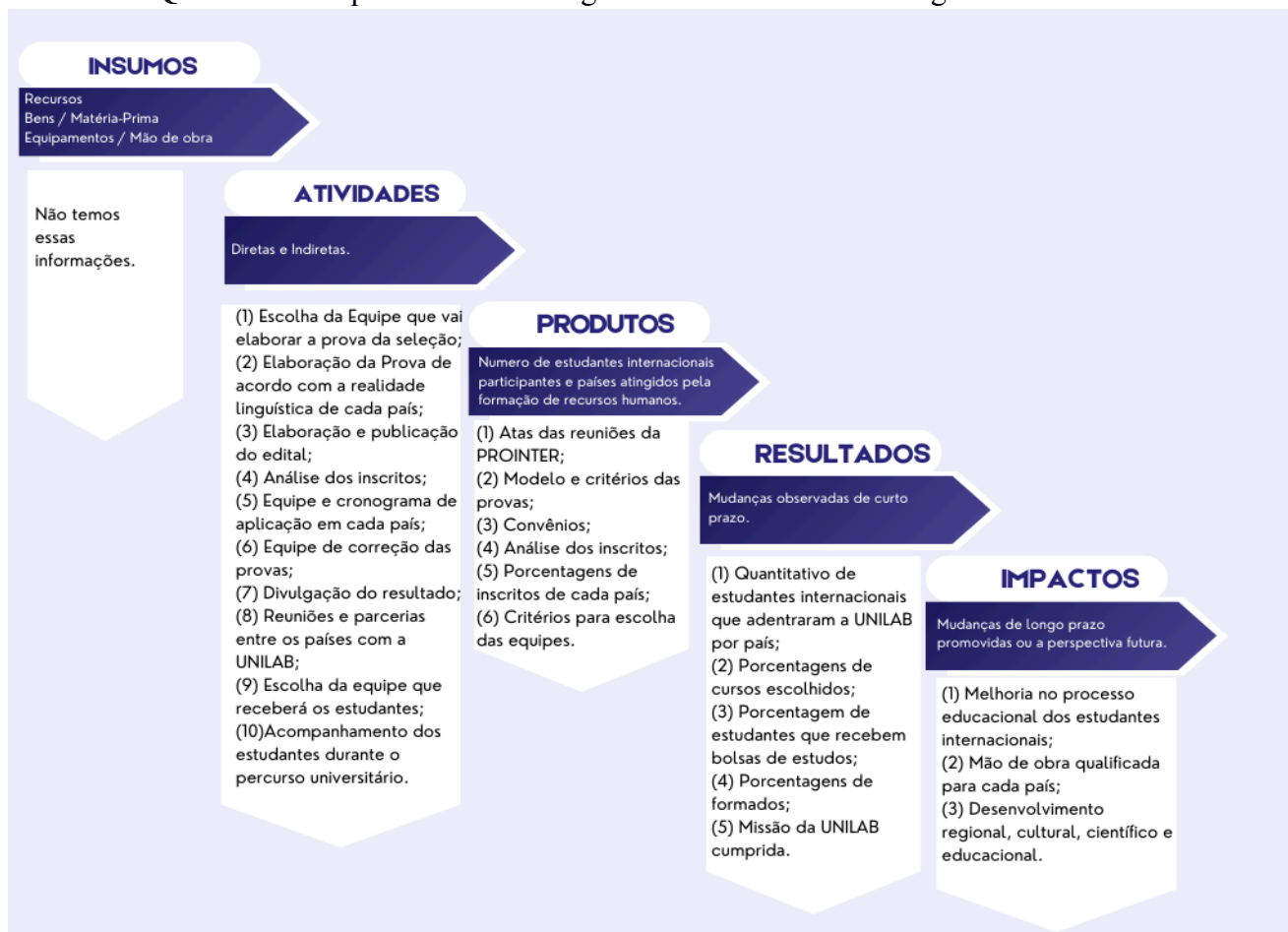
- 1) O que acontece se a política for implementada?
- 2) O que é necessário para que a política seja implementada?
- 3) Que fatores internos e externos podem contribuir, atrapalhar ou mesmo inviabilizar a política? (BRASIL, 2018a, p.93).

(2) Apresente modelo lógico da política caso já tenha sido elaborado, ou desenvolva modelo lógico em conjunto com representantes do órgão gestor da política.

**Resposta:**

Mesmo sem as informações oficiais requisitadas, elaboramos um modelo lógico, baseado nos conhecimentos que adquirimos nas pesquisas, documentos e informações contidas no site oficial. Cabe dizer que essas informações são suposições nossas, não vieram de meio oficial, do órgão ou gestor da política. Vejamos:

### Quadro 8 - Etapas do Modelo Lógico da Política Pública Linguística - PSEI



Fonte: elaborado pela autora.

(3) Existe cronograma para realização de medição dos indicadores no âmbito da política? Como isso ocorre?

**Resposta:**

Apesar de tentar obter estas informações por meio oficial, não obtivemos resposta pelo e-mail encaminhado à PROINTER.

(4) Quais são os indicadores acompanhados no âmbito da política?

**Resposta:**

Baseado na busca dos sites oficiais e do Relatório de Gestão - 2023, temos apenas os indicadores de inscritos no PSEI.



(5) Os indicadores encontrados corroboram as hipóteses anteriormente estabelecidas ou sinalizam fraquezas em alguma das hipóteses referentes aos componentes do modelo lógico?

**Resposta:**

Não foi possível responder, uma vez que só possuímos o número de inscritos no PSEI.

(6) Quais são as hipóteses e a racionalidade por trás desse modelo lógico?

**Resposta:**

A falta de informações oficiais compromete a resposta adequada a essa questão. Dessa forma, como não temos, de fato, um modelo lógico elaborado pelo gestor, não temos como prever as hipóteses e a racionalidade por trás do modelo lógico original.

(7) Os incentivos existentes levam a comportamentos esperados por parte dos envolvidos na política?

**Resposta:**

Não há como responder adequadamente pela falta de informações oficiais.

(8) Há medidas que levam a comportamentos indesejados por parte dos envolvidos na política?

**Resposta:**

Não há como responder adequadamente pela falta de informações oficiais.

(9) A política é universal ou focalizada? Se for focalizada, quais são os critérios de elegibilidade?

**Resposta:**

A política é focalizada, apesar de ter âmbito internacional, tem o intuito de atender estudantes internacionais que tenham a língua oficial do seu país, sendo a língua portuguesa, ou seja, atendem toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP. No

entanto, o PSEI não atende todos os países da CPLP, pois, de acordo com os critérios de elegibilidade além de ser além de ser proveniente dos países da CPLP, estes países devem ter seus acordos firmados com a UNILAB, o que não é o caso de Portugal e Guiné-Equatorial. Ao que especifica o último edital do PSEI, existem também outros critérios para participação do PSEI:

2.1. Poderão concorrer a uma vaga no PSEI 2025: seleção para ingresso nos cursos de Graduação da Unilab os candidatos que tiverem

- a) nacionalidade e forem residentes em seu país de seleção: Angola, Cabo Verde, Guiné- Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e TimorLeste;
- b) idade de, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da matrícula na Unilab, considerando período letivo escolhida
- b) Bilhete de Identidade (BI) válido, no mínimo, até o último dia de inscrição: 05/09/2
- c) Tenham concluído o Ensino Médio, ou curso correspondente, em seu país de origem.

2.2. Não poderão concorrer a uma vaga no PSEI 2025: seleção para ingresso nos cursos de Graduação da Unilab candidatos que:

- a) concluíram qualquer curso superior (bacharelado, licenciatura, tecnológico) em instituição pública no Brasil;
- b) são portadores de visto permanente ou qualquer outro tipo de visto temporário para o Brasil.

Para além dos acordos firmados, como vimos, existem outros critérios específicos que devem ser seguidos.

(10) Como é a demanda pela política? Os bens e serviços ofertados pela política atendem a demanda da sociedade?

**Resposta:**

Sabemos das dificuldades em termos de recursos – econômicos, internet etc – que é uma realidade nos territórios dos PALOP e de Timor-Leste, o que imaginamos comprometer, em alguma medida, o acesso às informações e, até mesmo, à realização das avaliações, dado que essas são aplicadas prioritariamente nas capitais dos países da integração. No entanto, não há como afirmar isso com dados oficiais para avaliarmos o impacto dessas questões.

**5.1.4 Passo 4 - Implementação/Planejamento**

(1) Os bens ou serviços são efetivamente entregues aos beneficiários? Como isso tem sido acompanhado pela gestão da política?

**Resposta:**

Entendendo que as embaixadas do Brasil são interlocutores oficiais dos países em outros contextos nacionais, podemos afirmar que é através das embaixadas que essas informações chegam ao público-alvo, ou seja, para que iniciem seus processos de matrículas e de vinda para o Brasil.<sup>67</sup>

(2) Quais são os instrumentos normativos e os procedimentos usados para a compra dos insumos utilizados na execução da política? Há transparência sobre esses procedimentos?

**Resposta:**

Apesar de tentar obter estas informações por meio oficial, não obtivemos resposta. Porém, acreditamos que com uma pesquisa minuciosa, estas informações poderiam ser encontradas pelo acesso ao Portal da Transparência do Governo Federal Brasileira, no entanto, não dispusemos de tempo para uma pesquisa mais longa para obtenção e discussão dessas informações.

(3) Existem mecanismos de supervisão da execução da política para garantir o alcance de sua finalidade?

**Resposta:**

Acreditamos que a PROINTER, como órgão competente do PSEI, realize essa supervisão, já que é também a instituição que executa a política. Porém, também não temos a resposta exata para essa pergunta.<sup>68</sup>

(4) Se a política possuir restrição de acesso, há mecanismos de controle da elegibilidade dos beneficiários? Esses mecanismos são efetivos?

<sup>67</sup> Para informações mais detalhadas deste processo, acessar os links disponíveis em: <https://prointer.unilab.edu.br/psei-2025/> e <https://unilab.edu.br/integracao-internacional/>. Acesso em: 09 de dez. de 2024.

<sup>68</sup> Não sabemos o motivo pelo qual não obtivemos resposta aos nossos questionamentos aqui mencionados. Talvez pelo desconhecimento do processo avaliativo da política. Porém, reforçamos aqui a necessidade e a importância de informações mais acessíveis, para a construção institucional de memórias de todos os processos realizados e seu desenvolvimento/evolução.

**Resposta:**

Apesar de tentar obter estas informações por meio oficial, não obtivemos resposta.

(5) Na divulgação da política, as informações são efetivamente direcionadas ao público-alvo? Como?

**Resposta:**

De acordo com a leitura do edital do último PSEI, vimos que há menção de documentos e nomenclaturas adequados aos contextos de abrangência do Processo. Entretanto, não sabemos se as informações contidas no edital atendem satisfatoriamente a todos os países. São apenas alguns termos como: Bilhete de Identidade (BI) - que para o português brasileiro, seria Registro Geral - RG e Ensino Secundário - que para o português brasileiro, seria Ensino Médio. Para serem totalmente direcionadas para os estudantes de cada país, o edital teria que ser produzido basicamente com a variação do português mais específica de cada país, mas não encontramos essa opção no site oficial.

(6) Há gestão de riscos na execução da política? Se sim, essa gestão observa a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU no 1/2016?

**Resposta:** Apesar de tentar obter estas informações por meio oficial, não obtivemos resposta.

(7) É levado em consideração a perspectiva linguística da realidade da Língua Portuguesa de cada país?

**Resposta:**

Apesar de tentar obter estas informações por meio oficial, não obtivemos resposta. Porém, como explicado anteriormente, alguns termos são utilizados no edital do PSEI, conforme a variação do português dos países.

(8) É realizado um levantamento das línguas existentes em cada país?

**Resposta:**

Apesar de tentar obter estas informações por meio oficial, não obtivemos resposta.

(9) Se sim, a partir desse estudo, é realizado cursos de ambientação para todos os alunos internacionais recém-chegados?

**Resposta:**

Sabemos que existe o Seminário de Ambientação Acadêmica – SAMBA, conforme o site oficial da UNILAB: O SAMBA é uma ação realizada pela COEST/PROPAE em colaboração com as demais pró-reitorias da Unilab. O seminário ocorre nos períodos de entrada de estudantes ingressantes e tem como objetivos: promover o acolhimento e a ambientação à vida acadêmica; facilitar a integração intercultural ao ambiente acadêmico e à rotina universitária, contribuindo para a permanência estudantil no ensino superior; fomentar a socialização de informações sobre às questões de raça/etnia, gênero; prestar esclarecimentos sobre as legislações brasileiras aos estudantes internacionais e repassar informações sobre as ações desenvolvidas pela universidade no âmbito da permanência estudantil.<sup>69</sup>

Além disso, ainda de forma tímida, existem outras ações são realizadas pelo Núcleo de Línguas da UNILAB, na área de português como língua adicional, com cursos ofertados para todos os estudantes brasileiros e internacionais.<sup>70</sup>

### 5.1.5 Passo 5 - Governança

(1) Os princípios previstos no art. 3º do Decreto no 9.203/2017 são observados na governança da política pública?

**Resposta:**

Conforme especifica o Relatório de Gestão da UNILAB - 2023 (p.32), o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 define governança pública como: um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

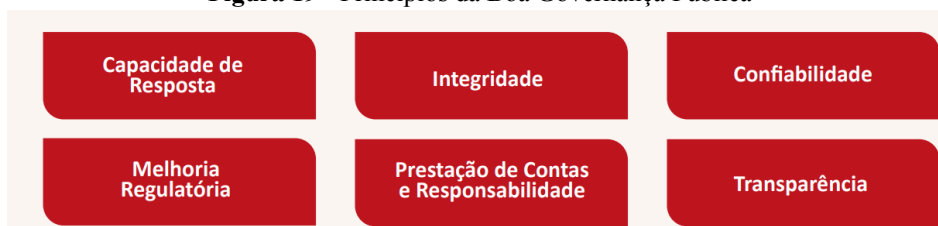
O Relatório explica que em 2020, a UNILAB instituiu a sua Secretaria de Governança, Integridade e Transparência (SGIT) como uma instância interna de apoio à

<sup>69</sup> Disponível em: <https://unilab.edu.br/seminario-de-ambientacao-academica-samba/> Acesso em 06 de nov. de 2024.

<sup>70</sup> Disponível em: <https://nucli.unilab.edu.br/> Acesso em 12 de dez. de 2024.

Governança, órgão diretamente vinculado à Reitoria e que tem como finalidade prestar assessoramento técnico e consultivo à alta administração nas áreas de governança, integridade, gestão de riscos e transparência, sendo responsável por propor ações e políticas institucionais em temas de sua competência. A secretaria vem buscando, de forma gradativa, estruturar as práticas de governança pública na UNILAB. São princípios da boa governança, devendo ser seguidos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, como explicado na figura a seguir.

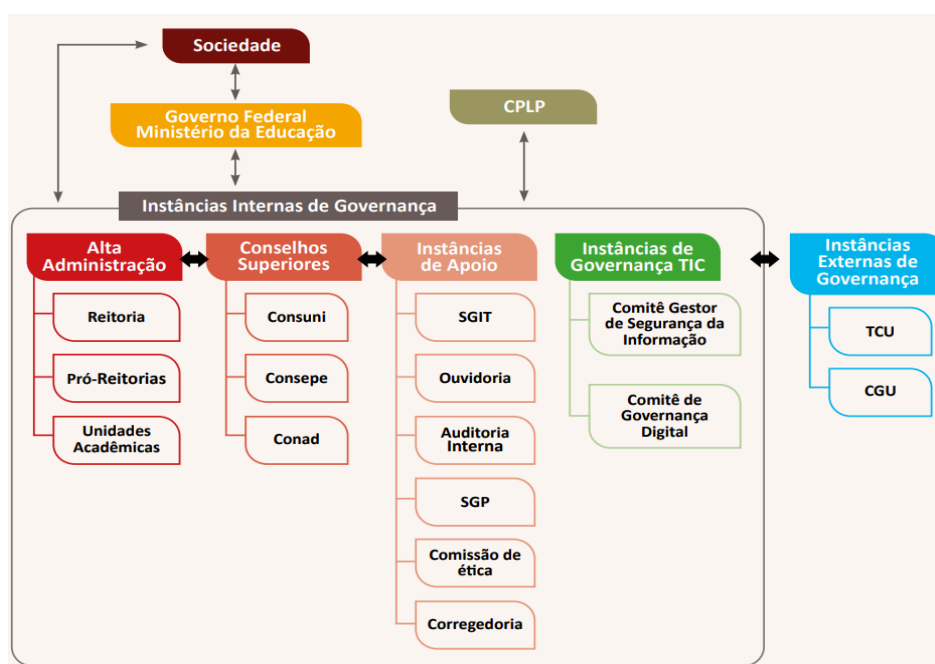
**Figura 19 - Princípios da Boa Governança Pública**



Fonte: Decreto nº 9.203/2017.

A UNILAB conta com instâncias de governança, conforme pode ser visto abaixo, estabelecidas para atender a esses princípios da boa governança:

**Figura 20 - Estrutura de Governança da UNILAB**



Fonte: Relatório de Gestão da UNILAB - 2023, p.32.

(2) A estrutura de governança contribui para a atuação dos atores envolvidos com a política pública por meio da definição clara de suas competências e responsabilidades, e da articulação das instituições e dos processos, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público?

**Resposta:**

Apesar de tentar obter estas informações por meio oficial, não obtivemos resposta pelo e-mail encaminhado à PROINTER. Porém, conforme exposto nas figuras anteriores, não há, explicitamente, nenhum órgão que trate especificamente da ambientação linguística dos estudantes internacionais. Entendemos que a PROINTER, como órgão universitário organizador das Políticas de Internacionalização e das Políticas Linguísticas da universidade seja o espaço de discussão e regulamentação dessas questões. Além disso, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade, construído por toda a comunidade acadêmica e discutido e aprovado pelo Conselho Universitário - CONSUNI, também opera no sentido de conduzir melhor as políticas adotadas na UNILAB. Entretanto, para uma resposta mais assertiva, teríamos que compreender melhor os temas debatidos nesses espaços e instâncias da gestão universitária.

(3) A liderança exercida pelos gestores da política é capaz de assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança?

**Resposta:**

Como não obtivemos as informações oficiais solicitadas, não conseguimos uma resposta mais segura para esse questionamento. Entretanto, vale destacar que há na fala dos servidores docentes e técnicos da UNILAB uma preocupação recorrente quanto a escassez de recursos humanos na universidade e a consequente sobrecarga de trabalho desses servidores, o que, provavelmente, contribui para a demora ou insucesso de alguns procedimentos e processos dentro da instituição.

(4) A estrutura de governança permite participação social em algumas das etapas da sua execução?

**Resposta:**

Não obtivemos informações a respeito dessa questão.

### **5.1.6 Passo 6 - Recomendações**

#### **Resposta:**

Com base nas informações que obtivemos e que delimitamos nesta seção, todos os passos teriam que ser revistos e respondidos em diálogo com informações advindas do próprio gestor da política. Nossa sugestão, principalmente, é que os passos 3, 4 e 5 sejam revistos detalhadamente e minuciosamente pois, com o desenho da política bem delimitado, as outras informações e análises podem ser mais consistentes. Há uma grande possibilidade para novas pesquisas acerca de assuntos como o tratado neste estudo, bem como assuntos correlatos, porém há que se obter informações precisas e coerentes, para que novas formas de avaliação surjam, sempre com o intuito de melhorar a política, de modo que atenda o seu objetivo inicial, bem como os novos objetivos que venham surgindo.

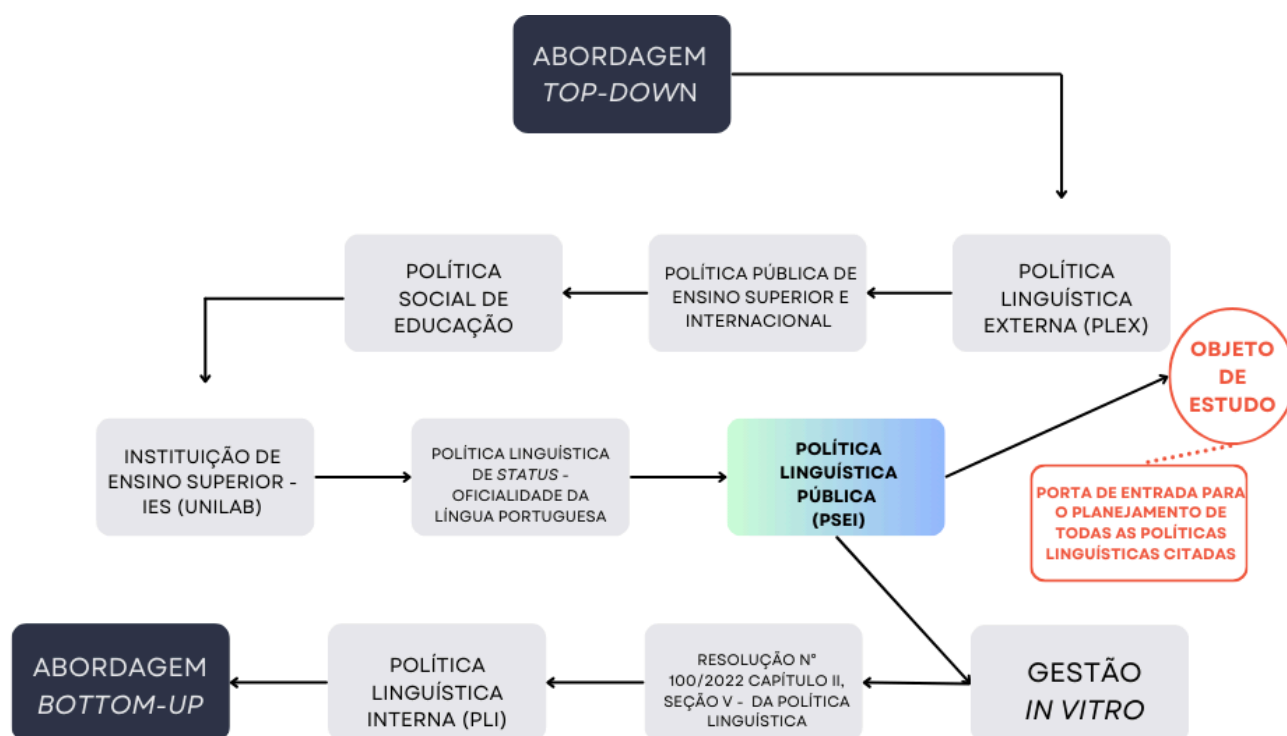
De antemão, recomendamos que, após a análise mais detalhada e específica da Avaliação Executiva, uma Avaliação de Desenho seja realizada, adaptada para a política linguística pública em questão. Pois, assim, permitirá um resultado mais detalhado do que foi planejado no início e comparado com a experiência da prática de implementação da política, no qual gere informações e recomendações exclusivas e com características de aprimoramentos em determinados pontos, para que seja realinhado com o desenho inicial, de modo que os objetivos do gerenciamento tenham resultados positivos. No tópico a seguir, discutimos alguns questionamentos que realizamos no início deste trabalho, bem como alguns pontos que nos interessam sobre a PLP.

## **5.2 Discussões**

Precisamos lembrar que a UNILAB é uma instituição de educação superior que possui como compromisso a construção de vínculos estreitos com a realidade específica do Maciço de Baturité, no Ceará, e com a região do Recôncavo Baiano, na Bahia, tendo como perspectiva a cooperação internacional solidária com os países de língua oficial portuguesa e que o PSEI é o meio pelo qual os estudantes da CPLP adentram na Universidade para estudar os cursos de graduação ofertados. Porém, entendida por nós como uma política linguística pública, ela é gerida por abordagens, estratégias e documentos, ou seja, gestões específicas que fazem dessa política tão importante, como explicamos, resumidamente no organograma abaixo.



**Figura 21** - Organograma da Política Linguística Pública - PLP da UNILAB



Fonte: elaborado pela autora.

Seguindo esta compreensão, reiteramos novamente nossa análise. Entendemos que estamos, em um primeiro ponto, discutindo uma **política linguística com uma abordagem top-down** (de cima para baixo - de instância federal, com acordos internacionais, que atinge cidadãos internacionais e brasileiros). Julgamos, em um segundo ponto, que essa abordagem *top-down* interpela uma **política linguística externa - PLEx** (é externa se pensarmos na integração das variedades linguísticas que adentram a Unilab). Em um terceiro ponto, entendemos que ela foi pensada e desenvolvida a partir de uma **política pública de Ensino Superior Internacional** (ação do Governo Federal brasileiro em parceria com os países da CPLP), no qual aplica a **política social de educação** (direito de todos e dever do Estado, com base na CF/88), a partir de uma **Instituição de Ensino Superior - IES** (a UNILAB).

Seguindo esta lógica, o quarto ponto seria a UNILAB projetar/trabalhar internamente a **política linguística de Status** (determinada pelo *status* de oficialidade da língua portuguesa dos países da CPLP, considerando as variações do português de cada país). O quinto ponto, para poder trabalhar as políticas linguísticas mais específicas e internas dentro do espaço da Unilab, seria criar estratégias para estabelecer um modo em que os

estudantes internacionais pudessem adentrar aos cursos de graduação da Universidade de modo democrático, portanto, o PSEI foi pensado, elaborado e aplicado.

Por esse olhar, o sexto ponto a ser considerado seria, então, estratégias para planejar uma **política linguística Interna - PLI**, que contivesse especificações exclusivas de ações em políticas linguísticas para os estudantes internacionais e brasileiros da UNILAB, embasados por documentos normativos, como por exemplo, a Resolução CONSUNI/UNILAB N° 100, de 15 de dezembro de 2022 (que aprova as diretrizes de internacionalização da UNILAB), Capítulo II, Seção V, que trata da política linguística.

Se acentuarmos mais uma vez a abordagem *top-down*, tendo em vista que a UNILAB criou suas próprias determinações para trabalhar políticas linguísticas de forma interna, podemos presumir, ainda, que o sétimo ponto seria esta forma de gerir a abordagem *top-down* e os documentos normativos, tratando-se de um modelo de **gestão *in vitro***, por se tratar de características de determinações governamentais decisórias, organizadas por um seleto grupo de gestores, no qual, as implicações destas decisões recaem sobre os diversos membros das comunidades que adentram a UNILAB.

Se ponderarmos um oitavo ponto, podemos pensar também do interno para o externo. Considerando que o processo avaliativo seja uma ação significativa para as políticas linguísticas, assim como é para as políticas públicas, é possível conceituar e trabalhar com uma **política linguística em formato *bottom-up*** (de baixo para cima). De modo que, se refletirmos em todas as ações anteriores, caracterizam nas ações que resultam em documentos oficiais e, conseqüentemente, em resultados educacionais que atingem, de algum modo, os estudantes brasileiros e internacionais que se tornarão capacitados em suas áreas e retornarão para trabalhar em suas comunidades, é possível pensar na seguinte questão: essa política linguística interna, atinge as expectativas/necessidades/valores linguisticamente de todos os estudantes?

Obviamente que esta é uma pergunta ampla, para especificá-la melhor, teríamos que trabalhar ativamente em um processo avaliativo específico para estas políticas internas, para compreender se estas ações estão sendo de fato realizadas atingindo seus objetivos. Porém, esta questão, em particular, pode tornar a política menos “*top-down*” e mais “*bottom-up*”, ou seja, de forma interna, compreendendo as ações de dentro da Universidade, até a promulgação do PSEI. Por esse ângulo, voltamos para o começo de tudo, atingir o **objetivo da UNILAB** de internacionalização, integração e interiorização, a partir deste

processo decisório de aplicação de uma **política linguística pública, o PSEI**, porta de entrada para o planejamento de outras políticas linguísticas.

Assim, como mencionamos na seção I, acerca das políticas linguísticas, um esquema para ação planejada sobre a língua ou línguas, segundo Calvet (2007), nos questionamos: será que, em termos de análise, este esquema foi planejado antes da existência/aplicação do PSEI? Ou com o resultado do PSEI (a intervenção política linguística) é que encontraremos o resultado de S1, para então encontrar soluções para S2? Vamos relembrar o que Calvet nos diz.

Uma ação planejada sobre a língua ou sobre as línguas nos remete ao seguinte esquema: consideram-se uma situação sociolinguística inicial (S1), que depois de analisada é considerada como não satisfatória, e a situação que se deseja alcançar (S2). A definição das diferenças S1 e S2 constitui o campo de intervenção *política linguística*, e o problema de como passar de S1 para S2 é o **domínio do planejamento linguístico** (CALVET, 2007, p.61, grifo nosso).

Como uma análise *ex ante* da política linguística pública (que é o procedimento normal para qualquer aplicação/planejamento para as políticas públicas), vamos supor, então, que com as políticas linguísticas deste caso, aconteceu assim:

**S1: SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA INICIAL DOS PAÍSES QUE TÊM A LÍNGUA PORTUGUESA COMO OFICIAL.**<sup>71</sup>

**S2: SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA NÃO SATISFATÓRIA, NEM TODOS FALAM A LÍNGUA PORTUGUESA CONFORME O QUE SE É CONSIDERADO SOCIALMENTE ACEITO, OU SEJA, A NORMA CULTA, O CONJUNTO DE REGRAS GRAMATICAIAS QUE REGEM A LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA E FALADA.**

**DOMÍNIO DO PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO: INTEGRAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS INSTITUCIONAIS DE VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA OU DEMAIS LÍNGUAS.**

**INTERVENÇÃO POLÍTICA LINGUÍSTICA: PROCESSO SELETIVO PARA A INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES COM OUTROS INDIVÍDUOS QUE TÊM A LÍNGUA PORTUGUESA COMO OFICIAL.**

---

<sup>71</sup> Colocamos essa parte em caixa alta, para uma melhor compreensão do que estamos discutindo.

**RESULTADO PREVISTO:** PLANEJAMENTO DE PRESTÍGIO, A PARTIR DE UMA AVALIAÇÃO DOS USOS LINGUÍSTICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA. UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA QUE TEM INTERESSE EM INTERNACIONALIZAR A LÍNGUA E TAMBÉM OBTER MAIS FALANTES DA LÍNGUA PORTUGUESA DOMINANDO A NORMA PADRÃO ESTABELECIDO FORMALMENTE.

Se assim foi feito, onde estão os resultados dessa pré-avaliação? Quem as fez? Um linguista? Um avaliador de políticas públicas? São as respostas que nos faltam na Avaliação Executiva que apresentamos anteriormente. Não sabemos, não temos as informações necessárias, ainda. Mas temos algumas respostas, com base na bibliografia estudada, para os nossos questionamentos iniciais.

De forma geral, inicialmente nos questionamos: “Como o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI - se enquadra enquanto uma política pública dentro do enquadramento teórico-metodológico das políticas linguísticas?” Ora, “[...] política linguística, finalmente, não é a prática de intervir no campo de funcionamento das línguas?” Paraphrasing Oliveira (2016), então vamos procurar e localizar onde as demandas das decisões sobre as línguas são tomadas, “[...] e de que modo podemos colaborar para qualificar politicamente e tecnicamente as decisões e os programas delas decorrentes” (OLIVEIRA, 2016, p. 390). Neste mesmo sentido, o autor compreende que as políticas linguísticas “[...] são uma faceta das políticas públicas dos países, das organizações internacionais, das corporações e instituições, são um fazer permanente do homem, sempre adaptadas à sua época [...]”. E complementa: “não se esgotam, mudam de foco; não se completam, estão sempre em construção” (OLIVEIRA, 2016, p. 395).

Por demandas, podemos entender e citar a “[...] a discussão mundial sobre a descentralização de políticas públicas, no qual envolve conciliar objetivos econômicos, políticos e constitucionais para uma maior eficiência e equidade da ação pública”, ao passo que “todas as políticas públicas possuem um caráter de incentivo à descentralização de ações da esfera nacional com entes subnacionais, particularmente em países que adotam o sistema federativo como estrutura de governo, como no caso brasileiro<sup>72</sup> (BRASIL, 2018a, p.152)”.

---

<sup>72</sup> O Brasil é regido constitucionalmente por um sistema político republicano federalista e presidencialista, com sua característica federativa atual adotada na Constituição Federal (CF) de 1988, fundada em três níveis de governo: União, estados e municípios, além do Distrito Federal, que reúne características dos dois níveis subnacionais. Nesse modelo federativo, as atribuições e as responsabilidades constitucionais dos diversos níveis de governo preveem um sofisticado e complexo sistema de construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas. A implantação desse sistema envolve dilemas e desafios. De um lado, a crença na descentralização de

Por esse olhar, como dito no início, a “[...] política linguística é a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e sociedade, é inseparável do planejamento linguístico, sua implementação, trata-se de conceitos recentes que englobam apenas em parte essas práticas antigas (CALVET, 2007, p. 11).” Não somente, mas nos cabe entender também que,

A maior parte das políticas linguísticas são realizadas sob outros nomes, embutidas dentro de outras políticas, de modo que podem não ser imediatamente identificáveis. Isso não ocorre por um suposto *secretismo* dos agentes das políticas linguísticas - os Estados, por exemplo - mas porque as línguas e os seus usos estão conectados a todo o agir social do homem (OLIVEIRA, 2016, p. 382).

Por outro lado, “Como destacar os objetivos e a importância do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, enquanto Política Pública e Política Linguística?” Entender como os objetivos e a importância estão sendo alcançados, faz com que a avaliação do PSEI enquanto política linguística pública<sup>73</sup>, instigue a melhoria no que se mostrar relevante para o alcance eficaz e eficiente da missão da UNILAB. Pois,

Se hoje, talvez, podemos construir políticas linguísticas mais adequadas, em parte é também porque temos um controle conceitual muito maior sobre o código linguístico, conseguimos fazer descrições mais refinadas, entender melhor a variação e mudança, a constituição das normas, entre outros aspectos, o que possibilita intervenções mais adequadas no seu *corpus*, por exemplo, e também no seu estatuto (OLIVEIRA, 2016, p. 385).

Assim, com os desdobramentos da política internacional brasileira, enxergamos cenários educacionais de países que antes não eram tratados como relevantes, “[...] tornando-se ponto de partida para o andamento das aproximações do Brasil com os países africanos de língua portuguesa, com o objetivo de unir os relacionamentos no âmbito cultural e educacional, nasce o projeto UNILAB, uma universidade integrada internacionalmente” (RODRIGUES; MALUF; LIMA, 2019, p. 40). Em um primeiro momento, pode parecer que

---

políticas para a maior adequação da ação pública às demandas específicas locais está muitas vezes em conflito com a aplicação de mecanismos de planejamento, controle ou monitoramento e avaliação dessas políticas. De outro, a centralização, que, em tese, compreenderia uma perspectiva nacional mais homogênea desses mecanismos, não é capaz de sozinho atuar de maneira apropriada, dadas as realidades heterogêneas e desiguais no território (BRASIL, 2018a, p.152).

<sup>73</sup> Por se tratar de um interesse em se pesquisar uma Política Pública dentro do enquadramento teórico-metodológico das Políticas Linguísticas, concordamos em estabelecer neste trabalho o termo **Política Linguística Pública** para nos referirmos ao Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI - da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. Discutimos este termo mais detalhadamente na Seção II - Políticas Públicas, subtópico 2.2 “Por que o termo Política Linguística Pública?”

não percebemos a relevância dessa proposta, dentro desta política pública maior, há um processo de envolvimento direto com políticas linguísticas que, de certo modo, não são “tão” perceptíveis, por tanto, é importante haver uma compreensão do interesse pelas políticas linguísticas e

[...] e igualmente pela área acadêmica chamada política linguística, tem relação com pressões da sociedade brasileira sobre o Estado após o processo de redemocratização, plasmado pela Constituição de 1988. Essa “nova república” que se inicia mais concretamente naquele momento [...] - [...] interrompeu o processo autoritário do Regime Militar e quis introduzir modificações no Brasil, quis introduzir um modelo mais inclusivo de cidadania, mais aberto ao reconhecimento da diversidade e da legitimidade das diferenças culturais e linguísticas dos brasileiros (OLIVEIRA, 2016, p. 384).

Se este processo linguístico passou a ser visto, também, como forma de incluir, diversificar e legitimar, “A adaptação de um modelo de avaliação de Políticas Públicas e a proposta de critérios para a avaliação de Políticas Linguísticas, em observação aos critérios de avaliação e classificação do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, poderia trazer ganhos positivos aos estudos avaliativos das Políticas Linguísticas? Em razão destes pontos de vistas, foi que inquietações surgiram acerca de como as avaliações são realizadas, acerca dos resultados e impactos do projeto político-pedagógico da UNILAB a partir do processo de seleção dos estudantes internacionais, pois, a UNILAB, enquanto uma política educacional, se insere em um “[...] contexto internacional de ensino superior com a missão de promover e disseminar o conhecimento em um ambiente com distintas identidades (RODRIGUES; MALUF; LIMA, 2019, p. 42)”, e isso se dá por e pela língua, em uma conjuntura de implantação de uma política linguística, tratando-se do *status*<sup>74</sup> de oficialidade da língua portuguesa.

Vale destacar que, com o crescimento dos movimentos sociais e as reivindicações do Estado<sup>75</sup>, assistimos, progressivamente, ao surgimento das políticas linguísticas, é o que

<sup>74</sup> Trata-se de um termo usado para designar as ações sobre as línguas. Segundo Calvet (2007): “Nas situações de plurilinguismo, os Estados são levados às vezes a promover uma ou outra língua até então dominada ou, ao contrário, retirar de uma língua um *status* de que ele gozava, ou ainda fazer respeitar um equilíbrio entre todas as línguas, ou seja, administrar o *status* e as funções sociais das línguas em presença (CALVET, 2007, p.117).”

<sup>75</sup> No Brasil as experiências de gestão participativa (conselhos gestores de políticas públicas e orçamentos participativos) em cidades administradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), apresentaram-se como modelos de reconhecimento dos movimentos sociais como sujeitos políticos e interlocutores no espaço público. Em toda a América Latina avançava a redemocratização dos Estados nacionais e a luta pela consolidação dos direitos civis, políticos e sociais. O avanço da constituição de movimentos sociais em torno dos direitos civis (movimento de mulheres, movimento LGBTQ+, movimento negro, quilombola e indígena) denunciava a invisibilidade social desses indivíduos e a profunda desigualdade, característica da sociedade brasileira e latino-americana. Vivenciamos no período o surgimento do que Gohn (2013) denominou política de identidade. Programas

nos diz Gilvan Müller de Oliveira<sup>76</sup> no prefácio do livro “As Políticas Linguísticas” de Calvet (2007, p.09), obra extremamente importante para os estudos na área. Neste sentido,

“[...] a ‘política linguística’, para além de uma multidisciplinária constituída de conhecimentos técnicos de linguística, antropologia, sociologia, história, direito, economia, politologia, mobilizados para a análise das situações linguísticas é, como diz Lia Varela, uma prática política, associada à intervenção sobre as situações concretas que demandam decisões políticas e planificação de políticas públicas (CALVET, 2007, p. 8-9)”

Diante do exposto, abrir uma discussão no qual envolve as políticas linguísticas se mostrou relevante, particularmente quando envolvem ações ou movimentos Político-Linguística, termo que foi elencado por Gilvan Müller de Oliveira, ainda no prefácio do livro de Calvet (2007), destacando a obra como um instrumento importante ao chamado “[...] **‘virada político-linguística’**”<sup>77</sup>: o movimento pelo qual os linguistas (mais que a linguística) passam a trabalhar junto com os falantes das línguas, apoiando tecnicamente suas demandas políticas e culturais (CALVET, 2007, p.9). Para tanto, é de extrema importância destacarmos a relevância da execução da avaliação de políticas públicas, pois, se é relevante para tal, se torna relevante também para as políticas linguísticas, de modo que, continuem sendo aprimoradas. Por essa perspectiva, temos que entender a importância de escolher bem a abordagem que vamos utilizar para realizar uma avaliação, que

[...] deve estar alinhada ao ciclo de execução da política pública; como exemplo, [...] a avaliação de impacto, que só deve ser executada se a política já tiver alcançado tempo de execução suficiente para que haja os resultados e os impactos esperados, conforme o seu modelo lógico; As políticas que apresentarem avaliações ruins, que não passam pelo processo de validação da sociedade, incluídas as críticas da comunidade acadêmica, dos pesquisadores e da imprensa, não deverão se prolongar por muito tempo. Esse fato destaca a importância de as avaliações executadas no sistema de avaliação do governo serem claras, transparentes e públicas, o que fortalecerá a implementação de políticas públicas efetivas e bem-desenhadas (BRASIL, 2018b, p.15).

---

públicos e a criação de conselhos e secretarias voltados para determinados grupos populacionais (mulheres, população negra, população LGBTQ+, indígenas) no interior das políticas de saúde, educação e assistência social foram desenvolvidos por governos de orientação progressista. O que provocou o surgimento de um novo tipo de relação entre movimentos sociais e governos e o revigoramento do clientelismo político, em que as perspectivas de ganhos para os grupos redundam em apoio eleitoral e político para partidos e coalizões governantes (FERRAZ, 2019, p.347).

<sup>76</sup> Linguista e professor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com pesquisas na área de Políticas Linguísticas. Seu currículo está disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9618049727220182>. Acesso em 04 de março de 2023.

<sup>77</sup> Grifo do autor.

Para compreendermos ainda mais a importância do processo de avaliação, é importante salientar que as políticas públicas implantadas no Brasil adotam a prática de liderança e estratégia, seguindo as diretrizes:

- i) direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;
- ii) e de modo mais direto e específico, avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais – aferindo, sempre que possível, seus custos e benefícios [...] (BRASIL, 2018a, p. 07).

Por esse entendimento, “Quais seriam os resultados positivos e negativos da análise e da aplicação do modelo de avaliação adaptado no Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI?” Diante dessa compreensão, nesta pesquisa, adaptamos um modelo de avaliação de políticas públicas, como uma escolha de procedimentos que visam a avaliação do desenvolvimento de uma política linguística, neste caso, o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, ou, como denominaremos no decorrer das discussões, uma política linguística pública - PLP. Elencamos aqui a importância deste processo para as diversas áreas de estudos, bem como para a sociedade<sup>78</sup>.

Para nós, este processo de avaliação para as políticas linguísticas é algo inovador, uma questão ainda não pensada numa perspectiva padronizada, tendo em vista, por exemplo, que as políticas linguísticas são realizadas sob outros nomes, dentro de outras políticas, como é o caso do PSEI, que chamamos aqui de política linguística pública. Por acreditar que as línguas e o seu uso estão conectados com o agir social do homem, como nos diz Calvet, é que temos que abrir mais discussões nesse sentido, para que os pesquisadores da área das políticas linguísticas sejam reconhecidos, bem como tragam a tona as políticas linguísticas públicas existentes, que estão sendo planejadas de formas distintas, sem uma padronização de monitoramento ou avaliação.

Acreditamos que, enquanto linguísticas e cientistas da linguagem, temos que encarar e passar a enxergar a política linguística não apenas como disciplina, é também uma prática, de fato, política, como vimos no decorrer das nossas discussões deste trabalho, elencadas com o planejamento das políticas públicas. Acreditamos que não temos apenas que

---

<sup>78</sup> Cada vez mais, todos os países reconhecem a necessidade de concentrar esforços na adoção de ferramentas de avaliação que sejam praticadas de forma efetiva para aprimorar os desenhos das políticas, acompanhar seu uso e avaliar de maneira constante os custos e os benefícios sociais da intervenção pública no território nacional (BRASIL, 2018a, p. 09).



ensinar políticas linguísticas, temos que estudar, fazer, monitorar e avaliar. Somos nós que estamos diariamente enxergando o que causa intervenção nas línguas, o que fazem dessas línguas serem tão importantes para a história de uma sociedade, somos nós que ministramos a disciplina que faz intervenção a nossa língua oficial, precisamos encarar que, somos também os responsáveis por dizer o que precisa ou não ser melhorado e isso começa com esta discussão, para nos sentirmos capazes de não apenas falar, mas também de avaliar.

Em outras palavras, delimitamos aqui pontos que podem ser melhorados, ideias que podem ser consideradas e perspectivas que podem ser discutidas. Ao passo que, a avaliação de uma política já implantada “[...] também pode ser vista como uma avaliação de processos, rediscutindo o que está estabelecido no desenho, ou seja, se estão de fato alinhados ao que foi previsto ou se podem ou não ser aprimorados (BEZERRA; MOREIRA, 2023, p. 104)”. Além de expor a forma e a importância de avaliar políticas públicas<sup>79</sup>, é indispensável destacarmos a relevância da avaliação das políticas linguísticas, sobretudo pelas razões citadas. Segundo Calado (2020)<sup>80</sup>, nota-se que, “[...] enquanto a política pública está diretamente ligada à elaboração e à análise de propostas e programas no espaço político, a política linguística revela-se a partir de escolhas relativas ao uso da língua na sociedade” (CALADO, 2020, p.05).

A autora esclarece que “[...] os agentes governamentais programaram políticas linguísticas com o intuito de instaurar processos de educação linguística, promover a revitalização das línguas e propor intervenções que favoreçam o plurilinguismo (CALADO, 2020, p.06)”, mas, ao que parece, não há menção alguma de como avaliar o impacto dessas e outras intervenções. Também não há pesquisas que enxerguem uma política linguística pública, como passamos a caracterizar/considerar o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI da UNILAB. O intuito de propor esse modelo de avaliação para uma política linguística pública, enquadrada dentro do pressuposto de uma política pública educacional, no caso, a UNILAB, torna-se imprescindível para essa compreensão, um

---

<sup>79</sup> A avaliação de políticas públicas, executada como um processo sistemático, integrado e institucionalizado, tem como premissa básica verificar a eficiência dos recursos públicos e, quando necessário, identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão (BRASIL, 2028b, p.14).

<sup>80</sup> CALADO, Jamile. **As políticas linguísticas e as políticas públicas**. JusBrasil, Artigos 05/03/2020. Disponível em: <https://jamilecalado.jusbrasil.com.br/artigos/817452561/as-politicas-linguisticas-e-as-politicas-publicas>. Acesso em 08 de jan. de 2022.

trabalho com a perspectiva da transparência desta avaliação<sup>81</sup>, que divulga, agora, em terreno acadêmico, a disseminação independente dos resultados de uma avaliação específica. Pois,

Para a avaliação de políticas públicas cumprir seu papel de aprimorar o debate sobre a atuação do Estado brasileiro, é importante que exista transparência em sua divulgação, independentemente de seus resultados. A transparência é um dos princípios fundamentais da governança pública, pois cumpre função importante no escrutínio das abordagens utilizadas e dos resultados encontrados nas avaliações realizadas, pois com a sua disseminação propicia exame crítico por parte de outros agentes, órgãos e entidades da sociedade (BRASIL, 2028b, p.24).

Sintetizando, fundamentado pela CF/88, capítulo VII, parágrafo § 16, “Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei” (Constituição Federal, 1988)<sup>82</sup>. Concluimos esta discussão com base nessas informações pois, nada mais significativo do que divulgar resultados academicamente, demonstrando a seriedade que são estas discussões, de quanto nomeadamente a outras pesquisas, podem continuar evoluindo e trazendo pontos positivos para a UNILAB, as políticas públicas e para as políticas linguísticas. Desse modo, no tópico seguinte, seguimos para as nossas considerações finais desta pesquisa.

---

<sup>81</sup> No Guia de Análise *ex-post*, existe ainda a recomendação de uma “Gestão da informação para integração de avaliações de políticas”, que tem o “[...] objetivo de coordenar e padronizar o registro e o uso das informações produzidas pelo nível central e por órgãos finalísticos, é importante o uso de instrumentos e técnicas da gestão de informação. Nesse processo, a literatura destaca como necessárias as seguintes ações:

- identificação das fontes e necessidades de informação para avaliação daquela política;
- obtenção das informações identificadas como necessárias;
- registro e armazenamento padronizados das informações obtidas;
- desenvolvimento de produtos e serviços padronizados (relatórios de monitoramento/avaliação, por exemplo), baseados nas informações registradas e armazenadas para aquela política;
- distribuição e compartilhamento padronizado (entre os órgãos que têm relação com aquela política) dos produtos e serviços desenvolvidos;
- e uso das informações dos produtos e serviços distribuídos ou compartilhados (BRASIL, 2018b, p.28).

<sup>82</sup> Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado, nosso objetivo geral neste trabalho foi “Avaliar o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, enquanto uma Política Pública dentro do enquadramento teórico-metodológico das Políticas Linguísticas, a partir de um modelo adaptado de avaliação de Políticas Públicas.” Apesar de não termos conseguido todas as respostas institucionais para as perguntas para avaliação escolhida, consideramos termos alcançado positivamente a avaliação, de modo que trouxe outros questionamentos à tona, bem como novas visões para novas pesquisas.

Dentre os objetivos específicos, conseguimos, com o primeiro, “descrever acerca do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, seus objetivos e sua importância enquanto política pública e política linguística”. Na seção III, tratamos especificamente deste processo, quando ainda era conhecido como PSEE e como hoje é conhecido, PSEI, retiraram o termo estrangeiro e colocaram o termo internacional. Nesta mesma seção, realizamos algumas ponderações acerca da mudança dos termos que são relevantes para a compreensão social e cultural.

Também conseguimos alcançar o segundo objetivo específico, de “estudar e adaptar um modelo de avaliação de Políticas Públicas, mais especificamente o de “Avaliação Executiva”, propondo critérios para a avaliação de Políticas Linguísticas, em observação aos critérios de avaliação e classificação do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI”. Estudamos e fizemos algumas adaptações do modelo de Avaliação Executiva, porém, não conseguimos realizar essa observação aos critérios de avaliação e classificação do PSEI, por não termos, apesar da tentativa, conseguido informações mais específicas do desenho da política, todavia, obtivemos algumas informações extremamente importantes com base nos documentos disponíveis no site oficial da UNILAB.

Do mesmo modo, conseguimos, também, alcançar o terceiro objetivo específico, o de “aplicar e analisar o modelo de Avaliação Executiva adaptado, com base na observação dos critérios já existentes de avaliação e classificação do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI”. Da mesma forma, não conseguimos realizar essa observação aos critérios de avaliação e classificação do PSEI, por não termos, apesar da tentativa, conseguido informações mais específicas do desenho da política, contudo, baseado nos documentos

oficiais da UNILAB, conseguimos aplicar respostas pertinentes ao modelo adaptado e discussões melhores ainda para o termo que elencamos para o PSEI: política linguística pública.

Em outras palavras, para além do alcance dos nossos objetivos, de forma positiva, a nossa hipótese básica estava correta, a de que era possível, em termos de avaliação, que não existisse uma análise específica acerca do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. De fato, com a busca, não encontramos.

Assertivamente, nossas hipóteses secundárias também foram compatíveis, de que, ao descrevermos acerca do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, compreenderíamos seus objetivos e a sua importância enquanto política pública e política linguística; ao estudarmos e adaptarmos um modelo de avaliação de políticas públicas, propondo critérios para a avaliação de políticas linguísticas, poderíamos encontrar resultados em termos de vantagens para a disseminação de avaliação em políticas linguísticas; e, que, ao aplicarmos e analisarmos o modelo de Avaliação Executiva adaptado, encontraríamos contribuições significativas aos estudos de políticas linguísticas públicas.

Cabe ainda, de modo final, salientar, com base em José e Carioca (2022), ao que se refere às pesquisas científicas referente às línguas, os países de língua oficial portuguesa, considera-se um campo pouco pesquisado internacionalmente, tornando a realidade linguística desses países ainda desconhecida na área da linguística. Ao analisarmos esta percepção, destacamos três razões que foram de extrema importância para o alcance dos resultados desta pesquisa.

A primeira está na área da linguística, ou, mais claramente, dos estudos da linguagem, ao mesmo tempo que entendemos se o PSEI leva em consideração a variedade da língua portuguesa de cada país em seu processo, podemos compreender, mesmo que de forma resumida, a realidade linguística desses países, e, que, apesar de se tratar dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP, podemos salientar que estamos tratando de países multilíngues e não monolíngues, além de termos trazido um tema inovador para área, pois, pela primeira vez, vemos em um trabalho científico a preocupação de adaptação/criação de um modelo voltado para a avaliação específica na área das políticas linguísticas, o que poderá, no futuro, instigar linguistas e pesquisadores a criarem e avaliarem outras políticas linguísticas.

A segunda razão recai sobre a contribuição que esta pesquisa traz a própria UNILAB, enquanto instituição de ensino superior e uma política pública de educação, ao aplicar sua missão do acesso à educação superior, incentivando a pesquisa científica em busca de avaliação também de suas demandas internas, dando maior visibilidade e transparência em suas ações, com os resultados da avaliação da implementação do PSEI, a gestão encontrará motivos significativos de sua existência, bem como o seu processo de internacionalização e interiorização, com melhorias que ainda podem ser feitas, o que mostra a relevância da avaliação.

A terceira razão está na importância que esta pesquisa trouxe para a compreensão dos estudantes brasileiros que lidam com pesquisas científicas referentes às línguas, principalmente as pesquisas que se referem aos países de língua oficial portuguesa. Para os alunos internacionais que participam do PSEI, podem levá-los a entender como o processo seletivo acontece, como ele surgiu, como é aplicado, pela perspectiva de alcance dos objetivos citados na missão da UNILAB, no qual estabelece o acesso à educação superior, sua internacionalização, interiorização e interculturalidade, como já mencionamos.

De modo proveitoso, conseguimos fazer uma discussão com base na bibliografia utilizada, que demonstrou a importância de um trabalho advindo de uma pesquisadora, que a própria UNILAB formou, para realizar essa divulgação com relevância social e acadêmica. Além de propormos características que nos levaram para o ineditismo desta pesquisa, pois lançará luz acerca de uma política que diferencia a UNILAB das demais universidades brasileiras. O resultado desta avaliação, ainda que incompleto por parte das informações, trouxe discussões pertinentes para um olhar atento a manutenção do PSEI, de modo que contribua não só com sua gestão, para futuras políticas públicas que tenham como foco a educação, as línguas, a integração, a internacionalização e a interiorização.

Nesse sentido, lembrando o que foi dito na seção II, acreditamos que se trata de uma política linguística que abrange o âmbito governamental, com reflexo expressivo de uma política pública, tratando da internacionalização que une os países que têm a língua portuguesa como oficial; bem como de âmbito societário, no que tange a integração de línguas africanas que estão sendo faladas em território brasileiro, no qual podem influenciar, no futuro, em uma nova variação linguística do português brasileiro, principalmente nos territórios onde os estudantes internacionais se encontram, a partir de um Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI, que integra essas perspectivas de políticas apresentadas, razão pela qual utilizamos o termo política linguística pública para abordar o PSEI.

Por fim, novamente, recomendamos que, após a análise mais detalhada e específica da Avaliação Executiva, para o desdobramento desta pesquisa, uma Avaliação de Desenho seja realizada, adaptada para a política linguística pública em questão, buscando mais informações para responder às lacunas deixadas por esta pesquisa/avaliação, informações estas que são cruciais para o melhor desempenho da política linguística pública estudada. Pois, assim, permitirá um resultado mais detalhado do que foi planejado no início e comparado com a experiência da prática de implementação da política, no qual gere informações e recomendações exclusivas e com características de aprimoramentos em determinados pontos, para que seja realinhado com o desenho inicial, de modo que os objetivos do gerenciamento tenham resultados positivos. Esperamos que diversas pesquisas sobre avaliação para políticas linguísticas sejam realizadas e que novas políticas linguísticas públicas sejam elaboradas, sejam descobertas e, principalmente, sejam avaliadas.

## REFERÊNCIAS

AVILA, Andriza Pujol de; MARCHESAN, Maria Tereza. **Os PCN+ Como Política Linguística: Uma Perspectiva Interacionista Da Avaliação Da Aprendizagem.** Congresso Internacional Linguagem e Interação 3 São Leopoldo, 2015. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/559/2020/01/LINGUAGEM\\_E\\_INTERA%C3%87%C3%83O\\_ANDRIZA.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/559/2020/01/LINGUAGEM_E_INTERA%C3%87%C3%83O_ANDRIZA.pdf). Acesso em 8 de jan. de 2022.

BERGER, Ísis Ribeiro. Pluralidade linguística e políticas linguístico-educacionais no Brasil: rumo à gestão do multilinguismo. **Cadernos de Letras UFF, Niterói**, v.32, n.62, p.119-142, 1º semestre de 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/47131/29682>. Acesso em 8 de jan. de 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2).

BEZERRA, C.C.; MOREIRA, R. P. A. A implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa em Redenção-CE. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 13, n. 30, p. 99-118, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/5535>. Acesso em 04 de mar. de 2023.

BRASIL. **Código de Ética do/da Assistente Social / Lei de regulamentação da profissão.** 10ª Ed. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Presidência da República. Casa Civil. Repositório do Conhecimento do IPEA. **Avaliação de Políticas Públicas - Guia Prático de Análise Ex ante.** Volume 1, 2018a. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8285>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Presidência da República. Casa Civil. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Ministério da Fazenda. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Avaliação de Políticas Públicas - Guia Prático de Análise Ex post.** Volume 2, 2018b. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8853>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010.** Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112289.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112289.htm). Acesso em 04 de mar. de 2023.

BRASIL. **Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 01, de 2016.** Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Controladoria-Geral da União (CGU). Distrito

Federal (DF). Planejamento e Desenvolvimento Institucional, 2016, 13 p. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/33947>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

BRASIL. **Decreto N° 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [D9203 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br). Acesso em 22 de jan. de 2023.

BRASIL. Avaliação de Políticas Públicas: Êxitos e Possibilidades de Avanço. **Boletim de Avaliação de Políticas Públicas**. Junho de 2015. Volume 1, N° 1. Disponível em: [avaliacao-de-politicas-publicas\\_uma-proposta-a-partir-das-experiencias-internacionais \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em 23 de jan. de 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004**. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências Disponível em: [Emenda Constitucional nº 45 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br). Acesso em: 24 de jan. de 2023.

BORGES, Julie Kellen de Campos. O Estrangeiro nos Dicionários de Língua Portuguesa: Sujeito, Língua e Espaço. **Polifonia**, [S. l.], v. 22, n. 31, 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/3143>. Acesso em: 27 abr. 2024.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social: alguns aspectos relevantes para discussão. P. 87-132 *In*. BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. 424 p.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social no Brasil: marco conceitual e análise da ampliação do escopo público. P. 67-95. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**. N.1 (2011). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2011 - 140 p.

CALVET, Louis-Jean 2007. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CALADO, Jamile. **As políticas linguísticas e as políticas públicas**. JusBrasil, Artigos 05/03/2020. Disponível em: <https://jamilocalado.jusbrasil.com.br/artigos/817452561/as-politicas-linguisticas-e-as-politicas-publicas>. Acesso em 08 de jan. de 2022.

CENTRO DE APRENDIZAGEM EM AVALIAÇÃO E RESULTADOS PARA A ÁFRICA LUSÓFONA E O BRASIL - FGV EESP CLEAR. **Quem somos?** Disponível em: <https://fgvclear.org/quem-somos/>. Acesso em 05 de mar. de 2023.

CENTRO DE APRENDIZAGEM EM AVALIAÇÃO E RESULTADOS PARA A ÁFRICA LUSÓFONA E O BRASIL - FGV EESP CLEAR. **Biblioteca Clear**. Disponível em: <https://fgvclear.org/biblioteca-full/>. Acesso em 05 de mar. de 2023.

CHIZZOTI, Antonio. **A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**: evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação, v. 16, n. 002, p. 221-236. 2003. Braga, Portugal.



COSTA, G.S. 2001. Breve histórico da lingüística aplicada. [Online] Disponível em: <http://www.giseldacosta.com/wordpress/wp-content/uploads/2015/04/2184332-Brevehistorico-da-linguistica-aplicada.pdf>. Acesso em: 07 de set. de 2020.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. **Editora: São Paulo: Atlas**, 2017. Descrição: 252 p.

EBERBARD, David M. **Em defesa das Línguas Minoritárias do Brasil**. Associação Internacional de Linguística SIL – Brasil. Anápolis – GO, 2013. Disponível em: [https://www.sil.org/system/files/reapdata/15/64/37/156437607504049073881584218275265228411/Em\\_Defesa\\_das\\_Linguas\\_Eberhard\\_2013\\_.pdf](https://www.sil.org/system/files/reapdata/15/64/37/156437607504049073881584218275265228411/Em_Defesa_das_Linguas_Eberhard_2013_.pdf). Acesso em 08 de jan. de 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FARACO, C.A. **Lusofonia: utopia ou quimera?** Língua, história e política. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 31-50. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 01 de nov. de 2019.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Movimentos sociais no Brasils: Contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 135, p. 346-363, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.182>. Acesso em 20 de mar. de 2023.

FERREIRA, Crísna Batista da Silva. **Promoção da Língua Portuguesa Portuguesa em Timor-Leste: uma discussão sobre Políticas e Planejamentos Linguísticos**. 2023. 130 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGlin). Instituto de Linguagens e Literaturas - ILL, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2023.

FIORIN, José Luiz (Org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

GARCEZ, Pedro de Moraes; SCHULZ, Lia. ReVEL na Escola: do que tratam as políticas linguísticas. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016. Disponível em: <http://revel.inf.br/files/1fc4077482ba3d206870ef1299923a0f.pdf>. Acesso em 20 de mar. de 2023.

JOSÉ, Nádia Carina da Silva Melo; CARIOCA, Cláudia Ramos. **Políticas Linguísticas e Planejamento Linguístico do Estado Angolano para a Manutenção do Multilinguismo**. Curitiba: CRV, 2022, p. 32-48. *In.*: TORRES, Fábio Fernandes; TAVARES, Maria Leidiane (organizadores). Estudos da Linguagem: experiências de pesquisa e ensino. Curitiba: CRV, 2022.

JOHNSON, David Cassels. **Language Policy**. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2013.

LINO, Nilma Gomes; LERCHE, Sofia Vieira . Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso- Afrobrasileira (UNILAB). **Revista Lusófona de Educação**, 2013, (24), 81-95. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34929705005>. Acesso em 21 de outubro de 2023.

MAIS RETORNO. Comparador de Fundos, Notícias e mais. **O que é ex-ante?** Disponível em: <https://maisretorno.com/portal/termos/e/ex-ante>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

MAIS RETORNO. Comparador de Fundos, Notícias e mais. **O que é ex-post?** Disponível em: <https://maisretorno.com/portal/termos/e/ex-post>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 8º. Ed. São Paulo: Atlas, 2020.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. A 'virada político-lingüística' e a relevância social da lingüística e dos lingüistas. *In*: CORREA, Djane Antonucci (org.). **A Relevância Social da Lingüística: Linguagem, Teoria e Ensino**. 2007. São Paulo: Parábola Editorial. P. 79 - 93.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Muller de Oliveira. **ReVEL**, v.14, n.26, 2016.

OLIVEIRA, Gilvan Müller De. **Currículo Lattes de Gilvan Müller de Oliveira**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9618049727220182>. Acesso em 04 de mar. de 2023.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Políticas linguísticas como políticas públicas**. Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística - IPOL. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis: IPOL, 2013.

PONSO, Letícia. Transnacionalidade da língua portuguesa, política linguística externa e cooperação acadêmica Sul-Sul nos governos Lula da Silva-Dilma Rousseff (2003 – 2016). **Revista da Abralin**, v. 17 , n. 2, p. 182-209, 2018.

RODRIGUES, Francisco Antonio De Sousa; MALUF, Sâmia Nagib; LIMA, Glauber Robson Oliveira. **UNILAB como Política Pública de Acesso à Educação Superior aos Países Lusófonos**. Fortaleza: EdUECE, 2019, p.36-53. *In*. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela, (orgs). **Gestão e Políticas Públicas: Estratégias, Práticas e Desafios**. Fortaleza: EdUECE, 2019.

SEVERO, C. G.; LEVISKI, C. E. INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: ASSIMETRIAS, HETEROGENEIDADE E PODER. **Organon, Porto Alegre**, v. 34, n. 66, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/90747>. Acesso em 26 de out. de 2024.

SOARES, D. de S; LUZ, C. B. S.; JUNG, H. S. Desafios e Potencialidades da Interculturalidade: a Internacionalização das Instituições de Ensino Superior. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 1, p. 199–215, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46i1.65165. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/65165>. Acesso em 27 de abr. de 2024.

SOUZA, Marina Mello de Menezes Félix de. **Avaliação da Política Linguística para o Ensino de Línguas Estrangeiras: O Impacto Linguístico No Programa Ciências Sem Fronteiras**. 2013, Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense – UFF. Aprovada em 13 de janeiro de 2014,

157 p. Niterói - RJ, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10341/Dissertac%c3%a3o%20-%20Marina%20Mello.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 8 de jan. de 2022.

SOUZA, Marina Mello de Menezes Félix de; PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva. Política Linguística e Política Pública: uma proposta de interseção teórica. **Matraga**. Rio de Janeiro, v.23, n. 38, jan/jun. 2016.

TIMBANE, Alexandre António. Políticas linguísticas de internacionalização do português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: caminhos e desafios do português africano. **Revista de Estudos de Português Língua Internacional**. Vol. 2, N. 2 (jul./dez.), 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Governança Pública**. Disponível em: [Governança no setor público | Portal TCU](#). Acesso em 22 de janeiro de 2023.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Seção de Seleção**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/secao-de-selecao/>. Acesso em 22 de set. de 2022.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. Cursos de Graduação. **Grade curricular do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/cursos-de-graduacao/letras/>. Acesso em 04 de mar. de 2023.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Sobre a UNILAB**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/sobre-a-unilab/>. Acesso em 14 de nov. de 2022.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Integração Internacional**. Disponível em: [https://unilab.edu.br/nosso-diferencial-de-integracao-internacional/?\\_ga=2.29964799.1995889606.1668370422-708304945.1668370422](https://unilab.edu.br/nosso-diferencial-de-integracao-internacional/?_ga=2.29964799.1995889606.1668370422-708304945.1668370422). Acesso em 14 de nov. de 2022.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UNILAB – PDI / 2016-2021**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/Anexo-Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-40-2016-PDI-2016-2021.pdf>. Acesso em 14 de nov. de 2022.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Fluxograma do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros - PSEE**. Disponível em: [https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/05/Fluxo-proinst\\_Prancheta-1.png?\\_ga=2.1391665.1040704469.1663956083-1050374618.1600734012](https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/05/Fluxo-proinst_Prancheta-1.png?_ga=2.1391665.1040704469.1663956083-1050374618.1600734012). Acesso em 23 de set. de 2022.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Estatuto da UNILAB**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/estatuto-da-unilab/>. Acesso em 28 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Resolução Consuni/UNILAB nº 100, de 15 de dezembro de 2022.** Aprova as Diretrizes de Internacionalização da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Disponível em: [https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/12/Resolucao-Consuni\\_Unilab-no-100-de-15-de-dezembro-de-2022.pdf](https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/12/Resolucao-Consuni_Unilab-no-100-de-15-de-dezembro-de-2022.pdf). Acesso em 28 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Resolução Ad Referendum Consepe Nº 42, de 22 de Novembro de 2019.** Estabelece, ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a regulamentação para a seleção de estudantes estrangeiros para os cursos de graduação, na modalidade presencial, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/Resolu%03%a7%03%a3o-SEI-n%0c2%ba-4-2-2019-Aprova-ad-referendum-a-regulamenta%03%a7%03%a3o-de-sele%03%a7%03%a3o-d-e-estudantes-estrangeiros-para-os-cursos-de-gradua%03%a7%03%a3o-na-modalidade-presencial.pdf>. Acesso em 28 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **CONSUNI – Resoluções 2022.** Disponível em: <https://unilab.edu.br/consuni-resolucoes-2022>. Acesso em 25 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Relatório de Gestão - 2023.** Disponível em: <https://unilab.edu.br/ieds/relatorio-de-gestao/>. Acesso em 28 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI 2025.** Disponível em: <https://prointer.unilab.edu.br/psei-2025/>. Acesso em 09 de dez. de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UNILAB – PDI / 2023-2027.** Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2023/06/PDI-2023-2027-Pagina-individual.pdf>. Acesso em 28 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Plano de Integridade / 2022-2024.** Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/09/PLANO-DE-INTEGRIDADE-single-page-mobile-1.pdf>. Acesso em 28 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Conselho Universitário – Consuni.** Disponível em: <https://unilab.edu.br/consuni/>. Acesso em 27 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Seleção de Estrangeiros.** Disponível em: <https://unilab.edu.br/processo-seletivo/selecao-de-estrangeiros/>. Acesso em 28 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Transparência e Prestação de Contas**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/transparencia-publica/>. Acesso em 28 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Internacionalização**. Informações disponíveis em: <https://prointer.unilab.edu.br/internacionalizacao/>. Acesso em 29 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Site institucional, 2024**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/missao-2/>. Acesso em 28 de out. de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Seção de Seleção**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/secao-de-selecao/>. Acesso em 04 de nov. de 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **PAIE – Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/paie-programa-de-acolhimento-e-integracao-de-estudantes-estrangeiros/>. Acesso em 04 de nov. de 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC [Brasília]. CAPES: UAB, 2009. 164p.